

Nº 26 • ANO 13 • SETEMBRO DE 2019

# GOVERNANÇA & DESENVOLVIMENTO

REVISTA DO CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO (CONSAD)



# CONSAD

A GESTÃO PÚBLICA NO  
CENTRO DOS DEBATES



**5<sup>a</sup> semana de  
inovação**  
GOVERNO PARA  
AS PESSOAS

4 a 7 de novembro

Inscrições em breve:  
[www.semanadeinovacao.enap.gov.br](http://www.semanadeinovacao.enap.gov.br)



MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA



## Editorial

# É PRECISO PENSAR NAS MUDANÇAS

Estamos vivendo em um período de transformações na administração pública brasileira. Cada vez mais, essas mudanças têm causado impactos significativos na forma de gerir e lidar com os desafios encontrados atualmente na gestão dos entes federativos. É neste cenário que o Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (Consad) tem atuado junto às diversas frentes e instituições que se propõem a provocar mudanças nessa realidade.

Engajar os estados e seus respectivos servidores tem sido uma das premissas desta gestão, que, entre outras coisas, entende que um colegiado participativo é mais agregador e com chances de maiores resultados. Por isso, temos buscado realizar ações que trabalhem o fomento do aprofundamento de pautas importantes para o País.

Um bom exemplo disso é a agenda acerca da Transformação Digital que estamos incentivando nos últimos meses. Em parceria com a Associação Brasileira de Entidades Estaduais de TIC (ABEP), criamos um Grupo de Trabalho (GT) chamado de GTD.GOV, direcionado para a discussão sobre a Transformação Digital dentro do setor público. Entre outras coisas, esse grupo tem elaborado um conjunto de recomendações estratégicas e operacionais que subsidiarão o Conselho para as proposições de melhoria na administração pública brasileira, principalmente, no que tange a oferta de serviços públicos aos milhares de brasileiros.

Outra pauta importante, e que estará presente nas páginas desta revista, é a formulação de um GT voltado exclusivamente à gestão de Recursos Humanos nos estados brasileiros. É nosso papel provocar mudanças dentro do serviço público, mas que estejam pautadas não só nos processos, mas, também, nas pessoas. O impacto deste grupo será de grande relevância, uma vez que o Brasil tem passado por diversas questões estruturais em seu sistema organizacional.

A 26ª edição da Revista Governança e Desenvolvimento é um marco importante para o Consad e os entes federativos que a ele estão vinculados, já que esta publicação é um instrumento significativo no processo de comunicação e disseminação das informações e ações realizadas por cada um dos estados, bem como do próprio Conselho.

Neste material, elaborado em parceria com as assessorias de comunicação das secretarias estaduais de Gestão e Administração do país, o leitor encontrará um leque de matérias, artigos, publicações e pontos que conversam com esse momento atual em que estamos inseridos. São tempos de transformação, em que a informação pode ser consumida por qualquer um, a qualquer momento. Aqui, temos como foco uma agenda de gestão pública, mostrando a participação e os resultados efetivos dos estados.

Desejamos a todos uma boa leitura e que continuem acompanhando as ações do Consad!

**Fábio Marques Santos**  
Presidente do Consad

## MISSÃO

Promover a melhoria da gestão pública nacional para gerar bem-estar e desenvolvimento

## VISÃO

Ser reconhecido como liderança nacional em gestão pública

## VALORES

- Colaboração e cooperação
- Sinergia e integração
- Inovação
- Otimização e eficiência
- Ética e transparéncia

### PRÉSIDENTIA

**FÁBIO MARQUES SANTOS**  
Secretário de Estado do Planejamento,  
Gestão e Patrimônio de Alagoas

### 1º VICE-PRESIDÊNCIA

**EDSON CABRAL DE OLIVEIRA**  
Secretário de Estado da Administração  
do Estado do Tocantins

### 2º VICE-PRESIDÊNCIA

**LEANY BARREIROS DE SOUSA LEMOS**  
Secretária Estadual de Planejamento,  
Orçamento e Gestão do Rio Grande do Sul

### CONSELHO FISCAL

Inês Carolina Barbosa Ferreira (AM)  
Edelvino da Silva Góes Filho (BA)  
Merlong Solano Nogueira (PI)

### MEMBROS DO CONSADE

Maria Alice Melo Araújo (AC)  
Fabricio Marques Santos (AL)  
Suelen Amora Távora Furtado (AP)  
Inês Carolina Barbosa Ferreira Simonet Cabral (AM)  
Edelvino da Silva Góes Filho (BA)  
Mauro Benevides Filho (CE)  
André Clemente Lara de Oliveira (DF)  
Lenise Menezes Loureiro (ES)  
Bruno Magalhães da Abadia (GO)  
Otto Alexandre Levy Reis (MG)  
Flávia Alexandrina Coelho (MA)  
Roberto Hashioka (MS)  
Basilio Bezerra Guimarães (MT)  
Hana Gassan (PA)  
Jaqueline Fernandes Gusmão (PB)  
José Francisco Cavalcante Neto (PE)  
Merlong Solano Nogueira (PI)  
Reinhold Stephanes (PR)  
Bruno Schettini (RJ)  
Virginia Ferreira (RN)  
Pedro Antônio Afonso Pimentel (RO)  
Pedro de Jesus Cerino (RR)  
Leany Lemos (RS)  
George da Trindade Góes (SE)  
Henrique Meirelles (SP)  
Jorge Eduardo Tasca (SC)  
Edson Cabral da Oliveira (TO)

### SECRETÁRIA EXECUTIVA

Elizabeth Garcia Campos

### COORDENADOR DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO

Inês Carolina Barbosa Ferreira  
Secretária de Estado de Administração do Amazonas

### CONSELHEIRO EDITORIAL

Francisco Amorim

### EDITORA

Maria Carla Lisboa

### CHEFE DE REDAÇÃO

Igor Gouveia

### EDIÇÃO DE ARTE E DIAGRAMAÇÃO

Elton Mark

### PROJETO GRÁFICO

Elton Mark

### REVISÃO DE TEXTO

Ana Seidl

### TIRAGEM

1.000 exemplares

### CONSADE

SRTS Quadra 701, salas 527/528  
Asa Sul, Brasília-DF  
CEP: 70.340-000

Facebook: /consadbr

Twitter: @consadbr

Instagram: @consadbr

\* Agradecemos a colaboração das assessorias de comunicação pelos artigos apresentados. As informações contidas nos textos são de responsabilidade dos seus respectivos autores.

Governança & Desenvolvimento é uma publicação do Consad produzida pelo Instituto Brasileiro de Administração Pública - IBAP, com seus assessores de comunicação e das Secretarias dos Estados filiados ao Consad.

# NESTA EDIÇÃO

## GESTÃO CONSAD

DIREÇÃO DO CONSAD ESTREITA  
LAÇOS PARA TRANSFORMAR A  
GESTÃO PÚBLICA NO PAÍS

06



18

## GESTÃO NOS ESTADOS

### 32 Acre

- Acre inova na elaboração do Plano Plurianual

### 34 Amapá

- Mais de 600 professores do Estado são beneficiados com progressão salarial
- Amapá adere à plataforma para agilizar prestação de serviços aos cidadãos

### 38 Alagoas

- Modernização da gestão pública é prioridade para o governo de Alagoas
- Governo investe no fortalecimento da produção de conhecimento sobre Alagoas

### 44 Amazonas

- Amazonas investe na eficiência para garantir os serviços
- Cresce em 30% a participação dos servidores do Estado em cursos de capacitação

### 50 Bahia

- O Estado dá adeus ao papel
- Delegação de Alagoas conhece expertise da Rede SAC na Bahia

### 54 Ceará

- Ceará vira vitrine de boas práticas de gestão pública

### 56 Distrito Federal

- Plano estratégico busca eficiência no transporte público do Distrito Federal
- DF enfrenta o desafio de suprir demandas de energia sem prejudicar seus recursos naturais

### 64 Espírito Santo

- Centro histórico sediará núcleo administrativo do governo
- Iniciativas do Governo do Estado buscam inovação na gestão

### 68 Goiás

- Consórcio vai gerar economia de 30% para o estado de Goiás

### 72 Maranhão

- Oportunidade única para o funcionalismo

### 74 Minas Gerais

- Minas inova na atração e seleção de profissionais
- Minas atende transforma os serviços públicos

### 82 Mato Grosso do Sul

- Concessões e PPPs devem gerar R\$ 6 bi de investimentos em Mato Grosso do Sul

### 84 Mato Grosso

- Governo do Mato Grosso lança sistema on-line para reaproveitamento de bens usados
- Estado bloqueia abastecimento com gasolina e deve economizar R\$ 4 milhões anuais

### 88 Pará

- Pará adotará sistema de diárias e passagens



### 90 Paraíba

- Paraíba debate estratégias do Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS em seminário

### 92 Paraná

- Novo portal traz um mapa para atração de investimentos ao Paraná
- Paraná discute parcerias com o governo de Nova Iorque

CAPA

## TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Grupo de trabalho discute criação e aprimoramento de estratégias e soluções para acelerar a transformação digital nos governos dos estados e DF

ENTREVISTA

## EDELVINO GÓES

Secretário da Administração da Bahia e conselheiro fiscal do Consad

12



### 96 Pernambuco

- PE Integrado centraliza e padroniza processos e fluxos
- Governo do estado lança versão digital do programa Todos por Pernambuco

### 100 Piauí

- Piauí fortalece ideia de desenvolvimento sustentável com base na implementação da Agenda 2030

### 102 Rio de Janeiro

- Rio de Janeiro institui conselho, pioneiro no país, focado em inovação

### 104 Rio Grande do Norte

- Portal de Consignados do governo do Rio Grande do Norte entra no ar
- Governo conclui lançamentos do Plano RN Inclusivo

### 108 Rio Grande do Sul

- Com o desafio de se tornar 100% digital, Rio Grande do Sul busca experiências internacionais
- Governo participa de reunião com Banco Mundial nos Estados Unidos

### 114 Rondônia

- Governo racionaliza os gastos administrativos

### 116 Roraima

- Roraima estuda parceria com TCE para oferta de cursos e uso do sistema de controle de contas

### 118 Santa Catarina

- Governo sem papel chega à Casan

### 120 São Paulo

- Fazenda e Planejamento de SP revê despesas
- São Paulo lança novo portal de legislação tributária

### 124 Sergipe

- Sergipe busca a inovação na administração pública

### 128 Tocantins

- Governo do Tocantins investe na capacitação e na qualidade de vida de seus servidores



## SEÇÕES

### 06 GESTÃO CONSA

### 130 ENTREVISTA

- Edson Cabral

### 136 CURSOS E EVENTOS

### 142 ESTANTE

- Enap e FGV lançam livros sobre políticas públicas

## ARTIGOS

### 16 LUTIANO SILVA THIAGO ÁVILA

### 42 FABRÍCIO MARQUES SANTOS

### 70 BRUNO MAGALHÃES D'ABADIA

### 80 EDUARDO AZEVEDO ISABELA TOLENTINO TADEU BARROS

### 134 MARIA ISABEL ARAÚJO PAULO ROBERTO GITIRANA

### 140 ELIS RADMANN



# CINCO MESES DE AVANÇOS E CONVERGÊNCIA

**DIREÇÃO DO CONSAD  
ESTREITA LAÇOS PARA  
TRANSFORMAR A GESTÃO  
PÚBLICA NO PAÍS**

TEXTO: IGOR GOUVEIA  
FOTOS: EDTs (SEAD/AM) • MINNE SANTOS

**A**vançar e desenvolver ações que contribuam com o aprimoramento da gestão pública brasileira. É com esse pensamento que a atual gestão do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (Consad), eleita em março pelo colegiado, tem trabalhado nesses primeiros dias. A meta, conforme a nova presidência é estreitar laços e potencializar parcerias que tragam mudanças significativas para o dia a dia das Secretarias de Administração e Gestão de todo o país.

“Estamos trabalhando numa vertente em que priorizamos a construção de grupos de trabalho para que eles, em conjunto com o colegiado, possam implementar um cultura de participação nos estados brasileiros”, conta o presidente e secretário de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio de Alagoas, Fabrício Marques Santos.

Eleito em conjunto com demais secretários, o atual presidente ressalta a importância do contato com os estados. Além dele, compõem a presidência

do Conselho, o secretário de Administração do Tocantins, Edson Cabral, como primeiro vice-presidente; e a secretária de Planejamento, Orçamento e Gestão do Rio Grande do Sul, Leany Barreiros, como segunda vice-presidente.

“Tem sido, sem dúvidas, uma oportunidade muito boa para trocarmos experiências e definirmos estratégias. Aos poucos temos conseguido bons resultados e o trabalho de articulação tem sido bem recebido tanto pelos técnicos dos estados como pelas demais entidades e instituições que temos entrado em contato”, reforça Fabrício Marques.

Para o Conselho Fiscal, foram eleitos os secretários da Administração do Estado da Bahia, Edelvino da Silva Góes Filho; do Piauí, José Ricardo Pontes Borges; e da Administração e Gestão do Amazonas, Inês Carolina Barbosa Ferreira Simonetti Cabral.



## GRUPOS DE TRABALHO

Um dos grandes destaques deste curto período de trabalho da atual gestão foi a criação de um Grupo de Trabalho (GT) direcionado para a discussão sobre a Transformação Digital dentro do setor público. Em parceria com a Associação Brasileira de Entidades Estaduais de TIC (Abep), o Consad tem direcionado para as Secretarias de Administração e Gestão que fazem parte do Conselho ações voltadas para esta temática. Em geral, o intuito é fomentar ainda mais práticas que promovam efetivamente a eficiência das organizações públicas.

“É preciso ter em mente que a transformação digital é o assunto da vez e, por isso, estamos tão empenhados neste processo. Agora, com o GT formado, estamos traçando um plano de ação mais efetivo para a implantação de medidas que irão, entre outras coisas, facilitar o aprimoramento da oferta de serviços públicos à sociedade”, afirma o presidente do Consad.

Além desse, outro grupo foi formado com o intuito de aprofundar os assuntos relacionados à gestão de recursos humanos nos estados. A ideia é dialogar sobre as mudanças recentes que estão impactando na administração pública brasileira.

“Nossa meta, enquanto colegiado, é potencializar as diversas discussões que permeiam a gestão pública. Percebemos que a pauta sobre recursos humanos é importante e deve, por sua complexidade, ser debatida. São novos tempos e, por este motivo, precisamos nos aprofundar. Este grupo é fundamental para que, temas como previdência, qualidade de vida e gestão de pessoas consigam ser explorados da forma correta”, afirma Fabrício.

**“Nossa meta, enquanto colegiado, é potencializar as diversas discussões que permeiam a gestão pública”**

**Fabrício Marques Santos**

*Presidente do Consad e Secretário de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio de Alagoas*

## CONEXÕES E NOVOS CAMINHOS

Outra questão tomada como prioridade nesta gestão é o intercâmbio entre as diversas instituições brasileiras. Um bom exemplo foi às diversas trocas ocorridas nos últimos meses com entidades, como o Banco Mundial e os entes do governo Federal. Seja na construção das pautas dos fóruns conjuntos ou, ainda, nas reuniões técnicas, o Consad tem feito um trabalho muito importante neste sentido.

“Conseguimos o apoio de diversos setores e, sem dúvidas, os últimos meses foram enriquecedores. Pudemos trocar informações com instituições que estão envolvidas em ações importantes a nível mundial e, hoje, o Consad tem se colocado como um colegiado que está envolvido com as diversas pautas estruturais em discussão no país. É assim, aos poucos, conversando e formalizando parcerias, que vamos conseguir estabelecer mudanças organizacionais e culturais nos estados”, completa Fabrício. ●

# CONSAD REALIZA FÓRUM DE GESTÃO DE PESSOAS EM PARCERIA COM O BANCO MUNDIAL

OBJETIVO DO ENCONTRO FOI  
DEBATER ESTRATÉGIAS DE  
FORMAÇÃO, CAPACITAÇÃO E  
DIMENSIONAMENTO DE  
RECURSOS HUMANOS  
NO SETOR PÚBLICO



TEXTO E FOTO: ASCOM/CONSAD



Com o intuito de fomentar a troca de experiências e de contribuir com o aprofundamento de temáticas ligadas ao dia a dia da administração pública brasileira, o Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (Consad), organizou, em parceria com o Banco Mundial, o Fórum “Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento: em busca de soluções”.

Realizado em Brasília, o evento reuniu secretários e gestores de todo o país para aprofundar discussões acerca da gestão de pessoas dentro da máquina pública e, também, para provocar estratégias para a diminuição de custos das despesas de pessoal no desequilíbrio fiscal dos Estados.

“É de fundamental importância que temas como esses sejam abordados e, principalmente, aprofundados com os secretários titulares das Secretarias de Administração do país. Esse fórum, que teve grande contribuição e mediação do Banco Mundial, colabora com o surgimento de estratégias para a área de Gestão de pessoas e para soluções criativas a serem adotadas na administração pública brasileira”, ressalta o atual presidente do Consad e secretário de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio de Alagoas, Fabrício Marques Santos.

No fórum, além das atividades propostas e das discussões realizadas, os participantes receberam informações importantes de um relatório do Banco Mundial, o qual aborda, entre outras coisas, perspectivas sobre a questão dos recursos humanos para o país.

“A ideia, no geral, foi possibilitar que os gestores pudessem ter contato com dinâmicas, ferramentas, sistemas e estratégias importantes acerca de planejamento estratégico para que, nos próximos anos, as políticas de gestão de Recursos Humanos sejam mais realistas e com foco na diminuição dos gastos”, completa Fabrício.

## CONSAD

Com sede em Brasília, o Consad é formado pelos secretários de Administração/Gestão de todos os estados brasileiros e do Distrito Federal, mantendo encontros periódicos e espaços permanentes de troca de experiências inovadoras e busca de soluções criativas para o aperfeiçoamento da gestão pública no Brasil.

Criada em 2000, a entidade busca atuar como órgão permanente de coordenação e articulação dos interesses das secretarias e dos órgãos correlatos, bem como participar da formulação e implementação das políticas nacionais de administração pública, entre outros.



# AGENDA EXTENSA EM BRASÍLIA EM BUSCA DE PARCERIAS

CONSAD PRIORIZA A PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS  
ESTRATÉGICOS NA CAPITAL FEDERAL PARA  
POTENCIALIZAR SUAS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

TEXTO: ASSESSORIA SECAD/TO  
FOTOS: BRUNO BATISTA (VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA)

**S**empre em busca de ações que possam contribuir e fortalecer a gestão pública brasileira, o Conselho Nacional de Secretários da Administração (Consad) participou, no último mês de agosto, de uma reunião estratégica com o vice-presidente da República, general Hamilton Mourão.

No encontro, o vice-presidente do Consad, Edson Cabral, apresentou o trabalho, que vem sendo realizado pelo Conselho, de colher subsídios junto aos Estados membros, para a melhoria das atividades ligadas à Pasta de Administração nas diversas Secretarias de Estado brasileiras. “Acredito que estamos em um momento muito bom para avançarmos e melhorarmos a administração pública no nosso país”, pontuou.

Além do Consad participaram do encontro, o deputado federal Hugo Leal (PSD/RJ); o senador Izalci Lucas (PSDB/DF); o diretor de Ensino e Pesquisa da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração (ANGRAD), Edson Kondo; o presidente do Conselho Federal de Administração (CFA), Mauro Kreuz, e o diretor da EBAPE/FGV, Flávio Vasconcelos.

O corpo diretor do Consad ainda cumpriu extensa agenda em Brasília com a participação em reuniões e eventos focados no avanço e aprimoramento da Gestão Pública, como o lançamento da Frente Parlamentar Mista pelo Fortalecimento da Gestão Pública. O colegiado, composto por deputados e senadores, vai propor uma série de ações e medidas que visam a inovar o serviço público.

“É importante que acompanhemos tudo o que tem acontecido do ponto de vista tecnológico, administrativo e de recursos humanos para o aprimoramento do serviço público, já que é ele quem dá suporte para as políticas públicas do país”, afirmou à época o coordenador da Frente, deputado Hugo Leal (RJ).

Outro compromisso importante foi a participação do Consad no Seminário Internacional de Transformação Digital, promovido pelo Banco Mundial (BID) e pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap). O encontro contou com a participação de vários especialistas nacionais e internacionais.

“A agenda foi de grande valia para fortalecermos nosso entendimento e representatividade nas pautas

sobre a Transformação Digital. A ENAP, inclusive, nos ofereceu um espaço na Semana Nacional da Inovação que ocorrerá entre 4 e 7 de novembro”, pontuou o vice-presidente do Consad, Edson Cabral.

**“Acredito que estamos em um momento muito bom para avançarmos e melhorarmos a administração pública no nosso país”**

**Edson Cabral**

*Vice-presidente do Consad e secretário de Estado de Administração de Tocantins*



# EDELVINO GÓES

SECRETÁRIO DA  
ADMINISTRAÇÃO DA  
BAHIA E CONSELHEIRO  
FISCAL DO CONSAD



FOTOS: MATEUS PEREIRA/GOVBA

“

Em um ambiente de crise fiscal e, ao mesmo tempo, em uma sociedade cada vez mais exigente com a qualidade do serviço público, o Estado tem de aumentar a sua capacidade de entrega

”

**Como o Consad pode trabalhar para ultrapassar tantos desafios que existem atualmente na gestão pública brasileira?**

**GÓES** – O país precisa de um novo pacto federativo. A união concentra 2/3 dos recursos públicos; os estados, 22%; e os municípios algo em torno de 12%. Os recursos devem ser mais bem distribuídos, menos concentrados. O Consad precisa participar desse debate, mostrando que essa concentração de recursos públicos não faz bem aos desafios do Estado brasileiro. É importante também o Consad auxiliar na formação de uma agenda comum de modernização da gestão pública entre União, estados e municípios. Para isso, é fundamental a construção de um pacto político em prol de uma agenda voltada para resultados e capaz de criar uma rede brasileira de gestão pública que garanta a implementação de uma agenda de modernização.

**Governo digital é um tema que está, cada vez mais, em pauta. Como o senhor enxerga esse cenário no país?**

**GÓES** – Em um ambiente de crise fiscal e, ao mesmo tempo, em uma sociedade cada vez mais exigente com a qualidade do serviço público, o Estado tem de aumentar a sua capacidade de entrega. Daí o papel estratégico na implementação de um governo digital

capaz de potencializar serviços com atendimento para 24 horas por dia, nos sete dias da semana. Para ser efetivo, o governo digital precisa cuidar de todas as dimensões dessa agenda, tais como ciência de dados, inteligência artificial, automação e robotização.

**O Conselho Nacional de Secretários de Administração tem participado de muitos debates importantes. Um deles é o aprofundamento da questão do equilíbrio fiscal nos estados brasileiros. Como o senhor percebe esse tema?**

**GÓES** – O principal motivo para o desequilíbrio fiscal e financeiro nos estados é a questão previdenciária. Os fundos previdenciários só foram implementados nos estados a partir de 1998. E assim não se teve a formação de reservas suficientes para o pagamento de benefícios previdenciários. Outro aspecto é a pouca presença da ferramenta de monitoramento e avaliação do gasto público que torne visível a relação entre custo e resultado do gasto. O Consad pode auxiliar no debate sobre equilíbrio fiscal, sobretudo nos aspectos do aumento significativo das despesas correntes e obrigatórias e da deficiência dos instrumentos de monitoramento avaliação dos gastos públicos. O desequilíbrio fiscal e financeiro é uma questão prioritária dos governos.



**A Bahia tem se mostrado um Estado muito importante nas discussões sobre recursos humanos, principalmente, voltado para a administração pública. Como o senhor enxerga esse protagonismo?**

**GÓES** – Implementamos um novo sistema de recursos humanos, um salto tecnológico que trará segurança de que tudo que está sendo pago tem base legal. Além da tramitação eletrônica dos processos com os atos administrativos gerados pelo sistema, automatizando mais de 90% dos lançamentos em folha. Implementar a tecnologia SAP em 66 unidades, entre órgãos da administração direta e indireta e empresas públicas, é uma ação inédita na administração pública brasileira. Estamos na vanguarda das tecnologias voltadas para a gestão integrada dos processos da área de pessoal com ferramentas utilizadas nos países desenvolvidos. Vários estados já nos procuraram para conhecer a nossa experiência. Estamos melhorando a gestão da vida funcional de

270 mil servidores ativos, aposentados e pensionistas. E temos o controle efetivo de uma despesa que compromete metade do orçamento do estado.

**É uma convergência de que a gestão pública brasileira precisa ser fomentada e trabalhada para que tenha melhorias significativas. Qual a sua opinião sobre isto? Como o Consad pode ajudar nesta tarefa?**

**GÓES** – Temos um país com alta taxa de desigualdade de renda. Combater essa desigualdade requer uma profissionalização do Estado brasileiro. Precisamos criar um ambiente favorável à inovação e à eficiente gestão de pessoas. As Secretarias de Administração têm de cuidar de suas atribuições tradicionais e ao mesmo tempo pensar no estratégico, que passa pelo salto gerencial. O Consad precisa mobilizar os secretários em busca dessa agenda e atender também aos

“

Temos um país com alta taxa de desigualdade de renda. Combater essa desigualdade requer uma profissionalização do Estado brasileiro.

Precisamos criar um ambiente favorável à inovação e à eficiente gestão de pessoas.

”

seus interesses e demandas. O aumento da capacidade de governança dos estados impacta diretamente na qualidade dos serviços prestados ao cidadão. Por isso, é preciso investir em profissionalização da máquina, controle e uso eficiente dos recursos públicos e em canais de participação social.

**Como o senhor enxerga os fóruns conjuntos realizados pelo Conselho? E a participação dos estados?**

**GÓES** – Importante a integração entre plano, orçamento e gestão. O grande objetivo de uma boa governança é transformar o que foi planejado em algo operacionalmente viável. Ou seja: o principal objetivo de um plano é ser implementável. Nesse sentido, o Fórum Conjunto Consad, Conseplan e Comsefaz amplia as articulações em torno da melhoria da gestão pública. E os espaços de compartilhamento e troca de experiências são fundamentais. É deste modo que os estados têm acesso a vários eixos temáticos como gestão de pessoas, governo digital, compras governamentais e logística, qualidade do atendimento, gestão do patrimônio, entre outros.

**Em sua opinião, qual é o principal desafio do Consad nos próximos anos?**

**GÓES** – O principal desafio do Consad é dar visibilidade à gestão pública. Falar da importância da definição de diretrizes, objetivos, metas e indicadores no

campo da gestão. O Consad é um lócus que auxilia na coordenação federativa à medida que potencializa a articulação interestadual. Essa nova gestão tem se voltado para as articulações com o governo federal e organismos internacionais com pautas bem definidas. Outra ação é a volta da revista Governança & Desenvolvimento e o planejamento para o retorno do congresso Consad. É importante também a articulação com o Congresso Nacional para levantar projetos de interesse da melhoria da gestão pública. ●

### PERFIL

**Edelvino Góes** é secretário da Administração da Bahia e conselheiro fiscal do Consad. Economista, mestre em economia pela Universidade Federal da Bahia e professor universitário, ingressou no serviço público federal por meio da Sudene e, mais adiante, no IBGE. Teve passagem pelo Ministério da Fazenda e pelo Tribunal de Justiça da Bahia. Foi chefe de gabinete da Secretaria da Administração por sete anos antes de assumir a Pasta, em 2013.



# ACELERANDO A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NOS GOVERNOS DOS ESTADOS BRASILEIROS E DO DISTRITO FEDERAL



**N**ão estamos em uma era de mudança, mas estamos em uma mudança de era". Esta frase do especialista chileno Alfredo Barriga, ex-secretário Executivo de Desenvolvimento Digital do governo do Chile e autor do livro "Futuro presente: como a nova revolução digital afetará a minha vida", resume o impacto da transformação digital nas empresas, nas pessoas, e também nos governos. Esta mudança de era é impactada não somente pelas tecnologias digitais, mas também pelas novas demandas dos clientes, dos usuários e dos negócios.

Segundo Yolande E. Chan, no seu clássico artigo *Business Strategic Orientation, Information Systems Strategic Orientation, and Strategic Alignment*<sup>1</sup>, o alinhamento entre a estratégia dos negócios com a das tecnologias da informação e da comunicação é fundamental para gerar efetividade das TIC para suportar as mudanças demandadas e necessárias pelas partes interessadas nas organizações. Esse alinhamento entre negócio e TIC é condição *sinequa non* para a efetividade da Transformação Digital, pois esse tema tem que ver com a transformação dos negócios visibilizada pelo digital.

A transformação digital proporciona condições para que novos negócios e soluções disruptivas surjam e se popularizem em curto espaço de tempo, assim como as soluções e aplicativos de transporte, alimentação, hospedagem, logística, compras coletivas e tantos

outros negócios mais sofisticados, como os bancos digitais, atendentes virtuais inteligentes, soluções de saúde digital e segurança pública inteligente, dentre tantas outras organizações de perfil exponencial.

Esta transformação está também acabando com negócios desalinhados com os novos tempos, é orientada por um cliente/usuário que quer que a sua experiência com o serviço seja muito levada em consideração e que busca um serviço de melhor qualidade, muitas vezes pagando menos. Além disso, busca ter uma relação *omni-channel* com instituições públicas e privadas, utilizando múltiplos canais ao mesmo tempo e de forma integrada para usufruir de um determinado serviço. No setor público a Transformação Digital já chegou e é conhecida atualmente como Governo Digital.

Segundo o importante relatório *UN E-Government Survey*, edição 2018, desenvolvido pelas Nações Unidas, o Brasil subiu da 51<sup>º</sup> para a 44<sup>ª</sup> posição no Índice Geral de Desenvolvimento de Governo Eletrônico (E-Government Development Index – EGDI), que mede o Governo Eletrônico/Digital em todas as nações filiadas a ONU. Trata-se de uma recuperação importante do Brasil, motivada por uma agenda de Governo Digital bem estruturada pelo governo federal a partir de 2016, que tem como pontos fortes a Estratégia de Governança Digital – EGD, a Plataforma de Cidadania Digital, uma contribuição relevante na estratégia brasileira para a Transformação Digital

<sup>1</sup> CHAN, Y. E. et al. Business strategic orientation, information systems strategic orientation, and strategic alignment. *Information Systems Research*, v.8, n.2, p.125-150, June 1997.

entre muitas outras ações, que inclusive estão sendo aceleradas na esfera federal, no ano de 2019, e que certamente posicionarão o Brasil em classificações ainda melhores, a exemplo do recém-lançado Portal Gov.br – portal único do governo brasileiro.

Entretanto, o Brasil é uma Federação, onde a União, estados e municípios são entes autônomos segundo a Constituição Federal de 1988. Logo, o avanço do Governo Digital não precisa acontecer apenas na esfera federal, mas em todas as demais esferas do Estado brasileiro. Vários estados da Federação já possuem projetos relevantes de Governo Digital, todavia, alinhados com as prioridades de cada Unidade Federativa. Por outro lado, surge uma grande oportunidade de sinergia e compartilhamento de conhecimentos, tecnologias e recursos entre os estados brasileiros para acelerar o Governo Digital nesta esfera estadual da administração pública.

Assim, de forma inédita, o Consad se uniu à Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Tecnologia da Informação (Abep-TiC) para a criação do Grupo de Trabalho Conjunto para Transformação Digital nos Governos Estaduais e Distrital (GTD.GOV CONSAD E ABEP-TIC), em maio de 2019. Esse grupo agrupa, atualmente, especialistas de 13 estados brasileiros e do Distrito Federal, que atuam para identificar e propor encaminhamentos para os desafios complexos, trazidos pela transformação digital aos governos estaduais e distrital.

O grupo também atua na articulação com o governo federal, organizações internacionais e parceiros correlatos para o desenvolvimento da agenda subnacional de Governo Digital para atingir objetivos como:

- Articular e priorizar as necessidades da nova sociedade digital brasileira x políticas públicas para atender tais necessidades x quais tecnologias disponíveis.
- Acelerar e facilitar o desenvolvimento da Transformação Digital nos estados brasileiros e no Distrito Federal, com o comprometimento de profissionais e instituições com forte atuação na temática.
- Articular as demandas dos estados junto ao Governo Federal, organizações internacionais e demais instituições para o desenvolvimento da Transformação Digital no setor público.
- Construir e compartilhar conhecimento sobre a Transformação Digital no setor público na escala subnacional.

Para promover a Transformação Digital nos Governos estaduais e distrital do Brasil, o GTD.GOV estruturou-se em três subgrupos de trabalho para o

segundo semestre de 2019 para gerar produtos concretos que facilitem o desenvolvimento desta importante agenda. O subgrupo de **Governança para a Transformação Digital** tem como produto prioritário a elaboração de um “documento de diretrizes para a governança da Transformação digital, nos Governos Estaduais e Distrital”, que avaliará a capacidade dos Estados e DF para Governar a Transformação Digital bem como quais providências poderá adotar para o desenvolvimento desta Governança.

O subgrupo de **Arquitetura Corporativa para a Transformação Digital** está desenvolvendo um modelo genérico de arquitetura corporativa para as plataformas de Transformação Digital. Este modelo possibilitará que os estados desenvolvam as suas plataformas para a prestação de serviços digitais apoiadas em estruturas institucionais, políticas, tecnológicas e de conhecimento que transformem o relacionamento entre sociedade e Estado, agregando valor à vida das pessoas, reduzindo a burocracia e os custos para o Estado e o cidadão. Já o subgrupo de **Serviços Digitais** está atuando na priorização e articulação para o desenvolvimento e entrega de serviços digitais, através de grande mobilização entre as afiliadas Abep e Consad, Governo Federal e outras instituições parceiras. Este grupo tem foco principal no usuário do serviço público e se dedica a identificar os principais serviços que, ao serem digitais, geram alto impacto, valor e comodidade aos seus usuários.

Unidos, Consad e Abep estão atuando na escrita da história do Governo Digital dos estados brasileiros e do Distrito Federal. A iniciativa do GTD.GOV reforça e valoriza o papel institucional destas importantes associações nacionais, bem como dos servidores públicos que atuam em suas afiliadas, que possuem grande conhecimento especializado em temas relevantes para a gestão pública e para os brasileiros. Todo este esforço visa a conduzir os governos estaduais nesta mudança de era proporcionada pelo digital e que, através desta iniciativa, estão sendo organizados e direcionados para proporcionar resultados relevantes para todos os brasileiros.

**Lutiano Silva** é presidente da ABEP-TIC, possui mestrado em Ciência da Computação pela UFPE e atua como presidente do Centro de Gestão de Tecnologia da Informação – PRODAP (Processamento de Dados do Estado do Amapá)

**Thiago Ávila** é superintendente de Produção da Informação e do Conhecimento da Secretaria de Estado do Planejamento e Gestão de Alagoas (afiliada Consad). É o coordenador, pelo Consad, do Grupo de Trabalho Conjunto para a Transformação Digital nos Governos Estaduais e Distrital – GTD.GOV Consad e Abep-TIC.

# TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NO GOVERNO JÁ É REALIDADE, MAS PRECISA SER ACELERADA



GRUPO DE TRABALHO  
DISCUTE CRIAÇÃO  
E APRIMORAMENTO  
DE ESTRATÉGIAS E  
SOLUÇÕES PARA AGILIZAR  
A TRANSFORMAÇÃO  
DIGITAL NOS GOVERNOS  
DOS ESTADOS E DF

TEXTO E FOTOS: SHEILA SOUZA



**A** segunda reunião do GTD.GOV – Grupo de Trabalho para a Transformação Digital – nos governos estaduais e distrital contou com a participação de especialistas dos governos subnacionais, governo federal e instituições da sociedade civil. O encontro aconteceu nos dias 28, 29 e 30 de agosto na Escola Nacional de Administração Pública (Enap), Campus Jardim, em Brasília. O objetivo foi aprimorar e acelerar estratégias já em curso, construídas por especialistas nos estados e DF.

O trabalho é dividido por três subgrupos, alinhados em temas estratégicos: Governança para a Transformação Digital; Arquitetura Corporativa e Serviços Digitais. Dentre as pactuações, foram estabelecidos: a criação de um documento de diretrizes de governança para a transformação digital nos governos estaduais e distrital; um modelo genérico de arquitetura corporativa para as plataformas digitais; a priorização de serviços públicos de alto impacto para serem transformados digitalmente e, ainda, uma metodologia genérica que permita a transformação dos serviços públicos priorizados pelo GT.

O encontro teve grande representatividade. Significa a convergência de esforços entre os governos estaduais, governo federal e demais instituições. Para o presidente da Enap, Diogo Costa, a transformação digital ocorre, principalmente, pela ação e integração de pessoas. “Um sistema unificado minimiza a burocracia nos serviços públicos.”

Durante a palestra magna sobre a Transformação Digital no governo brasileiro, o secretário de Governo

Digital do Ministério da Economia, Luis Felipe Monteiro, frisou a importância de ter o cidadão como ator das políticas. “No Brasil, é necessário quebrar protocolos, eliminar rótulos e mudar a cultura para que a transformação digital ocorra. O cidadão quer ver o serviço no topo do site, informações úteis, resolutivas!”, pontuou.

O Brasil é a 4<sup>a</sup> maior população conectada do mundo, ocupando a 44<sup>a</sup> posição na oferta de serviços públicos digitais. Existem muitos serviços e cidadãos na espera por eles. O governo federal tem mais de 1500 sites, com a nomenclatura .gov.br., por isso existe a real necessidade de integrar todos esses canais digitais em algo robusto e efetivo para a população.

As ações vão ao encontro à missão do governo federal relativa à transformação digital e têm relação direta com os estados. A previsão é de redução de custos em torno de R\$ 36 bilhões/ano, considerando fatores como: alocação de recursos, deslocamentos para atender solicitações, produção de material impresso, tempo de espera, dentre outros. Para o GT, unificar todos esses canais digitais reduzirá fraudes e trará mais eficiência.

A expectativa é publicar mil novos serviços digitais. Atualmente, o governo federal oferece 3.271 serviços, sendo 47% digitais. Todos eles serão compilados e passarão pela transformação. “O futuro da transformação digital é a computação em nuvem, a inteligência artificial, o big data e analytics, a internet das coisas e o blockchain. No entanto, estamos ainda



no estágio inicial, que é a digitalização de serviços públicos.", observou o secretário de Governo Digital do Ministério da Economia, Luis Felipe Monteiro.

Segundo o coordenador geral do GTD.GOV e superintendente de Produção da Informação e do Conhecimento da Seplag de Alagoas, Thiago Ávila, a meta do GTD.GOV é que os desafios sejam de grande relevância para os estados e impacto positivo para a sociedade. Ele apresentou os resultados previstos para o segundo

semestre de 2019 e o já realizado até agosto/2019. E defendeu que o cidadão brasileiro espera muito mais dos serviços públicos: "A sociedade brasileira não quer se dirigir ao balcão para usufruir dos serviços públicos. Quer fazer isto de qualquer lugar, em qualquer tempo e com um baixo custo".

Durante o evento, o deputado federal Felipe Rigoni (PSB-ES) apresentou o Projeto de Lei 3.443/2019 – Governo Digital. O PL tem grande impacto na transformação digital. O GTD propôs contribuições para o PL que foram recebidas pelo deputado relator. O projeto será a diretriz geral do Governo Digital e norteará o processo de transformação digital no governo. "Esse projeto vai ajudar muito a vida do cidadão, que terá na tela do computador os serviços e utilidades para facilitar seu cotidiano." pontuou.

O projeto determina a criação de um painel unificado de monitoramento dos serviços públicos, com dados agregados dos serviços, como volume e tempo médio dos atendimentos, característica das pessoas atendidas, de modo que se possa monitorar a qualidade dos serviços prestados. Prevê, ainda, uma base nacional de serviços públicos, na qual o cidadão possa fazer pesquisa por serviços públicos digitais de sua cidade.



SEGUNDO O  
SECRETÁRIO LUIS  
FELIPE MONTEIRO,  
O FUTURO DA  
TRANSFORMAÇÃO  
DIGITAL É A  
COMPUTAÇÃO  
EM NUVEM, A  
INTELIGÊNCIA  
ARTIFICIAL,  
O BIG DATA E  
ANALYTICS, A  
INTERNET DAS COISAS  
E O BLOCKCHAIN

## PARCERIA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Segundo o deputado Felipe Rigoni, está previsto no PL 3.443/2019 o apoio de bancos de fomentos para financiar as ações de implementação da transformação digital.

Francisco Caldas, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), mencionou a experiência em iniciativas de transformação digital em outros países da América Latina, Caribe, Canadá e reforçou a disponibilidade da expertise obtida pelo banco nas articulações com especialistas de outros países. Para Caldas, a Transformação Digital deve ocorrer para a modernização da gestão pública e a prestação de serviços públicos com excelência.

“Encontra-se em curso uma negociação para que a Transformação Digital seja um dos eixos de financiamento aos governos estaduais no âmbito do Programa Pró-Gestão”, completou Fabiano Colbano, do Banco Mundial.

O segundo dia foi marcado pelo aprimoramento dos trabalhos técnicos do GTD.GOV. Pela manhã, os subgrupos apresentaram conceitos e metodologias da pesquisa/diagnóstico sobre a Governança para a Transformação Digital nos governos estaduais e DF que ainda se encontra na fase de coleta de dados. Esta pesquisa identifica as atuais capacidades dos governos para governar a Transformação Digital bem como apontar quais investimentos e ações deverão ser priorizados para viabilizar a Transformação Digital.

A pesquisa conta com grande adesão dos estados e os resultados finais subsidiarão um documento de diretrizes para a Transformação Digital nos governos, a ser encaminhado pelo Consad e ABEP-TIC para tomadores de decisão nas esferas públicas e privadas.

## INICIATIVAS DO GOVERNO FEDERAL

Júlio Medeiros, da SGD, destacou as iniciativas do governo federal, que, desde o decreto 8.936/2016, instituiu a plataforma de Governo Digital. Uma das primeiras iniciativas foi a realização de um censo com o objetivo de conhecer os serviços públicos oferecidos pela Administração Pública Federal. O trabalho resultou em um catálogo de 1.749 serviços de 85 órgãos, em que 31% estão 100% digital, 44% parcialmente digital e 25% não digital. Constatou-se que 63% dos serviços estavam voltados para empresas, 54% para o cidadão e 35% para o setor público.

No âmbito do subgrupo de Governança, o GTD discutiu os desafios da pesquisa/diagnóstico sobre Transformação Digital incorporando as diretrizes apresentadas pelo governo federal.



## TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NA PRÁTICA

Luiz Miyadaira, da SGD, apresentou a solução de Documento Nacional de Identidade. O DNI é um documento nato digital que, do ponto de vista técnico, está pronto e validado, tendo sido emitidos mais de 20 mil DNI para servidores públicos no período de validação da solução.

O grande diferencial do DNI é a identificação biométrica do cidadão, uma vez que está integrado à base biométrica do TSE e à base de dados biográficos, denominada base de Identificação Civil Nacional (ICN). O DNI ainda proporciona aos cidadãos funcionalidades como: Assinatura digital; Carteira digital de documentos; Auto consentimento de acesso a dados (lei geral de proteção de dados nº 13.709/2018); Atualização cadastral e Token seguro para acesso a portal de serviços.

## FORMAÇÃO DE PESSOAS

Anderson Costa, da SGD, apresentou a plataforma capacita.gov.br, desenvolvida em parceria com a Enap e que disponibiliza uma oferta relevante de cursos à distância voltados à formação de pessoas para a Transformação Digital.

A oferta de cursos é estruturada em sete eixos: Liderança e inovação; Alta tecnologia e tendências tecnológicas, Ciência de dados, Transformação ágil, Governança e gestão de TIC, Serviços para o cidadão e Segurança da informação. São diversos cursos em cada eixo, que podem ser feitos gratuitamente pelos colaboradores do setor público.



“A Transformação Digital só acontece mediante o aprimoramento e a transformação do *mindset* das pessoas que fazem o serviço público funcionar. A rica formação disponível no capacita.gov.br é fundamental para que a Transformação Digital seja realidade nos estados e no DF. Nossa desafio é o de formar líderes e ‘servidores digitais’ a partir desta oferta de formação, utilizando as escolas de governo estaduais para fazer este conhecimento chegar em quem precisa”, destacou o coordenador-geral do GTD.GOV, Thiago Ávila.

O presidente executivo da ABEP-TIC, Lutiano Silva, ressaltou a economia de recursos públicos proporcionada pelo capacita.gov.br. “A oferta de cursos disponibilizada tem alto valor agregado e alto valor financeiro, que os governos estaduais teriam que desembolsar para capacitar seus servidores. Com a plataforma virtual, o recurso público é otimizado e toda a administração pública brasileira se beneficia do investimento inicial feito pelo governo federal”, explicou.

## COMPARTILHAMENTO DE DADOS

A SGD apresentou ainda a nova política de compartilhamento de dados governamentais que está sendo proposta, a qual resultará na atualização do Decreto Federal 8789/16. Esta política visa a dar clareza, segurança técnica e jurídica e utilizar o compartilhamento de dados públicos como insumo estratégico para o Governo Digital, preocupando-se especialmente com a proteção dos dados pessoais.

A política tem como finalidades fomentar o compartilhamento de dados na administração pública, fortalecer a segurança da informação, qualificar os

dados públicos e garantir a conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). O compartilhamento de dados dar-se-á mediante três níveis de disponibilidade: compartilhamento amplo, restrito e específico.

Segundo o diretor-técnico da Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais, Kassius Vasconcelos, a política está aderente às boas práticas necessárias para estas finalidades. Conforme comentou: “Para cada nível de disponibilidade existem diversas regras de disponibilidade, autenticidade e segurança dos dados. A política também estabelece responsabilidades claras sobre a governança e gestão dos dados, que é fundamental para que o setor público possa tomar as suas decisões orientadas por dados.”

## REDE.GOV.BR

Trata-se de uma rede de natureza colaborativa, com a finalidade de promover a colaboração, o intercâmbio, a articulação e a criação de iniciativas inovadoras relacionadas à temática de Governo Digital no setor público. Foi instituída pelo Decreto Federal 9.584/18 e proporciona diversos benefícios para os governos participantes da rede: (1) Prioridade no uso das plataformas digitais ofertadas pelo governo federal; (2) Apoio técnico no planejamento e aplicação de estratégias de Transformação Digital de serviços; (3) Acesso a meios de financiamento para programas de Transformação Digital de serviços; (4) Acesso a vagas em programas de capacitação referentes à temática de Transformação Digital.

A rede.gov.br possui em seu catálogo de produtos diversas soluções relevantes como o login único gov.br, a metodologia do censo de serviços, que gera toda a catalogação detalhada dos serviços públicos, ferramenta de pesquisa com usuário para captação da sua percepção do serviço público, avaliação de serviços, modelo de custos, ferramenta de automação para a Transformação Digital de serviços públicos, dentre outros.

A participação na rede é por adesão, mas precisa ser feita mediante compromisso do chefe do Poder que deseja aderir à rede. O site <http://rede.gov.br> apresenta a finalidade da rede, seu escopo e o procedimento para adesão.

Para o vice-presidente de Gestão da ABEP-TIC e presidente do Prodest/ES, Tasso Lugon, a rede.gov.br é um espaço relevante de compartilhamento de recursos para acelerar a Transformação Digital. “As soluções disponíveis são muito relevantes para facilitar a jornada digital que todos os governos estaduais

e municipais precisam desenvolver imperativamente nos próximos meses e anos", ressaltou.

## GOVERNO COMO PLATAFORMA E ARQUITETURA

O terceiro dia do encontro serviu para apresentar os meios técnicos necessários para viabilizar a oferta integrada de serviços públicos e o relacionamento inteligente entre o Estado e o cidadão.

O subgrupo de Arquitetura corporativa apresentou o modelo genérico para plataformas de serviços públicos digitais dos governos estaduais e distrital. Este modelo de referência permite que os governos possam desenvolver todos os componentes necessários para as plataformas e portais de governo digital, provendo serviços públicos de forma inteligente, digital e proativa para o cidadão.

O modelo genérico desenvolvido pelo subgrupo estabelece que uma plataforma de serviços digitais deve dispor do cadastro-base do cidadão e recursos de relacionamento este, possibilitando o acesso ao histórico dos serviços públicos consumidos por cada cidadão, identificação segura, etc. A plataforma também deve dispor de uma base de informações e de serviços públicos alimentada pelos quadros gerais de serviços e pelas cartas de serviços ao usuário, conforme estabelecido pela Lei 13.460/17. Também deve possuir recursos de gestão e governança, apoiados por soluções de Inteligência de Negócios (*Business Intelligence e Analytics*) que proporcionam o acompanhamento em tempo real das demandas de serviços dos usuários, bem como possibilitar a previsibilidade de demanda de

## CRLV DIGITAL TORNARÁ A VIDA DO MOTORISTA MAIS FÁCIL

A promessa é desburocratizar com um sistema que permite a redução de custos e interatividade nos serviços públicos, disponível em aplicativos para o cidadão.

O diretor do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), Jerry Adriane Rodrigues, abordou os desafios enfrentados com o primeiro documento digital lançado no Brasil – a CNH digital. Em seguida, apresentou o panorama da implementação do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) digital – presente em 16 unidades federativas e em processo de adesão em outras 11. Além de dispensar o uso do papel, outra facilidade é permitir compartilhar o documento no caso de empréstimo do veículo a terceiros.

A Carteira Nacional de Habilitação (CNH) é baixada como aplicativo, validada digitalmente, e contará, em breve, até com reconhecimento facial digital. Em 2018 havia a exigência de ir fazer cadastro presencial. Hoje é um serviço muito bem avaliado. "As pessoas estão em busca de solução de praticidade. Além de ser digital, tem de ser interativo. O cidadão terá informação atualizada e num só lugar", destacou Rodrigues.

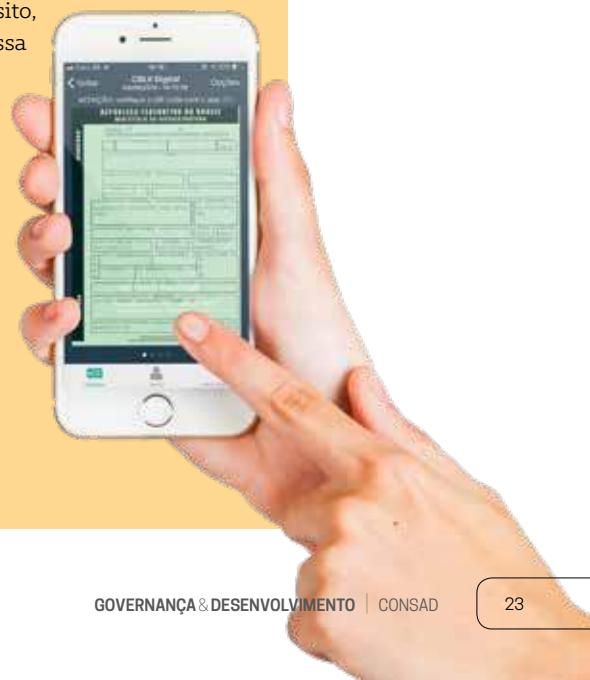
Do ponto de vista burocrático, o pagamento unificado das multas desafogará o sistema, mas para isso será necessária a ajuda dos estados. Isso auxiliará nos descontos, nos recursos e na judicialização. Além disso, trará eficiência e rapidez na comunicação.

### MODELO UNIFICADO DE ARRECADAÇÃO

Os próximos passos serão a busca pela interação com o cidadão, a Carteira Nacional de Habilitação digital, portal e Sistema de Notificação Eletrônica (SNE), com alertas, vencimento da CNH, vencimentos de multas, entre outros.

O coordenador do subgrupo de Serviços digitais do GTD.GOV e subsecretário de Governança e Serviços da Seplag/MG, Rodrigo Diniz, indagou o diretor geral do Denatran quanto à dispensa do documento impresso do CRLV. O diretor destacou que, nas próximas semanas, haverá uma resolução do Contran, a qual transformará o documento digital como instrumento prioritário para a identificação de trânsito, ficando a versão impressa como uma opção para o cidadão.

**A CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CNH) É BAIXADA COMO APlicativo, VALIDADA DIGITALMENTE, EM BREVE, CONTARÁ ATÉ COM RECONHECIMENTO FACIAL DIGITAL**





O SUS faz 5 bilhões de procedimentos por ano. A ideia é que esse número faça a diferença na saúde e também na *timeline* dos usuários.”

**Henrique Nixon**

Coordenador-geral de Sistema de Informações e Operação do DATASUS

serviços públicos utilizando recursos de inteligência artificial.

A plataforma deverá dispor de recursos de modelagem e orquestração de serviços, que possibilitarão a viabilização das jornadas digitais do usuário, onde a plataforma se integrará com diversos sistemas de informações de forma transparente para o usuário, trazendo os dados e informações relevantes para um serviço público inteligente.

Por fim, esta plataforma integrada proporcionará o acesso aos serviços públicos de forma multi e omnicanal por parte do cidadão. “O cidadão poderá acessar os serviços e interagir com o Estado do canal que preferir (presencial, internet, mobile, telefone) e ainda poderá começar o serviço em um canal e terminar em outro, tudo de forma integrada, prática e omnicanal”, ressaltou a gerente de Soluções Estratégicas

da Prodeb e integrante do subgrupo de Arquitetura corporativa, Kátia Argolo.

“O governo digital precisa ser uma plataforma inteligente de serviços. Todavia, a Arquitetura corporativa é um pré-requisito fundamental, pois possibilita uma compreensão sistêmica de todos os diversos componentes desta plataforma inteligente, facilitando a tomada de decisão e os trabalhos técnicos e institucionais para a sua plena operacionalização”, ressaltou o líder de Arquitetura corporativa da Prodeb, Duílio Andrade.

A parte da tarde foi voltada para a apresentação de estratégias e soluções digitais coordenadas pelo governo federal, as quais foram estabelecidas pelo GTD.GOV como prioritárias para serem incorporadas pelos governos subnacionais.

#### A NOVA REALIDADE DIGITAL DA SAÚDE PÚBLICA

O Ministério da Saúde (MS) investe na alta tecnologia, em que a base de dados integrada e a transversalidade são apostas. “O SUS faz cinco bilhões de procedimentos por ano. A ideia é que esse número faça a diferença na saúde e também na *timeline* dos usuários.” ressaltou o coordenador-geral de Sistema de Informações e Operação do DATASUS, Henrique Nixon.

O DATASUS apresentou a estrutura atual do Saúde Digital, no âmbito do Ministério da Saúde (MS), que desenvolveu e coordena a estratégia de saúde digital para o Brasil com uso de recursos de TIC para possibilitar a disponibilização de informações de saúde corretas para quem precisa, no momento em que precisa.

Nixon ressaltou ainda a importância de ações coordenadas no governo, sobretudo no caso da

saúde, pois o SUS é tripartite – então, tudo é pactuado com o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems). O foco é informatizar a Atenção Primária, integrar informações de saúde, fortalecer a informatização dos hospitais e estabelecer prontuário eletrônico do cidadão. “Temos um plano traçado para 2030, mas vamos usar esses dados desde agora. Nossa investimento será em arquiteturas da informação adaptativas”, finalizou.

## INovação

Outra tecnologia que trará vantagens será o uso de *blockchain*, que se aproxima de *bitcoins*, uma espécie de moeda virtual inteligente. A adoção do *blockchain* na plataforma digital do SUS possibilitará alto nível de segurança e confiabilidade sobre os dados de saúde. Além disso, possibilitará o cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados, empoderando o cidadão quanto a quem ele permitirá ou revogará o acesso aos seus dados pessoais de saúde. “O *blockchain* está sendo utilizado nos principais projetos estratégicos de saúde digital do mundo e será fundamental para o êxito do projeto brasileiro”, ressaltou Nixon.

## RESULTADOS E ENCAMINHAMENTOS

Além de todas as atividades da agenda de trabalho, o GTD.GOV estabeleceu a prioridade no desenvolvimento do diagnóstico de Governança para a Transformação Digital, que possibilitará obter um raio-X das atuais condições dos governos estaduais e distrital para viabilizar a Transformação Digital. O modelo genérico de Arquitetura corporativa será aprimorado e detalhado nas próximas semanas.

O grupo estabeleceu uma força-tarefa de atuação conjunta com o Ministério da Economia e Enap para viabilizar algumas das soluções apresentadas, como o login gov.br, o capacita.gov.br, dentre outros. Além disso, haverá uma segunda força-tarefa para viabilizar os serviços digitais federais apresentados na reunião dos governos estaduais e distrital.

Além disso, o GTD.GOV estabeleceu diversas recomendações estratégicas para serem apresentadas aos secretários de Administração e Gestão, no âmbito do Consad, e aos presidentes das Instituições Estaduais de TIC, no âmbito da ABEP-TIC. Dentre elas, proporcionar alta prioridade aos programas de Transformação Digital nos governos; defender a proposta do Projeto de Lei 3443/2019 elaborada pela relatoria na Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovações da Câmara dos Deputados; incorporar a

Transformação Digital e o compartilhamento de conhecimento e soluções digitais na agenda comum de gestão pública, dentre outros temas relevantes.

## ENGAGEMENT DE ALTOS EXECUTIVOS

Além dos especialistas dos governos estaduais e distrital, o evento contou com diversos executivos, como o secretário de Governo Digital do Ministério da Economia, Luis Felipe Monteiro; o presidente da Enap, Diogo Costa; a conselheira do Consad e secretária de Estado da Gestão e Recursos Humanos do Espírito Santo, Lenise Loureiro; o presidente da ABEP-TIC, Lutiano Silva, o vice-presidente de Gestão da ABEP-TIC, Tasso Lugon; o presidente da Prodeb, Samuel Araújo; o diretor do Escritório de Projetos do governo do Rio Grande do Sul, Hipárcio Stoffel; o diretor de Operações do Serpro, Antônio Guerra; o representante do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Francisco Caldas; o representante do Banco Mundial, Fabiano Colbano; o diretor-geral do Denatran, Jerry Adriane Dias; o coordenador-geral de Sistemas de Informação do DATASUS, Henrique Nixon; o secretário de Gestão da Informação do TCU, Wesley Vaz, e representantes do Movimento Brasil Competitivo e Fundação Brava.

O GTD.GOV voltará a se reunir presencialmente em Brasília no dia 19 de novembro. Durante este intervalo, diversas atividades virtuais serão desenvolvidas para aprimorar os resultados desta reunião, conforme o plano de trabalho do grupo.

## O QUE É O SUS 4.0

Programa intersectorial coordenado pelo DATASUS com o objetivo de levar a Transformação Digital para o SUS. O projeto-piloto começará em Alagoas e terá a cooperação de hospitais de excelência, universidades e do Tribunal de Contas da União (TCU). Atualmente o MS possui 619 sistemas no DATASUS. A nova era propõe maior interoperabilidade. Ou seja, um sistema longitudinal, com impacto transversal.



# GESTÃO DE PESSOAS



## VISÃO DE FUTURO COM FOCO EM RESULTADOS



ENCONTRO EM BRASÍLIA  
REÚNE ESPECIALISTAS PARA  
PENSAR NOVAS ESTRATÉGIAS  
NO SETOR PÚBLICO



TEXTO E FOTOS: SHEILA SOUZA



O 1º Encontro do Grupo de Trabalho de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas ocorreu nos dias 28 e 29 de agosto, na Enap, Campus Jardim, em Brasília. Durante o evento, foram pactuados encaminhamentos e análises de possíveis soluções para a atual conjuntura do serviço público no país.

A formação do GT foi definida a partir do Plano de Trabalho do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (Consad). Na oportunidade, cada uma das secretarias designou um representante para atuar na identificação e articulação de propostas. O evento foi direcionado pela Fundação Lemann.

O espaço coletivo foi palco do compartilhamento de experiências exitosas nos estados. De acordo com a gerente da Fundação Lemann, Cristieni Castilhos, o arcabouço técnico de países que há muito tempo pensam sobre a Gestão Estratégica de Pessoas, como Austrália, Estados Unidos, Reino Unido e Singapura, contempla uma Unidade Central de Gestão de Pessoas, o que auxilia no tratamento, organização e divulgação dessas práticas com foco na integração e gestão por competências. “Percebemos que tudo é pensado em conjunto com a gestão e as soluções surgem com a participação de todos”, comentou.

Como panorama geral, levantaram-se desafios



## A proposta do GT é articular especialistas da União Federal, organismos internacionais e a academia, tornando-as mais próximas dos governos estaduais

como a organização da matriz de qualificação, incentivos financeiros aos servidores que tenham se destacado, avaliação de desempenho e a formulação constante de boas práticas.

O professor Francisco Gaetani fez uma intervenção pelo skype. “A narrativa de gestão de pessoas deve envolver a contratualização dos resultados, o enfrentamento dos desafios presentes e o desenho de possíveis obstáculos futuros.” Ele considera urgente a busca de uma linguagem comum no serviço público, levando-se em conta a revolução digital. Sobretudo no que diz respeito à gestão da comunicação no governo”.

O segundo momento foi marcado pela discussão qualificada sobre temas e a apresentação dos subgrupos com cases estaduais. Kiomi Mori, doutora em Política Social, acrescentou: “O foco da Gestão de Pessoas, muitas vezes, aparece no imaginário como sendo apenas o pagamento de folha. E ela vai muito além disso! Precisamos do olhar de especialistas, mas também da ação da gestão mais de perto. O trato com pessoas requer a eficiência de ferramentas e processos, a correção de erros de maneira ágil e aprendizagem constante.”

A proposta do GT é articular especialistas da União, organismos internacionais e academia, tornando-os mais próximas dos governos estaduais.

O coordenador do GT Seplag/Alagoas, Sérgio de Figueiredo Silveira, destacou a importância deste GT para a evolução da gestão de pessoas em todos os estados. “É também uma oportunidade de levar essas experiências e boas práticas para os demais estados, pensar a gestão de maneira mais estratégica e definida pelos nossos governantes.”

O segundo dia foi dedicado a trabalhos mais internos nos grupos, seguidos de exposição de argumentos e planos concretos de curto e médio prazo. As discussões contemplaram planos estratégicos com foco na gestão por resultados; marcos legais que impactam a força de trabalho; revisão das carreiras, delimitando atividade meio e fim; desenvolvimento e formação de líderes, o que sugere novos desenhos de carreiras, estruturas de formação continuada, planos de carreira condizentes com o perfil acadêmico e profissional. E, sobretudo, a troca de experiências interestaduais com fluxo estruturado e atual.

Na avaliação de Cecília Zahran, da Fundação Lemann, é preciso priorizar a gestão de pessoas no setor público para que transformações aconteçam. “Esse GT é uma co-construção importante em direção a isso”. Para ela, o olhar voltado para a liderança pode gerar grande impacto, como aconteceu em outros países.

Por fim, os integrantes do GT, a partir dos temas específicos e desenvolvidos isoladamente, apresentaram seus posicionamentos frente aos desafios, bem como a definição de produtos para serem entregues ainda em 2019 por cada um dos três subgrupos.

Como encaminhamentos, ficaram definidos os produtos que serão entregues ainda em 2019, de acordo com os seguintes eixos: estratégias de ação; possíveis instituições parceiras, especialistas e pessoas de interesse e materiais de referência.

### VISÃO ESTRATÉGICA E GESTÃO DE PESSOAS

Foram estabelecidos como metas a criação de comitês técnicos para atuar no reconhecimento de falhas, programa de qualificação de gestão de pessoas, definição do padrão de formação, organização de órgão central e aumento da visibilidade das informações e resultados aos envolvidos no operacional.

Foram definidas duas demandas prioritárias, sendo a primeira a estruturação do órgão central, visando a melhorar a relação com os setoriais, redigir relatório do diagnóstico, produzir uma pesquisa

**“Esse GT é uma oportunidade de levar essas experiências e boas práticas para os demais estados e pensar a gestão de maneira mais estratégica e definida pelos nossos governantes”**

**Sérgio de Figueiredo Silveira**  
Coordenador do GT, Seplag/AL

junto às centrais, estabelecer organograma, entender e melhorar o regimento interno, pensar modelo de ações ideais, mapear atividades e a cadeia de valores da gestão de pessoas.

A segunda diz respeito à Estratégia de Pessoas, na qual se vislumbra a necessidade de apoio da alta gestão e também do chefe do Poder Executivo. Como produto, definiu-se a feitura de um protocolo de intenções para os secretários do Consad assinarem. Por fim, definir os princípios norteadores da Gestão de Pessoas, ampliando a participação no Plano Estratégico por parte dos estados.

### LIDERANÇA E GESTÃO DA MUDANÇA

Um dos objetivos é quebrar a resistência dos servidores quanto às mudanças e definir cargos de liderança e sua matriz de competência, trabalhando a adesão das lideranças. Monitoramento de processos com ênfase em redução de gastos, marcos regulatórios, criação de mecanismos eficientes para evitar judicialização.

Como oportunidades, foram elencados fatores como engajamento dos secretários estaduais e visibilidade dada pelo Consad ao projeto. Apoio da sociedade, seleção acessível a servidores de carreira e a vontade política.

### PRODUTOS 2019

O foco será a Seleção das Lideranças por Competências – Criar um guia de procedimentos definindo as competências e compilando as melhores práticas. Demonstrar no Fórum de Governadores os resultados de seleções para cargos comissionados desvinculadas da indicação política.

### CARREIRAS E MARCOS REGULATÓRIOS

Os temas discutidos contemplam a flexibilidade na contratação de servidores, impactando positivamente na folha de pagamento a longo prazo, e a racionalização das carreiras, fazendo uma análise comparativa das principais carreiras estatais, as quais servirão de base para a tomada de decisão dos gestores.

Como consenso, a necessidade atualização de Estatuto do Servidor, evitando a judicialização dos processos, pois isso impacta sobremaneira nos recursos financeiros.

### PRODUTOS 2019

Foram pensados dois produtos. O primeiro, um estudo comparativo, contendo o alinhamento geral das carreiras nos estados, ressaltando as boas práticas e estabelecendo uma matriz de dados das carreiras principais. Como complementação, a proposta é repensar a forma de contratação, investindo no aproveitamento dos servidores; *Benchmarking* nos estados, estruturação de uma nota técnica quanto à possibilidade de flexibilização da interpretação do termo constitucional e minuta de alteração do texto constitucional.

Como encaminhamento final, o GT definiu que haverá ainda dois encontros presenciais em 2019. Um deles servirá para consolidar temas prioritários e analisar resultados do quadro dos estados. No outro, a consolidação do Plano de Gestão de Pessoas do Consad para 2020.

O encontro inspira mudanças e correções, como afirma o superintendente da Secretaria de Administração do Piauí, João Rodrigues Filho. “Esse é um marco para a mudança nos processos, comportamentos e resultados da Gestão de Pessoas na esfera pública”, finalizou.









SECRETÁRIA APRESENTANDO SITE PARA SERVIDORES

# ACRE INOVA NA ELABORAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

**PPA DO ESTADO SERÁ ELABORADO COM BASE NAS DEMANDAS APRESENTADAS PELA SOCIEDADE**

TEXTO: VIVIANE TEIXEIRA (SEPLAG)  
FOTOS: DIEGO GURGEL E NETO LUCENA

**A** Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Acre (Seplag), com a proposta de tornar a gestão mais eficiente e eficaz, com investimentos em áreas mais assertivas, criou uma plataforma digital para coletar críticas e sugestões que serão incluídas no conjunto de ações, programas e projetos do Plano Plurianual 2020-2023.

“Estamos chamando a população para participar da nossa administração com opiniões e sugestões porque quem mora nos bairros é quem sabe o que precisa melhorar. Estamos na era digital. Com essa ferramenta as pessoas poderão dizer o que mais precisam para a sua cidade para que a gente possa atender e também fazer as parcerias com as prefeituras e ter um norte para que possamos solucionar os anseios da sociedade”, explicou o governador do Estado do Acre, Gladson Cameli.

Dados divulgados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2017, mostram que 57,1% da população do Acre, com mais de 10 anos, possui acesso à internet, aumentando a chance de as pessoas contribuírem com a definição das prioridades.

No site [www.ppa.ac.gov.br](http://www.ppa.ac.gov.br), os interessados podem encaminhar as propostas nas áreas de saúde,



educação, segurança, economia, produção, meio ambiente, gestão institucional, entre outras.

A inclusão das sugestões é rápida e está disponível para que qualquer cidadão, com acesso à internet nos 22 municípios do Acre, contribua para a elaboração do conjunto de projetos e programas que irão nortear as políticas públicas nos próximos quatro anos. As pessoas podem fazer críticas e sugestões de investimento em obras, serviços e intervenções que devem ser priorizadas pelo governo. Os cidadãos que tenham dificuldade de acesso à internet, ainda poderão cadastrar suas propostas nos espaços das OCAs Rio Branco e Xapuri.

“Recebemos o desafio do governador de simplificar as ações para fazer diferente. Estamos trabalhando para que o governo seja transparente, democrático e participativo, resultando em uma gestão eficiente. A população tem um papel importante nisso. Vamos consultar as pessoas por meio da internet”, destacou a secretária de Planejamento e Gestão, Maria Alice de Araújo.

A secretaria salientou, ainda, que o PPA está sendo elaborado de forma consultiva e participativa. Representantes de toda a estrutura governamental estão apresentando as prioridades, tendo como base o plano de governo. Os dados serão compilados pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.

Toda a estrutura de governo foi dividida em eixos: Meio Ambiente; Economia e Agronegócio; Gestão Institucional; Cidadania e Segurança e Infraestrutura.

“Este é um momento importante para nosso governo. Em 2019 estamos executando ainda o orçamento da gestão anterior. Agora estamos construindo o planejamento de acordo com nossos anseios, definindo nossas prioridades e as ações necessárias para transformar a realidade, com mais segurança, melhorando a saúde, retomando obras e investimentos em todo estado. Estamos planejando as mudanças e precisamos, de uma forma concreta, de alinhamento”, disse Maria Alice.

O secretário adjunto de Planejamento e Gestão, Jarbas Anute, apresentou o cenário econômico, os principais índices e indicadores e falou também sobre a capacidade financeira e operacional do Estado para que, a partir disso, os gestores possam elaborar os programas e projetos tendo como norte as problemáticas a serem resolvidas e os setores que precisam de mais investimentos.

Ao disponibilizar esta ferramenta, o Governo do Estado abre espaço para que a definição das ações de governo sejam compartilhadas com o público-alvo.



### SAIBA MAIS SOBRE O PPA

O PPA é instrumento legal de planejamento, previsto na Constituição Federal, e norteia as principais ações que serão realizadas pela atual gestão estabelecendo diretrizes, objetivos e metas a serem seguidos pelo governo do Estado.

O Plano Plurianual é o principal instrumento de planejamento governamental. No PPA são definidos os parâmetros para melhor atender às demandas da sociedade, priorizando em que os recursos públicos devem ser investidos nos próximos quatro anos.

O governo tem até o dia 30 de setembro para encaminhar à Assembleia Legislativa do Acre (Aleac) o projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) e o PPA. Antes disso, as instituições estarão empenhadas na elaboração do documento.

“Essa é uma importante ferramenta de fortalecimento da democracia. Estamos permitindo que o cidadão participe do processo que interfere no destino da população”, destacou o secretário adjunto de Planejamento e Gestão, Jarbas Anute.

O PPA online permite também a promoção da cidadania, a transparência, o compromisso com a melhoria dos gastos públicos e a corresponsabilidade entre governo e sociedade sobre a melhor gestão dos recursos públicos.



LANÇAMENTO DA PLATAFORMA NO PALÁCIO DE GOVERNO



# MAIS DE 600 PROFESSORES DO ESTADO SÃO BENEFICIADOS COM PROGRESSÃO SALARIAL

ATUALIZAÇÃO É UMA DAS MEDIDAS PREVISTAS NA LEI  
ORDINÁRIA N°003/2019, DE AUTORIA DO EXECUTIVO,  
SANCIONADA POR WALDEZ GÓES EM MARÇO DESTE ANO

TEXTO: ANDREZA TEIXEIRA  
FOTO: MARCELO LOUREIRO (SECOM)

O Governo do Amapá concedeu progressão salarial a 652 professores Classe A. Os decretos que garantem o benefício foram assinados pelo governador Waldez Góes, nem julho. A medida assegura a evolução destes profissionais para o nível correspondente à titulação, dentro da mesma classe.

Com a progressão, um professor com pós-graduação, mestrado ou doutorado, por exemplo, poderá ser remunerado de acordo com a formação acadêmica adquirida ao longo de sua carreira. Até o fim do ano, aproximadamente, 1,5 mil servidores da Educação poderão receber o benefício.

A progressão salarial é uma das medidas previstas na Lei Ordinária nº003/2019, de autoria do Executivo, sancionada por Waldez em março deste ano. O governador explicou que a nova legislação atende a uma antiga reivindicação da categoria, e é fruto de diálogos com os sindicatos através de rodadas da Agenda do Servidor.

Para Waldez, a ação valoriza o servidor e qualifica o ensino público amapaense. "Construímos uma nova lei e estamos reconhecendo as qualificações dos nossos professores que foram em busca de mais conhecimento e possuem especializações, mestrados ou doutorados. Quem ganha com isso é a população, que passa a ser atendida por profissionais mais qualificados e mais bem remunerados", diz o governador.

Segundo a Secretaria de Estado de Administração (Sead), os decretos com as progressões serão publicados ao longo da semana no Diário Oficial do Estado do Amapá (DOE).

A progressão salarial é uma das medidas previstas na Lei Ordinária nº003/2019, de autoria do Executivo, sancionada por Waldez em março deste ano. Para o governador, a ação valoriza o servidor e qualifica o ensino público amapaense



GOVERNO  
DIGITAL



# AMAPÁ ADERE À PLATAFORMA PARA AGILIZAR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AOS CIDADÃOS

PLATAFORMA VAI UNIFICAR SISTEMAS DA GESTÃO PÚBLICA DE TODOS OS ESTADOS BRASILEIROS E APRIMORAR O COMPARTILHAMENTO DE FERRAMENTAS E SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS

TEXTO: NATHACHA DANTAS

FOTO: PATRICK ALMEIDA (SECOM)

O governo do Amapá passa a integrar a Rede Gov.Br, do Ministério da Economia. A plataforma digital pretende unificar os sistemas de informação da gestão pública, de todos os estados brasileiros, para desburocratizar e dar mais agilidade no atendimento ao cidadão.

A adesão foi feita em julho pelo governador do Amapá, Waldez Góes, que se reuniu com o secretário de Governo Digital do Ministério da Economia, Luís Felipe Monteiro. O chefe do Executivo amapaense cumpriu agenda em Brasília (DF), onde participou da 5ª Reunião do Fórum de Governadores.

Sobre a adesão, Waldez frisou que essa já é uma prática adotada entre os órgãos do governo do Amapá e que avança para o nível de organização em compartilhar e interagir com órgãos federais.

“Já temos essa relação com a Polícia Federal com quem compartilhamos informações na área criminal. Também com o IBGE compartilhando informações que facilitam a mensuração de dados econômicos e sociais. E, com mais esse avanço, temos a possibilidade de criar um ambiente de colaboração e intercâmbio tecnológico para gerar economia, diminuir a burocracia e melhorar a eficiência na prestação dos serviços ao cidadão amapaense”, explica Góes.

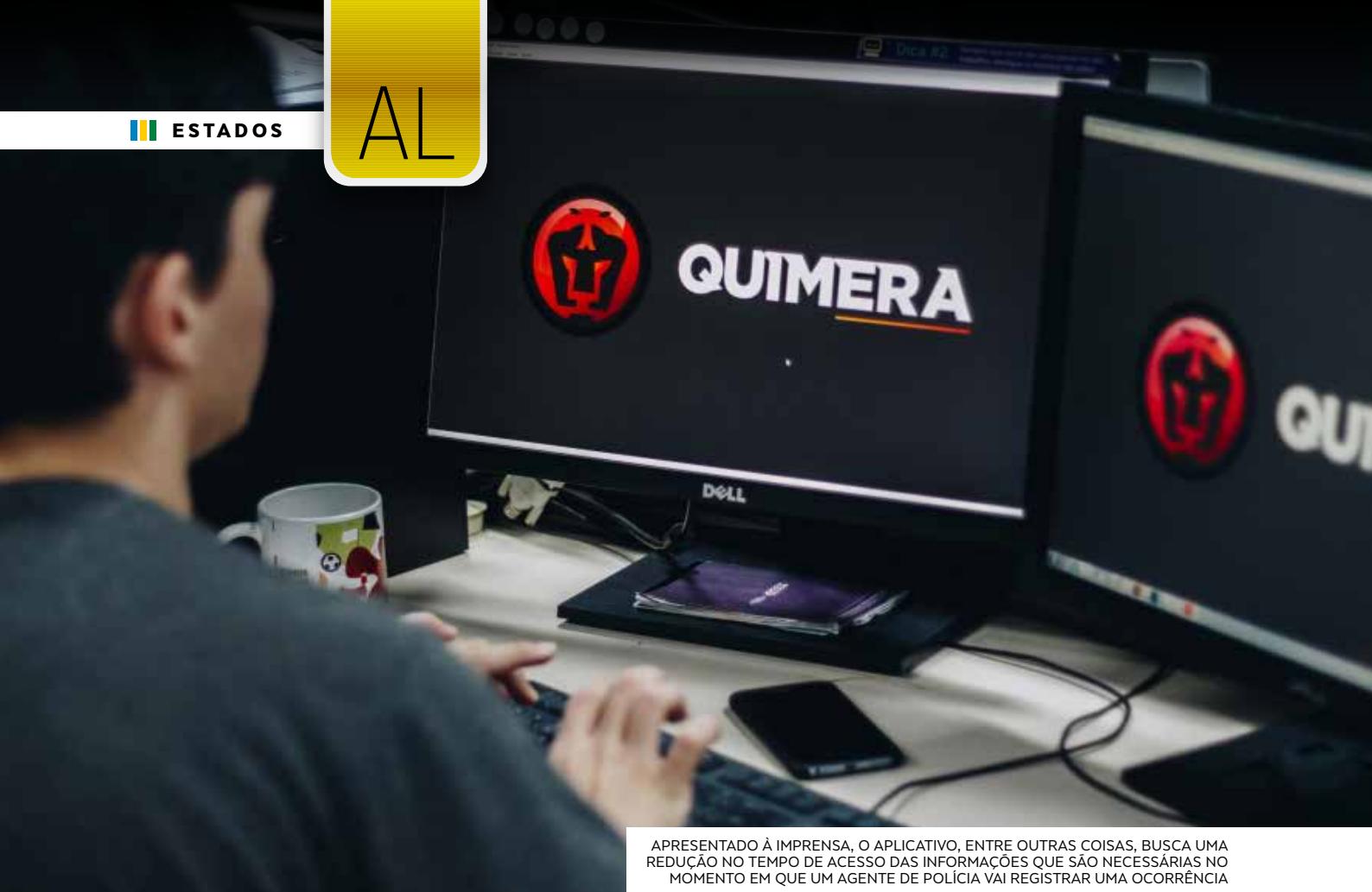
O Amapá é um dos primeiros estados brasileiros a aderirem à plataforma que deve aprimorar o compartilhamento de ferramentas e soluções tecnológicas entre as administrações da União, dos estados e municípios, modernizando e simplificando os serviços de tecnologia do setor público.

## GOVERNO DIGITAL

A Rede Nacional de Governo Digital (Rede Gov.Br) tem a finalidade de promover a colaboração, o intercâmbio, a articulação e a criação de iniciativas inovadoras relacionadas à temática de Governo Digital no setor público; acompanhar o avanço da transformação digital no setor público em todo país; promover a aproximação do Estado com o cidadão e estimular a redução de custos e o aumento da agilidade na prestação de serviços públicos por meio digital.



O Amapá é um dos primeiros estados brasileiros a aderir à plataforma que deve aprimorar o compartilhamento de ferramentas e soluções tecnológicas entre as administrações da União



APRESENTADO À IMPRENSA, O APLICATIVO, ENTRE OUTRAS COISAS, BUSCA UMA REDUÇÃO NO TEMPO DE ACESSO DAS INFORMAÇÕES QUE SÃO NECESSÁRIAS NO MOMENTO EM QUE UM AGENTE DE POLÍCIA VAI REGISTRAR UMA OCORRÊNCIA

# MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA É PRIORIDADE PARA O GOVERNO DE ALAGOAS

A PARTIR DE PARCERIAS, SECRETARIA DO PLANEJAMENTO TEM BUSCADO FOMENTAR MUDANÇAS DENTRO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ALAGOANA

Potencializar a modernização da administração pública alagoana é uma das principais metas da gestão atual do governo de Alagoas. Não é à toa, por exemplo, que a Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio (Seplag) tem trabalhado em diversas vertentes para alcançar esse objetivo.

Um exemplo recente foi a parceria que a Pasta fez com a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP) e com a Fundação de Amparo à Pesquisa de Alagoas (Fapeal). A ideia era implementar em Alagoas um aplicativo, nomeado como Quimera, que pudesse apoiar as atividades diárias das forças de segurança

TEXTO: IGOR GOUVEIA  
FOTOS: MINNE SANTOS

do estado, alinhando a tecnologia, dados atualizados e eficiência às buscas policiais.

“De modo geral, o Quimera, que está disponível unicamente para a utilização dos policiais alagoanos, integrou vários bancos de dados já disponibilizados pelo Estado com informações relevantes para a atuação dos agentes de segurança. É papel da Seplag apoiar os projetos de modernização da gestão pública que possibilitem mudanças significativas para a sociedade alagoana. Precisamos pensar em como desenvolver ferramentas que auxiliem os gestores e, principalmente, as tomadas de decisões feitas por eles”, explica o secretário titular da Seplag, Fabrício Marques Santos.

Apresentado na última semana à imprensa, o aplicativo, entre outras coisas, busca uma redução no tempo de acesso das informações que são necessárias no momento em que um agente de polícia vai registrar uma ocorrência. Com ele, os policiais podem consultar informações básicas, a exemplo de antecedentes criminais, de forma instantânea.

“Chegamos a um ponto dentro da administração pública em que é preciso pensar em soluções que contribuam com a melhoria efetiva da qualidade de vida da população. E essa melhoria perpassa diversos fatores como a própria segurança pública. A ideia é que essa parceria continue, pois já temos outras ações dentro desse projeto maior que, internamente, chamamos de Big Data”, reforça Fabrício.

Na área da Segurança, por exemplo, a disponibilização de bancos de dados fomentará o desenvolvimento de outras ferramentas e aplicações. Algumas delas já estão em fase de finalização como o Reages, que será um sistema voltado unicamente para a parte de socioeducação, e, também, o Alerta Celular, que permitirá ao dono de um celular furtado a solicitação imediata de bloqueio do aparelho.

## MODERNIZAÇÃO

Engana-se, no entanto, quem pensa que esta é a única área em que a secretaria tem direcionado seus esforços. Outro projeto bem-sucedido, que acaba integrando dados e processos administrativos, é o Sistema Eletrônico de Informações, o SEI. Desde o ano passado, a ferramenta, que visa à melhoria da gestão de documentos unicamente pelo meio eletrônico, já está em implantação dentro do Estado.

“O SEI faz parte de um conjunto de iniciativas adotadas pelo governo que culminam na modernização da gestão pública em Alagoas. Por meio dele, estamos ganhando cada vez mais agilidade, segurança da informação, transparência e produtividade. O

serviço público vem se transformando e a população é a maior beneficiada disso tudo”, afirma Fabrício Marques Santos.

Para se ter uma ideia, mais de 50 órgãos, como a Polícia Militar de Alagoas (PMAL), a Procuradoria Geral do Estado (PGE) e a Controladoria Geral do Estado (CGE) já aderiram ao sistema, que, por conta de sua importância, passou a ser a principal ferramenta de edição e tramitação de processos administrativos dentro do Governo.

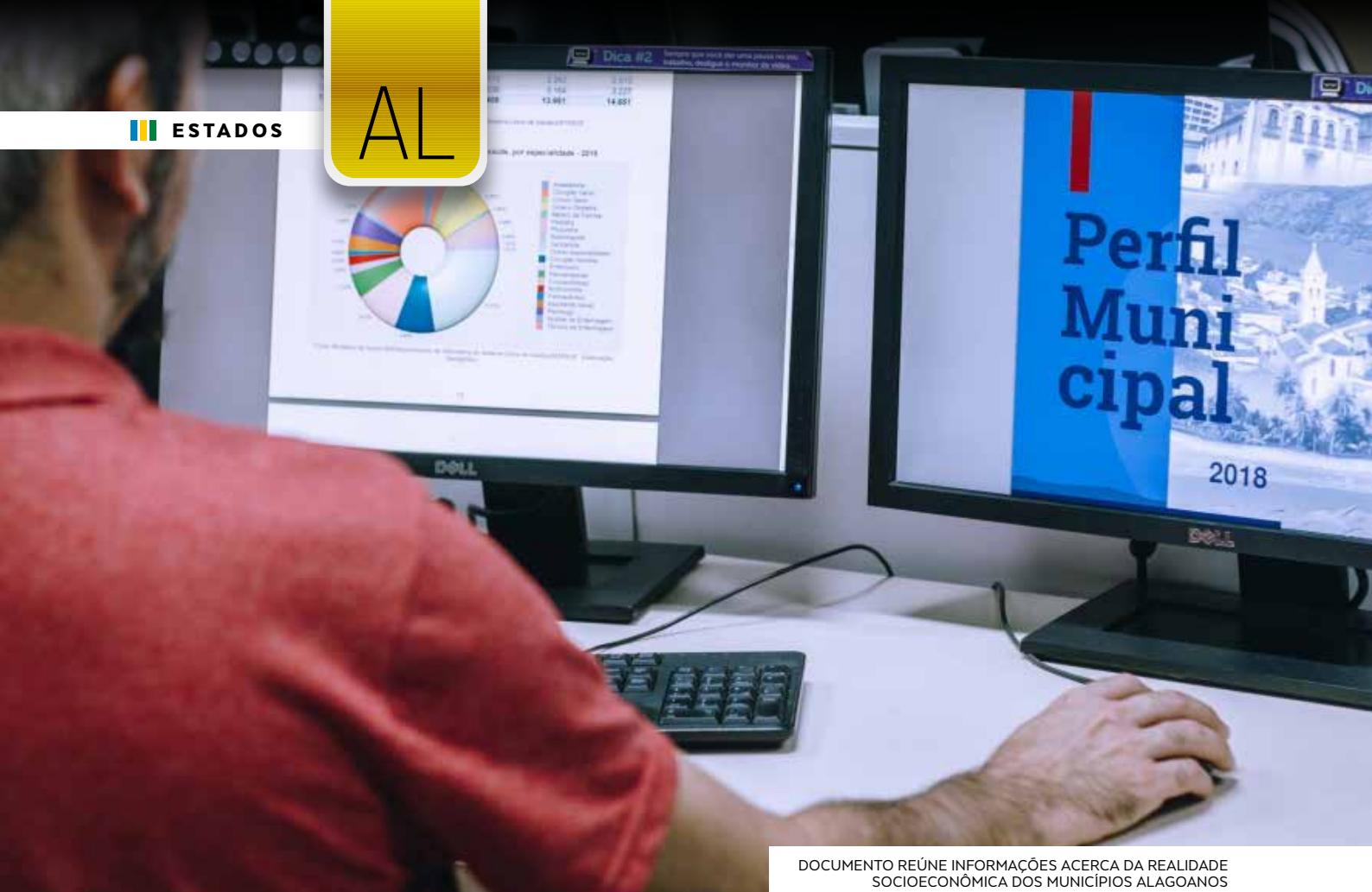
A expectativa, segundo o planejamento interno da Seplag, é que diversas outras novidades e projetos como o Guia de Serviços, sistema de agendamento para os usuários das Centrais Já!, entre outros, evoluam ainda neste ano.

“É um trabalho contínuo. Não se muda a realidade de um estado de uma hora para a outra. É necessário fomentar iniciativas e, também, a utilização de dados que a máquina pública possui para que as ações de governo sejam, de fato, efetivadas. Parcerias são importantes e, por este motivo, continuaremos neste trabalho em prol da sociedade alagoana”, completa Marques. ●



**“Chegamos a um ponto dentro da administração pública em que é preciso pensar em soluções que contribuam com a melhoria efetiva da qualidade de vida da população”**

**Fabrício Marques Santos**  
Secretário de Estado do Planejamento,  
Gestão e Patrimônio/AL



DOCUMENTO REÚNE INFORMAÇÕES ACERCA DA REALIDADE SOCIOECONÔMICA DOS MUNICÍPIOS ALAGOANOS

# GOVERNO INVESTE NO FORTALECIMENTO DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE ALAGOAS

PUBLICAÇÕES COMO O **PERFIL MUNICIPAL**, QUE REÚNEM INFORMAÇÕES SOBRE OS 102 MUNICÍPIOS DO ESTADO, AJUDAM A SUBSIDIAR AÇÕES E PESQUISAS VOLTADAS PARA A POPULAÇÃO LOCAL

TEXTO E FOTOS: MINNE SANTOS

**P**ara transformar qualquer realidade é preciso, primeiro, conhecê-la. Saber de suas nuances, entender a sua dinâmica e, a partir disso, traçar melhorias que, de fato, tenham impacto. E é justamente por acreditar nessa premissa que o governo de Alagoas vem reforçando cada vez mais o seu papel no fomento da produção de conhecimento sobre o nosso estado.

Um dos projetos que vêm fazendo a diferença nesse quesito é a publicação do Perfil Municipal. Encabeçado pela Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento (Sinc) da Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio (Seplag), o documento, que já está em sua quarta edição, reúne os principais dados e indicadores socioeconômicos referentes aos municípios alagoanos.

“Por meio do Perfil, a população passa a ter acesso, de forma facilitada, a informações sobre a caracterização geográfica, aspectos demográficos, econômicos, sociais, políticos e da infraestrutura de cada um dos 102 municípios de Alagoas. É um documento bastante importante e que nós nos orgulhamos muito em produzir”, explica o superintendente da Sinc, Thiago Ávila.

Apesar de parecer uma tarefa fácil, até se chegar ao resultado final dos perfis, a equipe da Sinc, que é responsável pela pesquisa, faz um trabalho extenso de coleta de dados e mobiliza diversos agentes para que o documento se concretize e venha a público, o que confere segurança nas informações disponibilizadas.

“É um processo bastante complexo, que envolve pesquisas em diversas fontes oficiais. Temos um cuidado a mais quanto à precisão dos dados fornecidos e os nossos técnicos são muito orientados nesse sentido. Além da coleta, nos debruçamos sobre uma organização, sistematização e tabulação dessas informações e, a partir daí, geramos gráficos e outros elementos que facilitam a visualização e compreensão do que queremos transmitir à população”, continua ele.

Ainda segundo Thiago, o Perfil desempenha papel fundamental no subsídio de instrumentos importantes para o campo acadêmico, bem como para ações da gestão pública e do setor privado que se voltem para o desenvolvimento das regiões estudadas e, consequentemente, de todo o estado.

“Nosso intuito é fazer com que estudantes, professores, a gestão pública e a privada possam compreender um pouco mais da realidade socioeconômica das cidades alagoanas e ter uma ferramenta de diagnóstico. Como a publicação é feita para cada um dos 102 municípios, ela serve também como

um mecanismo de comparação de desenvolvimento socioeconômico entre as cidades relacionadas e, ainda, com cada município em si ao passar dos anos”, reforça o superintendente.

Professora do curso de Administração da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), Natallya Levino foi uma das alagoanas que fez uso da ferramenta. Ela conta que o Perfil Municipal foi indispensável para algumas discussões, para trabalhos realizados em sala de aula e, principalmente, para a construção dos projetos pedagógicos de seu curso.

“A publicação reúne, de forma concentrada, uma série de dados que fornece uma boa perspectiva da realidade local das nossas regiões. Assim, não precisamos consultar diversas fontes, a informação está disponível de forma rápida, acessível e segura”, comenta a professora.

## BANCO DE DADOS

Disponível no portal Alagoas em Dados e Informações, o Perfil Municipal faz parte de um conjunto de publicações desenvolvidas pela Seplag e que reúnem dados municipais, geoespaciais, anuários estatísticos, mapas e notas técnicas relacionadas à dinâmica social e econômica alagoana. “O Estado vem reforçando o compromisso com a produção local do conhecimento e, sobretudo, com a transparência. O objetivo é que estejamos cada vez mais munidos e conscientes sobre o comportamento socioeconômico de Alagoas para que possamos, em conjunto, pensar melhorias que sejam assertivas para a população que precisa”, afirma o secretário titular do Planejamento e Gestão, Fábricio Marques Santos. ●



PARA CONFERIR A ÚLTIMA EDIÇÃO DO PERFIL MUNICIPAL, BASTA ACESSAR [DADOS.AL.GOV.BR](http://DADOS.AL.GOV.BR).





# CONVERGÊNCIA EM TEMPOS DE CRISE



**A**s transformações políticas e sociais têm causado um impacto significativo no Brasil dos dias atuais. É em meio a um cenário de problemas fiscais, orçamentos apertados e mudanças de governos que entidades e instituições trabalham em prol do fortalecimento da gestão pública brasileira.

Se por um lado o impacto da crise econômica pela qual o país tem passado nos últimos anos tem feito com que os Estados tenham mais dificuldades na tomada de decisões estratégicas, por outro, existe um esforço muito grande para que haja uma convergência focada na resolução de problemas comuns.

Um bom exemplo disso é o trabalho que vem sendo feito pelo Conselho Nacional de Secretários de Administração, o Consad, que está trabalhando numa vertente de integração com as mais diversas frentes – estaduais, federais, privadas, comunidade científica e o terceiro setor –, pensando, principalmente, na convergência como grande mecanismo para o alcance de resultados concretos.

O desafio de dialogar com tantos atores é gigante, tendo em vista as diversas problemáticas atuais. Entretanto, é importante pontuar, que estamos focados em trabalhar temas clássicos da gestão pública, dando encaminhamentos e proposições que possibilitem a criação de uma governança adequada e consistente para todo este processo. É preciso pensar que a convergência em tempos de crise torna-se importante para ultrapassar as barreiras e, principalmente, para que a população brasileira perceba a entrega de resultados palpáveis.

Outro ponto de destaque é o trabalho conjunto que vem sendo aprofundado nesses temas pelo Consad, a exemplo da discussão de como acelerar a transição para um governo cada vez mais digital e um aprofundamento sobre gestão de pessoas dentro do setor público do país, inclusive já pensando na interface destes dois temas. Além disso, o contato com instituições de outros setores, buscando parcerias concretas, dá clareza à resolução de problemas, bem como o engajamento das pessoas na superação de problemas do setor público. O pensamento tem sido único: é preciso trabalhar todo e qualquer desafio colocando-o no mundo concreto. Ou seja: numa

**“É preciso pensar que a convergência em tempos de crise torna-se importante para ultrapassar as barreiras e, principalmente, para que a população brasileira perceba a entrega de resultados palpáveis”**

perspectiva em que possamos, em conjunto, identificar o que pode ou não ser ajustado.

Há de se concordar que é uma máxima que os problemas mais estruturais do país, como as questões na economia nacional, redução das desigualdades, aumento da produtividade e da competitividade, e, até mesmo, o próprio desenvolvimento das regiões brasileiras, estão, de modo geral, tornando-se mais graves. Porém, o pensamento de uma convergência de integração focada em entregas resolutivas tem possibilitado a percepção que é possível transformar e impactar a realidade em que estamos inseridos.

Este é um caminho sem volta: ou aprendemos a trabalhar de forma integrada ou não conseguiremos alcançar os resultados que tanto almejamos. O tempo é de crise, mas a vontade de mudar deve permanecer sempre acompanhada por cada um que se propõe a ser um agente de transformação na gestão pública. Somente juntos, engajando os atores públicos em prol do fortalecimento da máquina administrativa, é que vamos ultrapassar essas barreiras e conseguir vencer os desafios.

**Fabrício Marques** é secretário de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio de Alagoas. Mestre em Economia pela Universidade de São Paulo (USP) e já desenvolveu atividades no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com trabalho de gestão do Sistema de Contas Nacionais do Brasil. Em Alagoas, o secretário do Planejamento passou pelo cargo de secretário especial da Secretaria da Fazenda (Sefaz) e integrou a equipe do Tesouro Estadual.

# AMAZONAS INVESTE NA EFICIÊNCIA PARA GARANTIR OS SERVIÇOS

LEILÃO DE BENS INSERVÍVEIS, MELHOR GESTÃO DE CONTAS DE E-MAIL E ECONOMIA DOS GASTOS COM MANUTENÇÃO SÃO ALGUMAS DAS INICIATIVAS ADOTADAS E IMPLANTADAS PELA SEAD



TEXTO: CLEIDIMAR PEDROSO (ASCOM/SEAD)  
FOTOS: GABRIEL RETONDANO (ASCOM/SEAD)  
INFOGRÁFICO: SILVIO SARMENTO (ASCOM/SEAD)



O novo governo do Amazonas, por meio da Secretaria de Estado de Administração e Gestão (Sead), investe na eficiência para garantir os serviços essenciais à população. Leilão de bens inservíveis, melhor gestão de contas de e-mail e economia dos gastos com manutenção são algumas das iniciativas adotadas.

Mais de 32 mil itens foram leiloados no primeiro semestre. Bens inservíveis que ocupavam um espaço de mais de 7 mil metros quadrados em galpões da Sead. "Quando a atual gestão assumiu, a Sead, responsável pelo patrimônio do Estado, já não tinha mais espaço para receber bens inservíveis", explicou Inês Carolina Simonetti, titular da Pasta.

Mais de R\$ 2 milhões foram arrecadados com o leilão de carros, motos, pequenas embarcações, carteiras, bebedouros e outros equipamentos que não tinham mais utilidade para as demais secretarias. O leilão foi presencial e on-line. Pessoas e empresas de vários estados participaram.

"Uma picape S10, por exemplo, foi arrematada por R\$ 28 mil, 1.500% acima do lance inicial. Já nos preparamos para, até o início do próximo ano, realizarmos mais um leilão", destacou Inês Carolina.

### GESTÃO DE CONTAS DE E-MAIL

Com foco no combate ao desperdício, a Sead implementou melhorias na gestão das contas de e-mail e outros aplicativos online usados por servidores de todas as secretarias. Em 12 meses, essa ação permitirá uma economia de R\$ 224 mil ao governo do Amazonas.

Segundo a secretária da Sead, em gestões anteriores, essas contas eram criadas sem critérios e de forma indiscriminada. "Em janeiro deste ano, havia quatro mil contas que não eram acessadas há mais de 180 dias. O servidor responsável pela conta sequer acessou a caixa de entrada para verificar se havia recebido algum e-mail novo", explicou Inês Carolina.

Até o momento, mais de duas mil contas foram



LIBRAS PARA ATENDIMENTO BÁSICO E AVANÇADO  
FORAM ALGUMAS DAS 38 OPÇÕES DE CURSOS

**“Herdamos um déficit orçamentário. Para enfrentar essa situação, além do corte de gastos, estamos buscando alternativas criativas”,**

**Inês Carolina Simonetti**  
Secretária de Administração e Gestão do governo do Amazonas



excluídas. Outras estão em análise. Cada uma delas custa ao estado R\$ 8,60 por mês. Essas contas, além do acesso ao e-mail, disponibilizam ao servidor uma espaço para armazenar arquivos por meio de uma conexão à internet – chamada de nuvem –, acesso ao pacote Office – editor de texto, planilhas e arquivos de apresentação, por exemplo – e outras ferramentas.

A atual gestão do Amazonas vai, em breve, normatizar a abertura de novas contas e o encerramento das existentes. Uma proposta estudada é estabelecer que serão excluídas contas sem acesso no prazo de 90 dias. Outra medida é restringir as contas individuais e definir contas departamentais ou setoriais.

### ECONOMIA NOS GASTOS COM MANUTENÇÃO

A Sead do Amazonas tem apostado em uma ação que envolve economia, sustentabilidade e responsabilidade social. É o Projeto Transformar, iniciativa que oferece qualificação técnica e permite uma mudança de vida para apenados do regime semiaberto. O projeto já recuperou mais de 200 equipamentos do Estado que estavam danificados e viabilizou uma economia dos gastos com manutenção de mais de R\$ 300 mil.

Foram consertados equipamentos como condicionadores de ar, bebedouros e freezers. “No campo do meio ambiente, prolongamos o tempo de vida útil dos bens, deixando de descartá-los. No campo social, ofertamos uma oportunidade de vida a quem está saindo de uma vida desordenada. O apenado aprende uma profissão e, com ela, pode ganhar o seu



sustento e de sua família”, disse a secretária.

O projeto foi referenciado como boa prática pelo Ministério do Meio Ambiente e pela Organização das Nações Unidas (ONU). Além disso, o Transformar está concorrendo ao prêmio Innovare, uma distinção que busca reconhecer, divulgar e difundir práticas que contribuam para o aprimoramento da Justiça.

### CRESCE EM 30% A PARTICIPAÇÃO DOS SERVIDORES EM CAPACITAÇÕES

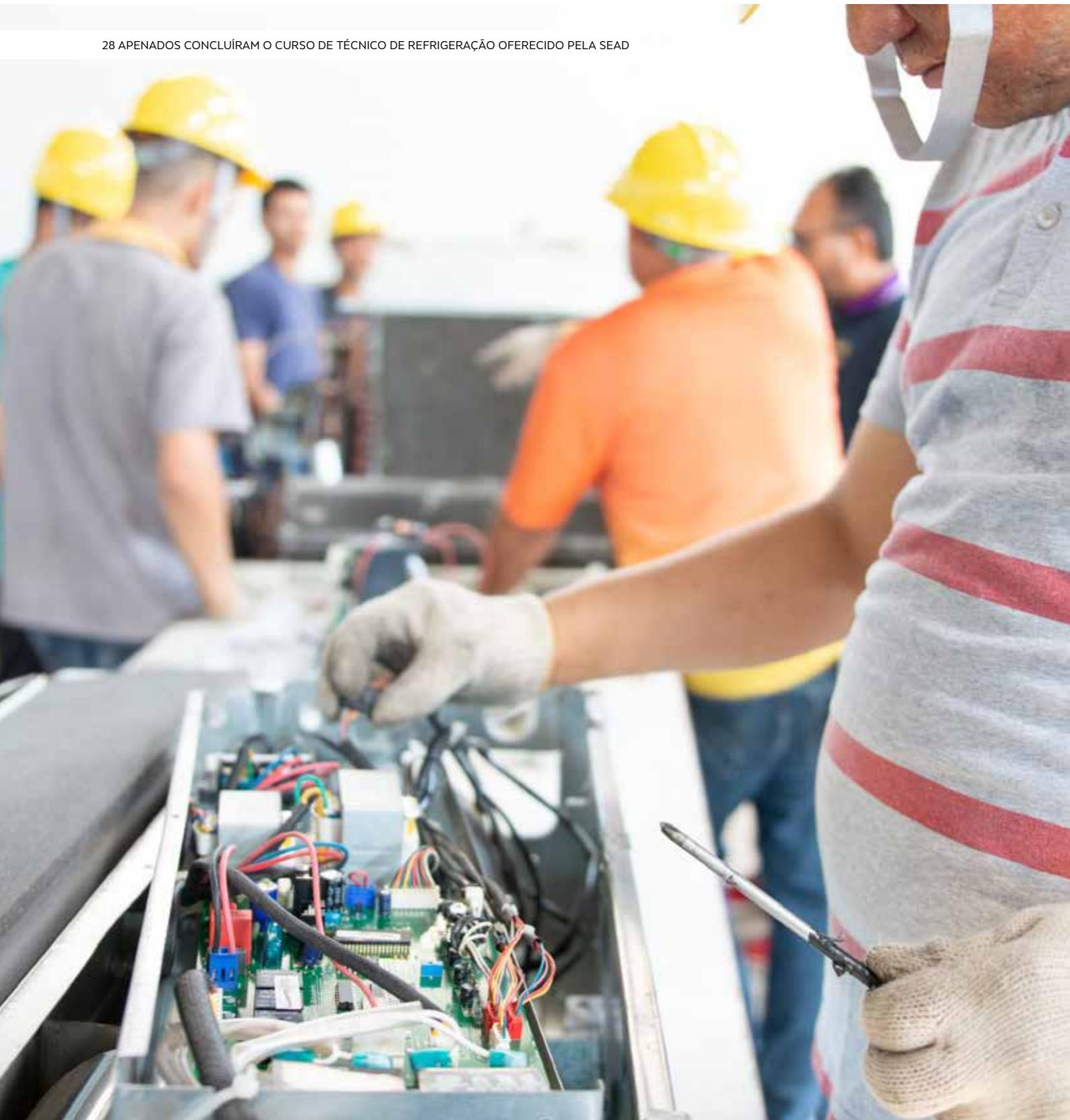
A participação dos servidores nos cursos de capacitação oferecidos pelo governo do Amazonas por meio da Escola Governar cresceu mais de 30%, no comparativo entre o primeiro trimestre deste ano e o mesmo período do ano passado. A Escola Governar é uma coordenadoria da Sead.

Para Inês Carolina Simonetti, esse resultado positivo se deve à estratégia da atual gestão do Estado de oferecer capacitações de acordo com a necessidade dos órgãos e secretarias que compõem o governo. No começo do ano, mais de 100 gestores responderam a uma pesquisa aplicada pela secretaria que buscou ouvir as deficiências dos órgãos em relação aos treinamentos e competências a serem desenvolvidas.

“Essa estratégia é uma determinação de governo, com o objetivo de melhorar a eficiência dos serviços oferecidos à população”, explicou Inês Simonetti. No primeiro semestre de 2018, 1.669 servidores se inscreveram nos cursos. Este ano, no mesmo período, esse número cresceu para 2.209. Uso do Sistema de Controle de Diárias e Passagens (SCDP) e do Sistema de Gestão de Material e Patrimônio (Ajuri), Redação Oficial e Jurídica e Libras Básico para Atendimento estão entre as capacitações oferecidas.



28 APENADOS CONCLUÍRAM O CURSO DE TÉCNICO DE REFRIGERAÇÃO OFERECIDO PELA SEAD





# **CRESCE EM 30% A PARTICIPAÇÃO DOS SERVIDORES DO ESTADO EM CURSOS DE CAPACITAÇÃO**

TEXTO E FOTO: ASCOM/SEAD

**A** participação dos servidores nos cursos de capacitação oferecidos pelo governo do Amazonas por meio da Escola Governar cresceu mais de 30%, no comparativo entre o primeiro trimestre deste ano e o mesmo período do ano passado. A Escola Governar é uma coordenadoria da Secretaria de Estado de Administração e Gestão (Sead).

Para a titular da Sead, Inês Carolina Simonetti, esse resultado positivo se deve à estratégia da atual gestão do Estado de oferecer capacitações de acordo com a necessidade dos órgãos e secretarias que compõem o governo. No começo do ano, mais de 100 gestores responderam a uma pesquisa aplicada pela secretaria que buscou ouvir as deficiências dos órgãos em relação aos treinamentos e competências a serem desenvolvidas.

“Essa estratégia é uma determinação de governo, com o objetivo de melhorar a eficiência dos serviços oferecidos à população, mas também é uma forma de valorizar os servidores, uma vez que, ao incentivar a capacitação, o governo traz satisfação profissional aos nossos colaboradores”, explica Inês Somonetti.

No primeiro semestre de 2018, 1.669 se inscreveram nos cursos oferecidos. Este ano, no mesmo período, esse número cresceu para 2.209. Os dados revelam ainda que o aumento se deve à adesão dos servidores aos conteúdos e oportunidades oferecidos, uma vez que a quantidade de cursos teve um leve crescimento entre os seis primeiros meses do ano passado em relação ao mesmo período deste ano: subiu de 34 para 38.

As atividades da Escola Governar, em 2019, começaram com a participação de todos secretários e também do próprio governador do Estado, Wilson Lima, durante o *Workshop* de Administração Pública para Gestores, realizado nos primeiros dias da nova gestão. Entre as capacitações oferecidas ao longo dos primeiros seis meses deste ano, estiveram Uso do Sistema de Controle de Diárias e Passagens (SCDP) e do Sistema de Gestão de Material e Patrimônio (Ajuri), Redação Oficial e Jurídica e Libras Básico para Atendimento.

Na avaliação da coordenadora da Escola Governar, Juliana Peixoto, o primeiro semestre atendeu a demandas urgentes diretamente ligadas ao funcionamento dos diversos órgãos e entidades do Estado. Ela cita a capacitação sobre o SCDP, Ajuri e sobre o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (e-Social).

“Houve ainda ênfase em cursos voltados à administração pública e ao cultivo de uma gestão



**“Essa estratégia é uma determinação de governo, com o objetivo de melhorar a eficiência dos serviços oferecidos à população, mas também é uma forma de valorizar os servidores, uma vez que, ao incentivar a capacitação, o governo traz satisfação profissional aos nossos colaboradores”**

**Inês Carolina Simonett**  
Secretária de Estado de Administração e Gestão/AM

eficiente. É dessa forma que a Escola Governar está contribuindo para a excelência do serviço público, investindo no desenvolvimento de competências individuais dos servidores”, finaliza Juliana.



ANDERSON VASCONCELOS, COORDENADOR DO SEI:  
"ECONOMIA E PRESERVAÇÃO"

# O ESTADO DÁ ADEUS AO PAPEL

**SEI BAHIA DISSEMINA A CULTURA  
DIGITAL NO GOVERNO BAIANO,  
COM BENEFÍCIOS QUE VÃO DE  
SUSTENTABILIDADE A MAIS AGILIDADE  
NO TRÂMITE DE PROCESSOS**

TEXTO: EMÍLIA VALENTE  
FOTOS: ASCOM/SAEB

**E**m 1993, quando o governo baiano criou o seu Serviço de Distribuição de Documentos Oficiais (Seddo), o objetivo era reduzir os custos com entrega de documentos e agilizar o trâmite de processos. Em pouco tempo, o serviço mantido pela Saeb (Secretaria de Administração do Estado da Bahia) se expandiu. Com frota própria e uma equipe de mensageiros, passou a ter capacidade para transportar 167 mil documentos ao ano, atendendo a 160 unidades de Salvador e região metropolitana.

Desde 2018, porém, a equipe que trabalha na coleta, triagem e transporte de correspondências vem notando uma redução progressiva no volume de papéis. Em dezembro daquele ano, foram entregues apenas 5.114 documentos, 63% a menos do que no mesmo período do ano anterior.

A queda na circulação de documentos em papel nos órgãos é apenas uma das facetas da transformação promovida pela Saeb em todo o Estado com o SEI Bahia, o sistema informatizado de gestão de processos e documentos administrativos digitais do Poder Executivo. Desde que, em março de 2017, a Secretaria deflagrou a implantação do software, uma nova cultura vem se disseminando nos ambientes de trabalho do Estado, uma cultura em que não há



## REDUÇÃO DE CUSTOS



Com frota própria e uma equipe de mensageiros, passou a ter capacidade para transportar 167 mil documentos ao ano



Atendendo a 160 unidades de Salvador e região metropolitana

Em dezembro passado foram entregues apenas 5.114 documentos, 63% a menos do que no mesmo período do ano anterior



Acredita-se que o software já tenha rendido aos cofres públicos uma economia de cerca de R\$ 15 milhões

mais lugar para as velhas pastas de processos que durante séculos frequentaram gavetas e prateleiras dos órgãos públicos.

“O SEI representa uma mudança de paradigma: nosso objetivo é eliminar o papel como suporte físico para documentos”, resume o coordenador de implantação do projeto, Anderson Vasconcelos, ao enumerar os benefícios da iniciativa, que incluem ganhos em economia, sustentabilidade e segurança da informação, além de agilidade e transparência no trâmite dos processos, que agora podem ser acompanhados on-line de forma simultânea por servidores de unidades fisicamente distantes.

## NÚMEROS

Os números contabilizados pela Saeb dão uma boa ideia da grandiosidade do projeto e de seu impacto. Até o momento da edição dessa reportagem, o sistema informatizado já tinha mais de 38 mil usuários, 6,4 milhões de documentos cadastrados e 506 mil processos gerados por 70 órgãos e entidades.



VOLUME DE CORRESPONDÊNCIAS NO ESTADO CAIU 63%

**“Nosso objetivo é eliminar o papel como suporte físico para documentos”**

**Anderson Vasconcelos**

Coordenador de implantação do projeto

Com toda esta tramitação eletrônica, a equipe do projeto acredita que o software já tenha rendido aos cofres públicos uma economia de aproximadamente R\$ 15 milhões. O cálculo leva em conta a eliminação de despesas com aquisição de folhas de papel, somados à redução dos custos com grampos, capas de processos, impressão e transporte de material. Isso sem falar dos lucros ambientais gerados com as milhões de folhas de papel que deixaram de ser impressas no Estado.

Para que estes resultados se tornassem realidade, porém, foi preciso um esforço intensivo, deflagrado com a assinatura de um acordo de cooperação técnica entre a Saeb e o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), responsável pelo desenvolvimento do software. Com a parceria, a Bahia tornou-se o primeiro Estado da Federação a adotar o sistema – e a custo zero. O processo de implantação envolveu desde o mapeamento de processos e seu cadastramento no sistema até o treinamento de usuários e a mobilização dos órgãos, com a formação de um grupo de administradores locais.

Mas são os depoimentos dos servidores que confirmam que a tramitação eletrônica entrou de vez na rotina do Estado, e de forma positiva. Ex-coordenador de Material e Patrimônio da Saeb, Márcio Serapião foi um dos primeiros funcionários estaduais a experimentar o sistema, ainda durante a etapa piloto da implantação, em março de 2017. “Desde o início, eu abracei a ideia: é um sistema amigável, que otimiza tempo, traz transparência e melhora a comunicação com o fornecedor”, resume Márcio.



# DELEGAÇÃO DE ALAGOAS CONHECE EXPERTISE DA REDE SAC E A PLATAFORMA SAC DIGITAL

OBJETIVO DA VISITA FOI TROCAR EXPERIÊNCIAS E CONHECIMENTOS PARA MELHORAR O SERVIÇO DE ATENDIMENTO À POPULAÇÃO ALAGOANA

Representantes do governo do Estado de Alagoas estiveram em terras baianas para conhecer a expertise da Rede SAC e o SAC Digital. O objetivo principal é trocar experiências e conhecimentos para replicar a solução em Alagoas e aprimorar o serviço de atendimento ao cidadão alagoano. A visita técnica teve duração de três dias e culminou com a apresentação do *Workshop Carta de Serviços*. O evento, voltado a assessores de planejamento e gestão (APG) de órgãos do Estado, aconteceu em agosto, com a presença do secretário da Administração, Edelvino Góes.

Para o superintendente de Produção da Informação e Conhecimento da Secretaria do Planejamento, Gestão e Patrimônio (Seplag) de Alagoas, Thiago Ávila, o SAC é um dos mais tradicionais e inovadores serviços do país. “O Governo da Bahia, enquanto pioneiro no modelo *one-stop-shop* de atendimento público, é uma fonte de inspiração para os demais governos, e o SAC é uma estrutura consolidada no bom serviço ao cidadão. O SAC Digital materializa o caminho para a Transformação Digital do Gov.BA, atendendo as expectativas do cidadão 4.0”, conta.

No *workshop*, Ávila falou sobre o Código de Defesa do Usuário do Serviço Público, baseado na lei federal nº 13.460, além da importância estratégica das Cartas de Serviço ao cidadão para concretizar a transformação digital. “As Cartas de Serviços proporcionam uma base de informações consolidada e confiável sobre como os serviços públicos são ofertados atualmente e como eles podem ser aprimorados para o ambiente digital”, explicou. A assessora técnica do SAC, Ana Evangelina, apresentou a gestão da Carta de Serviços na Bahia.

À frente da Superintendência de Atendimento ao Cidadão (SAC), Flávio Barbosa disse que a troca de experiências entre estados é de suma importância para a constante evolução do modelo de atendimento SAC. “Isso é fundamental, não somente para levarmos nosso modelo para outros entes, mas, principalmente, para ouvirmos outras experiências e estudarmos a incorporação dos cases de sucesso, visando sempre à melhoria do atendimento ao cidadão”, explica. Durante a programação, a comitiva visitou também a Companhia de Processamento de Dados da Bahia (Prodeb), onde obtiveram informações sobre a arquitetura, componentes, governança interna e sustentação do SAC Digital.

A Rede SAC possui 71 unidades de atendimento, sendo 36 Postos (na capital, região metropolitana e interior) e 32 Pontos SAC. Além disso, operam três rotas



**“O Governo da Bahia, enquanto pioneiro no modelo *one-stop-shop* de atendimento público, é uma fonte de inspiração para os demais governos, e o SAC é uma estrutura consolidada no bom serviço ao cidadão.”**

**Thiago Ávila**  
Superintendente de Produção da Informação e Conhecimento da Seplag

do SAC Móvel, unidades itinerantes que percorrem localidades que não possuem SAC. Para outras informações sobre serviços prestados, horários de atendimento e endereços, a Secretaria da Administração (Saeb) disponibiliza os aplicativos SAC Mobile e SAC Digital, os Portais SAC ([www.sac.ba.gov.br](http://www.sac.ba.gov.br)) e SAC Digital ([sacdigital.ba.gov.br](http://sacdigital.ba.gov.br)), além da central telefônica de atendimento, através do 0800 071 5353 (telefone fixo) e 4020 5353 (telefone móvel).



INTERCÂMBIO ENTRE ESTADOS POSSUI O OBJETIVO DE AMPLIAR BOAS PRÁTICAS NA GESTÃO PÚBLICA BRASILEIRA

# CEARÁ VIRA VITRINE DE BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO PÚBLICA

ECOMITIVA MOSTROU AOS GAÚCHOS, EM PAINÉIS E OFICINAS DE TRABALHO, INICIATIVAS QUE ESTÃO MELHORANDO O ATENDIMENTO À POPULAÇÃO

TEXTO: ASCOM SEPLAG/CE  
FOTOS: SEPLAG/CE

**A**s boas práticas na Gestão Pública implantadas pelo governo do Ceará foram apresentadas a gestores do Rio Grande do Sul no I Workshop RS/CE, em Porto Alegre, no Departamento de Economia e Estatística da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (Seplag/RS).

As práticas bem-sucedidas do Ceará foram detalhadas por uma comitiva liderada pelo secretário do Planejamento e Gestão, Mauro Filho. Participaram ainda o secretário executivo do Planejamento e Orçamento da Seplag, Flávio Ataliba, o diretor-geral do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), João Mário de França, o presidente da Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará, Adalberto Pessoa, e o coordenador da plataforma Ceará 2050, Expedito Parente Júnior. O Workshop teve também a presença dos secretários do governo do Rio Grande do Sul, Leany Barreiro Lemos, da Seplag, e Marco Aurélio Cardoso, da Fazenda.

A programação do primeiro dia constou de seis painéis. O secretário Mauro Filho iniciou as apresentações falando sobre “As Boas Práticas da Gestão Fiscal e Educacional do Ceará”. Os comentários foram da secretaria da Seplag/RS, Leany Barreiro Lemos. O secretário Mauro Filho disse ter ficado honrado em participar do evento, “por ele ser muito importante para estreitar relações entre os dois estados e para compartilharmos todo o trabalho positivo que está sendo implementado por ambos em nível de gestão”.

Na sequência o diretor do Ipece, João Mário, fez a apresentação dos órgãos de Assessoria e de Pesquisas Econômicas e Sociais. No final da manhã, a coordenadora de Cooperação com os Municípios da Secretaria da Educação, Ana Gardennya Linard, e o analista de Políticas Públicas do Ipece, Witalo Paiva, abordaram os “Avanços na Política Educacional no Ceará e Rateio do ICMS como estratégia de incentivo”.

À tarde o evento teve início com o painel “Desenho e Avaliação de Políticas Públicas: Avanços Institucionais”, apresentado pela diretora de Estudos de Gestão Pública do Ipece, Marília Firmiano. O presidente da Etice, Adalberto Pessoa, falou em seguida sobre “Transformação Digital” e, concludo o primeiro dia do evento, o secretário executivo Flávio Ataliba e o coordenador da plataforma Ceará 2050, Expedito Parente Júnior, levaram aos participantes o tema “Estratégias para o Desenvolvimento Econômico”.

Também foram realizadas oficinas de trabalho envolvendo técnicos dos governos do Ceará e do Rio



**O secretário Mauro Benevides Filho falou dos resultados obtidos no processo, que beneficia as escolas do Ceará, destacando também a importância desta atividade de gestão**

Grande do Sul, no Centro Administrativo Fernando Ferrari. Foram debatidos os temas: ICMS e Educação, Transformação Digital e Avaliação de Políticas Públicas. O evento foi concluído com uma reunião extraordinária para tratar de incentivos fiscais. ●



# PLANO ESTRATÉGICO BUSCA EFICIÊNCIA NO TRANSPORTE PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

**GDF QUER AUMENTAR EM 17% NÚMERO DE USUÁRIOS DE ÔNIBUS, BRT E METRÔ**

TEXTO: JÉSSICA ANTUNES (AGÊNCIA BRASÍLIA)  
FOTO: JOEL RODRIGUES (AGÊNCIA BRASÍLIA)  
FOTO: ROGÉRIO MELO/PR

**O** Plano Estratégico 2019-2060 visa à melhoria no transporte público do Distrito Federal para ampliar em 17% o número de usuários de ônibus, do BRT e do metrô. Para isso, prevê estratégias voltadas à redução no tempo de deslocamento, aumento na quantidade de linhas e implementação de bolsões de estacionamento pela capital. Esse esforço contribui para desafogar as vias e aumentar a qualidade de vida da população.

Estudos indicam que o DF possui uma das maiores quilometragens e tempos médios de deslocamento de transporte público quando comparado com os demais grandes centros urbanos do Brasil e do mundo. Aqui, usuários percorrem em média 15,1 km por viagem e gastam cerca de 96 minutos por dia.

Ao mesmo tempo, entre 2005 e 2019, houve um aumento de 241% na frota de veículos. Nesse período, a população cresceu 130%, o que representa um aumento de 185% de veículos por habitante. Em junho, o Departamento de Trânsito (Detran) contabilizou mais de 1,8 milhão de veículos na capital.

O GDF traça planos para agregar mais consumidores do transporte público nos próximos 40 anos. A ideia é aumentar em 15% a quantidade de usuários de ônibus e em 25% os passageiros da Companhia do

Metropolitano do Distrito Federal (Metrô-DF). Além disso, a meta é reduzir em 15% o tempo de deslocamento no transporte público e implementar 20 bolsões de estacionamento próximos a terminais da capital.

## INFRAESTRUTURA, SISTEMA E PRIORIZAÇÃO

Secretário de Transporte e Mobilidade, Valter Casimiro divide o esforço em três eixos: infraestrutura, sistema e priorização do transporte público. O chefe da Pasta explica que o primeiro deles trata de obras para melhorar a circulação e otimizar tempo do passageiro.

Ele aponta exemplos: "A construção do VLT da W3 e de novas faixas do BRT para poder ter rapidez e eficiência; ampliação da capacidade do Metrô, com expansão das linhas e novos trens; construção de terminais rodoviários e pontos de soltura em regiões administrativas com déficit, como Santa Maria, Itapoã, Varjão e Arapoanga".

Além disso, o planejamento do governo inclui a construção de ciclovias para facilitar a integração dos modais. "Hoje, o usuário pode levar bicicleta no Metrô, por exemplo, mas ele precisa de infraestrutura para continuar o trajeto", explica Casimiro.

A segunda vertente é sistemática, com a mudança do sistema de bilhetagem "para torná-lo mais eficiente, com mais confiabilidade e capilaridade para que o passageiro possa ser atendido, com mais opções para recarga". É esperada também uma ampliação da rede de atendimento com mais ônibus, trens e linhas complementares com foco na última milha, possibilitando desenvolvimento da integração dentro das cidades.

Para priorizar o transporte público, a ideia é criar novas faixas exclusivas e ampliar seus usos, implantar semáforos inteligentes, trazer os coletivos do Entorno para a integração feita no DF. Segundo o secretário, há preocupação específica com a demanda dessas regiões.

A determinação já foi feita pela Semob, que está em contato com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para direcionar especialmente às linhas expressas, que poderão ser agregadas ao BRT.

O secretário avisa: "A ideia é levar facilidade do usuário ao transporte coletivo, facilitando a vida de quem está usando o transporte coletivo e diminuindo o impacto no sistema viário".

## AÇÕES EXECUTADAS

Até julho de 2019, novas 20 linhas estrearam e outras 67 foram ampliadas ou otimizadas para melhorar o tempo de viagem e a oferta aos passageiros. O GDF também lançou edital para implementação do



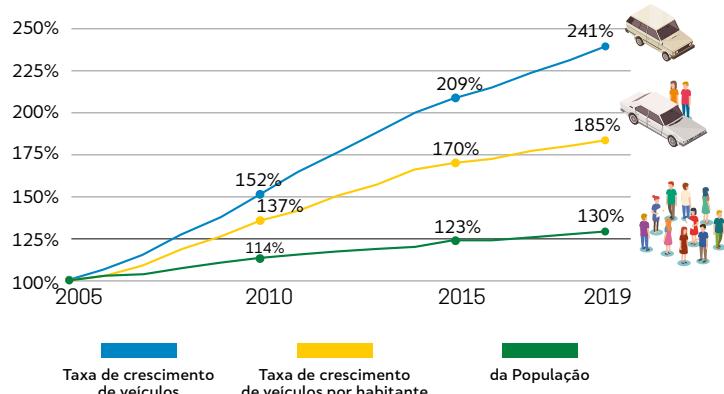
CASIMIRO DIVIDE A BATALHA NOS EIXOS INFRAESTRUTURA, SISTEMA E PRIORIZAÇÃO DO TRANSPORTE PÚBLICO

Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) na W3 Sul e Norte via Parceria Público-Privada (PPP).

O projeto prevê a ligação entre os terminais Asa Sul, Asa Norte, passando pela via W3 e com extensão até o Aeroporto com extensão de 22km. A capacidade é transportar cerca de 200 mil passageiros por dia. A nova tecnologia será integrada ao metrô, BRT Sul e ao BRT Oeste. Uma comissão da Semob avalia estudo de viabilidade entregue por consórcios.

Além disso, haverá obras das estações 106 e 110 Sul e Estrada Parque do Metrô, estudos sobre a expansão para a Asa Norte e as intervenções para a implementação do corredor do BRT Norte, que ligará o balão do Colorado ao Torto.

## EVOLUÇÃO DA TAXA DE VEÍCULOS POR HABITANTE



Fonte: Renavam/Denatran e IBGE (2019)

# DF ENFRENTA O DESAFIO DE SUPRIR DEMANDAS DE ENERGIA SEM PREJUDICAR SEUS RECURSOS NATURAIS

QUASE TODA MATRIZ ENERGÉTICA DO DF VEM DE HIDRELÉTRICAS, MAS PLANO ESTRATÉGICO 2019-2060 ESTIMULA O USO DA FOTOVOLTAICA

FONTE: AGÊNCIA BRASÍLIA  
FOTOS: ACÁCIO PINHEIRO (AGÊNCIA BRASÍLIA) E  
PEDRO VENTURA (AGÊNCIA BRASÍLIA)



**D**iversificar a matriz energética do Distrito Federal é fundamental para garantir a qualidade de vida dos brasilienses. Por isso, consolidar a matriz de energia limpa como base do futuro do DF é um dos esforços elencados no Plano Estratégico 2019-2060 e é um objetivo que deve ser buscado pelo Executivo até o centenário de Brasília.

O Plano Estratégico, elaborado sob a coordenação da Secretaria de Fazenda, Orçamento e Gestão (SEF), aponta que, nas últimas décadas, houve intensificação das pautas relacionadas ao Meio Ambiente, motivadas principalmente pela conscientização da população sobre a importância da preservação ambiental e pela estruturação das políticas públicas para garantir-la.

Assim, o DF deve ser capaz de suprir as demandas da geração atual sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. “Isso

pode ser feito por meio da garantia do uso sustentável, da conservação, da proteção e da recuperação dos recursos disponíveis. É necessária a implantação de novos modelos que priorizem o desenvolvimento sustentável e o uso adequado da energia produzida”, ressalta a secretária-adjunta de Planejamento da SEF, Adriana Lorentino.

Hoje, praticamente toda a eletricidade consumida em Brasília é gerada fora do Distrito Federal. A matriz energética do DF é amplamente representada pela energia de origem hidrelétrica, sendo que cerca de 80% são provenientes de Furnas e 20% de Itaipu, o que representa uma dependência do Sistema Interligado Nacional (SIN).

“No contexto em que tendências apontam para o aumento do consumo de energia, configura-se como desafios para o Distrito Federal a diversificação da matriz energética, com aumento da participação de energias renováveis como biomassa e energia

BRASÍLIA TEM TODOS OS REQUISITOS PARA ESTIMULAR O USO DE ENERGIA LIMPA: PERÍODO SECO DE SEIS MESES E ALTOSS ÍNDICES DE IRRADIAÇÃO SOLAR



**“Estudos do Ministério de Minas e Energia preveem que, até 2050, o Brasil precisa triplicar a oferta de energia para receber novas indústrias, gerar mais empregos e ter crescimento econômico”**

**Professor Rafael Amaral Shayani**  
Departamento de Engenharia Elétrica da UnB

fotovoltaica (solar), juntamente com o aumento da eficiência e a redução de perdas dos sistemas”, pontua. “Também é preciso reduzir a pressão pelo aumento da oferta de energia de origem hidrelétrica”, ressalta Adriana Lorentino.

A partir de 2014 observa-se redução do consumo per capita de energia elétrica, acentuada nos anos da crise hídrica (2016 e 2017) (veja gráficos na página 62). Além da redução no consumo, houve redução na produção de energia elétrica, saindo de uma geração de 81 GWh, em 2016, para 60 GWh, em 2017. No entanto, enquanto a energia gerada por hidrelétricas caiu, a geração de energia solar cresceu, apesar de ainda representar um percentual pequeno do total.

Segundo um estudo da WWF Brasil feito em 2016 sobre o potencial da energia solar fotovoltaica de Brasília, a capital federal possui diversas razões para ser a impulsionadora da energia solar no país. Brasília está no coração do Brasil, tem um período seco que dura quase seis meses do ano e é beneficiada quanto aos índices de irradiação solar – o recurso solar do Centro-Oeste é equivalente ao encontrado na região Nordeste e uma das melhores irradiações da região se encontra no Distrito Federal.

Assim, segundo o estudo, basta instalar placas fotovoltaicas em 0,41% da área do DF para gerar, com energia solar, toda a eletricidade consumida na região. Os primeiros passos são dados aos poucos. Desde 2017, a Associação Atlética Banco do Brasil (AABB) usa energia solar durante o dia e só liga a energia fornecida pela Companhia Energética de Brasília (CEB) à noite.

A unidade de Brasília é a 1ª AABB do Brasil e o 1º clube da cidade a implementar uma usina solar fotovoltaica. Instalados no telhado da sede social do clube, 1.468 painéis formam o sistema de captação de energia solar com a função de transformar a energia do sol em energia elétrica limpa, gerando uma corrente contínua proporcional à irradiação solar recebida.

A Universidade de Brasília (UnB) também tem um projeto para ampliar a matriz energética da instituição. Os campi de Planaltina e de Ceilândia já têm usinas de energia fotovoltaica em funcionamento, as placas solares estão sendo instaladas no campus do



Gama e uma usina também será feita no campus Darcy Ribeiro (na Asa Norte) até o fim do ano.

Na Ceilândia, o sistema de geração de energia solar é composto por 134 placas, tem cerca de 300 m<sup>2</sup> e capacidade de gerar 44 KWp (quilowatts-pico) por mês. Isso corresponde a uma economia mensal média de R\$ 4,7 mil, aproximadamente 6% da conta de energia do local. Em Planaltina, a usina solar fotovoltaica, com capacidade de gerar a mesma quantidade de energia, representa uma economia de cerca de 12% da fatura de energia, em média.

Com uma conta de luz de cerca de R\$ 1 milhão por mês, a usina do campus Darcy Ribeiro será três vezes maior, com capacidade de gerar 150 KWp por mês. As placas serão instaladas na Faculdade de Tecnologia. “Estudos do Ministério de Minas e Energia preveem que, até 2050, o Brasil precisa triplicar a oferta de energia para receber novas indústrias, gerar mais empregos e ter crescimento econômico”, diz o professor Rafael Amaral Shayani, do Departamento de Engenharia Elétrica da UnB.

“Os países desenvolvidos queimam carvão, o que emite muitos gases de efeito estufa e é uma solução ambientalmente indesejável. O Brasil cresceu com hidroelétricas, que é uma fonte de energia limpa, mas alaga florestas. Para triplicar a oferta de energia a gente não pode alagar a Amazônia. A energia solar surge como uma ótima opção. É um processo eletrônico. O painel solar gera eletricidade sem emitir fumaça, nenhum gás do efeito estufa e sem fazer barulho”, ressalta.

Para enfrentar o desafio, a Caesb promove desde 2008, em parceria com a Embrapa Agroenergia, o Projeto Biguá, que mantém 25 pontos de coleta de resíduos de fritura, distribuídos por 19 regiões administrativas. Os recursos são financiados pela Agência Brasileira de Inovação

## GERA DF

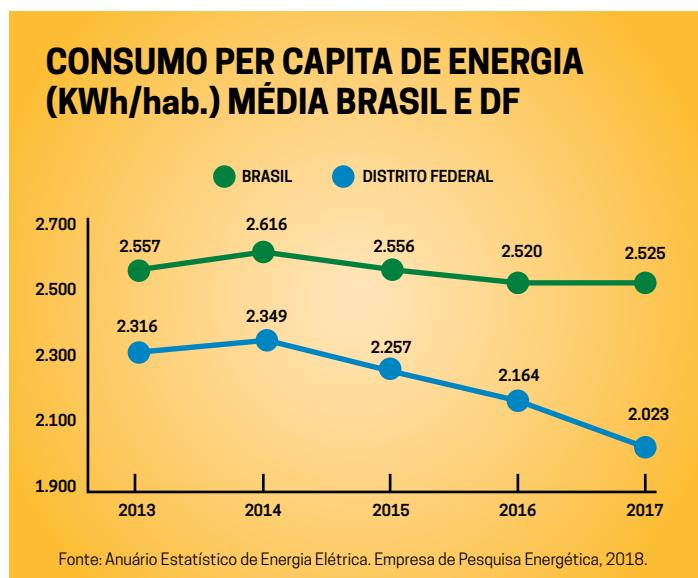
O DF é o quarto produtor de energia solar no Brasil, perde para Uberlândia e Várzea de Palma, ambas em Minas Gerais, e o Rio de Janeiro. Segundo a CEB, a excelente irradiação solar aliada ao alto poder aquisitivo da população contribui para o grande potencial para a energia solar no DF, que tem 1.134 unidades consumidoras conectadas à rede de energia do DF, a maioria delas (cerca de 950) unidades residenciais, que geram energia para consumo próprio. A potência instalada nessas unidades é de 20.686 KWp, o suficiente para abastecer toda a população de Brazlândia no período da tarde.



**“Estamos estudando e vamos definir áreas no DF perto das nossas redes de transmissão e das subestações que poderão ser oferecidas a projetos empresariais”**

**Edison Garcia**

Presidente da CEB



O DF tem cinco grandes usinas de energia fotovoltaica instaladas e duas cuja fonte de geração de energia é o biogás. A maior de energia solar está instalada em Ceilândia e alimentará a subestação da CEB na região.

O empreendimento é uma parceria público privada (PPP) do Executivo com a RZK Energia e a Claro. A energia gerada no local é usada na subestação e será descontada do que for consumido pela companhia telefônica. Na área, estão instalados 18 mil módulos fotovoltaicos.

Segundo o presidente da CEB, Edison Garcia, outros 13 projetos para a instalação de usinas desse tipo estão em análise pela companhia, que também estuda a criação de um programa para incentivar a geração de energia fotovoltaica no DF, que será chamado de Gera DF.

“Estamos estudando e vamos definir áreas no DF perto das nossas redes de transmissão e das subestações que poderão ser oferecidas a projetos empresariais. Cada usina de geração distribuída precisa de cinco ou seis hectares para ter uma quantidade de placas suficiente para gerar até cinco mega”, explica.

Segundo ele, cinco mega é o quantitativo máximo para uma usina ser uma geração distribuída, um sistema em que não é preciso vender a energia. “Todo mundo que gerar acima de cinco mega precisa vender a energia em leilão”, enfatiza.

A CEB tem outros programas para incentivar a diversificação da matriz energética do DF. “Estamos apoiando tecnicamente a Secretaria do Meio Ambiente, temos estudos para a geração de energia através do lixo e com podas de árvores feitas pela Novacap. Já fizemos um levantamento para usar toda a sobra das podas feitas em Brasília, galhos e pedaços da árvore, na geração de energia, com a queima que se faz numa termoelétrica. Já fizemos uma análise de que com todo o estoque anual da Novacap conseguimos gerar cinco megas, o suficiente para abastecer Samambaia toda”, afirma o presidente Edison.

#### ÓLEO DE COZINHA

Segundo o Plano Estratégico, a meta até 2060 é aumentar em 25% a geração de fontes de energia renovável. Para isso, prevê, entre outras ações, o fomento ao programa de coleta e transformação do óleo de cozinha em biodiesel, o Projeto Biguá da Companhia de Saneamento Ambiental do DF (Caesb).

Desde 2018, a companhia, em parceria com a Embrapa Agroenergia, convida a população a realizar a Coleta Seletiva de Esgoto, separando e armazenando o óleo de cozinha usado em sua casa ou

# O descarte inapropriado do resíduo pode representar danos ambientais significativos, com potencial poluidor elevado

estabelecimento, e mantém 31 pontos de coleta de resíduos de fritura.

Jogados na natureza ou na rede de esgoto, os rejeitos do óleo de cozinha usado em residências e no comércio são uma ameaça ao meio ambiente, à saúde pública e à infraestrutura urbana.

O Projeto Biguá coleta óleo de fritura que, futuramente, será reutilizado na usina de biodiesel do DF, a qual já está construída. A ideia é transformar o material em biodiesel que vai abastecer a frota de veículos da Caesb e de suas parceiras. Poderá também ser usado nos geradores responsáveis pelo tratamento de esgoto da capital.

O descarte inapropriado do resíduo pode representar danos ambientais significativos, com potencial poluidor elevado relacionado aos ambientes hídricos. Um litro de óleo é capaz de poluir 200 litros de água. O descarte do óleo sobre o solo é igualmente danoso, em especial pela impermeabilização do solo e pela contaminação do lençol freático.

## ENERGIA RENOVÁVEL

O GDF também deve elaborar projetos para exploração e geração de energia renovável (fotovoltaica, biogás e biomassa) em parceria com a iniciativa privada e o governo federal, construir uma usina geradora de energia fotovoltaica com capacidade instalada de 5 MW no Complexo Administrativo Operacional (CAO) do Metrô.

Também deve criar a Central Geradora Hidrelétrica de 367 KW nas ETE Samambaia e Melchior, implantar o aproveitamento energético do biogás nas ETE Brasília Sul, Brasília Norte, Gama, Melchior e Samambaia e pontos de energia fotovoltaica no Zoológico, bem como a implementação de programa de incentivo ao uso de energias renováveis no espaço rural.

“As tendências de aumento do consumo, juntamente com as mudanças no fluxo das chuvas, têm reduzido o nível dos reservatórios, reforçando a necessidade de diversificação da matriz energética”.

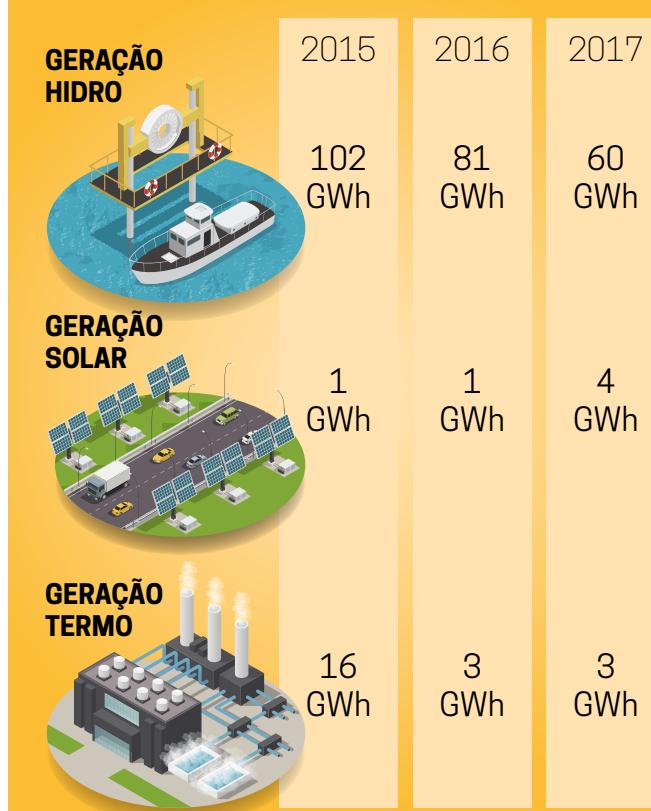
destaca Adriana Lorentino, secretária-adjunta de Planejamento da SEF.

Também serão implantados novos empreendimentos no sistema de distribuição de energia, de modo a reduzir em 25% as perdas totais do sistema elétrico do Distrito Federal.

O Plano Estratégico também está alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU). A Agenda 2030 estabeleceu o ODS 7, salientando a necessidade de assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos.

Dentro desse contexto, pontuou como meta a expansão da infraestrutura e a modernização da tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos, bem como o aumento da participação de energias renováveis na matriz energética global.

## GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO DF





PALÁCIO ANCHIETA – SEDE DO GOVERNO NO CENTRO DA CAPITAL

# CENTRO HISTÓRICO SEDIARÁ NÚCLEO ADMINISTRATIVO DO GOVERNO

A MEDIDA APROXIMARÁ  
ÓRGÃOS PÚBLICOS ESTADUAIS  
E FACILITARÁ O ACESSO DA  
POPULAÇÃO AOS SERVIÇOS

TEXTO: VITOR POSSATTI (ASCOM/SEGER)  
FOTOS: THIAGO GUIMARÃES (SECOM/ES) E  
PEDRO SARKIS (ASCOM/SEGER)

A gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário estadual é uma das grandes atribuições da Secretaria de Gestão e Recursos Humanos do Espírito Santo (Seger). Para fortalecer essa atividade, a instituição vem promovendo, desde o início do ano, ações que buscam a ocupação de imóveis ociosos, a otimização de espaços, a adequada destinação de bens e a redução de custos.

Entre as iniciativas, destaca-se a formação do Núcleo Administrativo do governo do Estado na região central de Vitória, capital do Espírito Santo. O bairro reúne prédios históricos e empreendimentos culturais importantes e, por isso, é o local ideal para sediar repartições públicas estaduais, como destaca a secretária de Estado de Gestão e Recursos Humanos, Lenise Loureiro.

“No Centro de Vitória, encontramos o Palácio da Cultura Sônia Cabral, a Galeria de Arte Homero Massena, o Teatro Carlos Gomes, o Sesc Glória e o Palácio Anchieta, que é a sede oficial do Poder Executivo estadual. Além da Seger, também já estão instaladas na região secretarias estaduais estratégicas, como a de Economia e Planejamento, Controle e Transparência, Direitos Humanos e da Justiça”, disse.

Lenise ressalta ainda os benefícios da ação. “A

transferência de órgãos para a área central proporcionará melhor integração entre as instituições e facilitará o acesso do cidadão aos serviços públicos, uma vez que ele não terá de percorrer diferentes trajetos. Ela contribuirá também para a revitalização do bairro, que é uma demanda dos moradores e lojistas, e para a redução de custos do governo do Estado com aluguel, pois a área tem valores menores de mercado”.

Para dar início ao projeto, a Seger realizou estudos e mapeou órgãos estaduais, de diferentes localidades, a fim de verificar quais deles poderiam ser transferidos ao Centro. Paralelamente, publicou o Edital de Chamada Pública Nº 01/2019, cujo objeto era a identificação de imóveis comerciais disponíveis à cessão ou locação na área central.

“A princípio, nossa equipe analisou espaços próprios do governo na região. Contudo, verificamos que as áreas deles não eram suficientes para receber outras repartições públicas ou necessitavam de obras de reforma. Deste modo, avaliamos que a locação era uma opção mais vantajosa e célere, já que os imóveis propostos pelos locadores precisam ter plenas condições de uso”, explicou Lenise Loureiro.

Para habilitação de imóveis, a equipe estipulou os seguintes critérios: metragem igual ou superior a 400m<sup>2</sup>; ambiente com circulação por elevador; área mínima linear de 200m<sup>2</sup> em caso de divisão em mais de um pavimento; e dispor de sanitários feminino e masculino e área de copa.

O chamamento resultou no recebimento de nove propostas, encaminhadas no período de 26 de fevereiro a 22 de março. Desse total, cinco foram desabilitadas por não atenderem aos requisitos do edital, duas foram canceladas pelos proponentes e duas foram consideradas aptas para o recebimento de secretarias e instituições do Estado.

“A análise das propostas exigiu da equipe de patrimônio conhecimento sobre as necessidades de cada órgão. Ela estudou informações como número de pessoas, estrutura organizacional, distribuição dos setores e, ainda, produziu layouts e projeções em formato tridimensional dos ambientes, para avaliar como os servidores ficariam acomodados neles”, pontuou a secretária.

Em julho, foi assinado o primeiro contrato de locação e anunciado que a Secretaria de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano do Espírito Santo (Sedurb) será a primeira a se mudar para o Centro de Vitória.

Atualmente, ela está alocada no centro empresarial de um shopping na Praia da Costa, bairro do município de Vila Velha. A partir de 2020, funcionará em



LENISE QUER SECRETARIAS REUNIDAS NO CENTRO DE VITÓRIA

dois andares do Edifício Ames, localizado no centro da capital. Com a mudança, a Administração Pública estadual terá uma economia anual de R\$ 280.635,72, já que o valor de aluguel do novo espaço será bem menor.

“A partir da celebração do contrato, o Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo (CRC-ES), que é locador do Ames, assumiu a responsabilidade de realizar obras no imóvel, para adequá-lo ao recebimento dos 96 servidores da Sedurb. O aluguel do espaço só será pago pela secretaria assim que ela puder de fato ocupá-lo”, afirmou Lenise.

O próximo contrato a ser assinado é o de locação de uma área no Edifício Trade Center, também no Centro. O imóvel será ocupado pelo Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (Idaf) e pela Agência Estadual de Recursos Hídricos (Agerh), que contam com 257 servidores e hoje estão localizados na Mata da Praia, bairro nobre de Vitória. A previsão é de que a mudança dos órgãos gere uma economia anual de R\$ 857.400,00 com aluguel.

Diante dos bons resultados do chamamento, a Seger publicou em julho um novo edital para receber outras propostas de imóveis disponíveis à cessão ou locação no centro da capital, mas, dessa vez, com metragem mínima de 1.000m<sup>2</sup>. Os espaços serão estudados para acomodação de mais repartições estaduais. Até final de 2019, novos contratos de locação deverão ser assinados.



# INICIATIVAS DO GOVERNO DO ESTADO BUSCAM INOVAÇÃO NA GESTÃO

AÇÕES TRAZEM SOLUÇÕES PARA RESOLVER DESAFIOS, CRIANDO UM AMBIENTE PARA ESTIMULAR E DESENVOLVER NOVAS IDEIAS

Inovação, participação de startups, Governo Sem Papel, tecnologia e transformação na cultura de gestão pública. Estas importantes ações são coordenadas pela Secretaria de Gestão e Recursos Humanos do Espírito Santo (Seger/ES). Dentro do Planejamento Estratégico do Governo do Estado foi determinado que os gestores voltassem os esforços para a Gestão Pública Inovadora, com revisão nos processos de trabalho e atos governamentais, para conseguir atender às demandas da população.

O Laboratório de Inovação na Gestão (LAB.ges/Seger) busca evoluir os fluxos de processos e propor soluções para resolver desafios do Governo. Trata-se de um ambiente criado para estimular e desenvolver novas ideias, atitudes empreendedoras e fomentar a utilização de abordagens e metodologias inovadoras, pensando no usuário das soluções, sejam eles servidores públicos ou a população.

De acordo a secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos, Lenise Loureiro, o propósito da pasta, após um processo de escuta dos servidores, foi definido: promover a gestão por meio da inovação e da valorização de pessoas. “É um determinante trazermos mais agilidade e qualidade na prestação de serviço. Por isso, estamos cada vez mais empenhados, por meio da inovação, em impactar diretamente o cidadão capixaba”, destaca.

Com a atuação do LAB.ges/Seger, busca-se construir uma cultura de inovação no serviço público

FOTOS: RAFAEL KAISER (LAB.GES/SEGER)  
TEXTO: PEDRO SARKIS (ASCOM/SEGER)

capixaba, capacitando equipes de diferentes órgãos de governo e deixando-as preparadas para trabalhar com inovação de maneira autônoma.

“Para nós, a inovação precisa estar na mentalidade dos servidores públicos, somente assim poderemos ter realmente um governo inovador. Por isso, oferecemos muitas capacitações, como o Design Thinking, método inovador focado no usuário. Além disso, regularmente realizamos um encontro chamado ‘Mão na Massa’, com oficinas de curta duração para apresentação de métodos e ferramentas inovadores”, afirma Lenise Loureiro.

**Confira algumas das iniciativas promovidas pelo LAB.ges:**

### PIONEIRISMO

O laboratório deu início, em fevereiro deste ano, ao programa de aceleração dos projetos vencedores do Prêmio Inoves, que premia iniciativas inovadoras na gestão. O processo é pioneiro nos órgãos públicos do País, tendo o objetivo de apoiar e investir no melhor desempenho das iniciativas públicas selecionadas pela organização.

Os participantes poderão utilizar até R\$ 40 mil, por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes), para auxiliar no desenvolvimento dos projetos.

### PARTICIPAÇÃO DE STARTUPS

Buscar novas respostas para solucionar os desafios da Gestão Pública, otimizando recursos e melhorando a vida do cidadão. Esse é o principal objetivo do Pitch Gov.ES que convidará startups de todo o País para contribuírem com seus métodos, experiências e ferramentas tecnológicas.

Os desafios elaborados foram encaminhados à Seger, que selecionará os 50 melhores e os publicará num edital de chamamento público, previsto para agosto deste ano. Assim, as startups terão acesso ao conteúdo e poderão inscrever suas propostas de solução.

Ao final das inscrições, as propostas recebidas serão avaliadas e repassadas a uma banca avaliadora que fará a curadoria. As soluções escolhidas pela banca serão testadas e acompanhadas pelo Órgão correspondente e pelo LAB.ges. Além disso, as startups receberão recurso financeiro, via Fapes, para apoio ao desenvolvimento da proposta.

### GOVERNO SEM PAPEL

Outra iniciativa inovadora é a implementação do Sistema de Gestão de Documentos Arquivísticos Eletrônicos (e-Docs) no Estado, que tem o objetivo

de mudar a cultura do trâmite processual. O sistema busca substituir o uso do papel por documentos digitais no âmbito da Administração Pública Estadual.

Segundo levantamentos feitos pela Seger, o Estado gasta mais de 500 folhas de papel por minuto. Atualmente, o processo de papel custa, em média, R\$ 20,65, enquanto o digital custa R\$ 0,23. Dessa forma, só neste ano, o Estado já economizou quase R\$ 500 mil com a autuação eletrônica de mais de 24 mil processos. Além da economia gerada com a eliminação do papel, os custos indiretos como transporte de documentos, toners e armazenamento serão drasticamente reduzidos.

### ESCRITÓRIOS LOCAIS DE PROCESSOS E INOVAÇÃO

Os Escritório Locais de Processos e Inovação (ELPIs) do Governo do Estado do Espírito Santo são uma parceria entre a Gerência de Inovação na Gestão e a Gerência de Processos e Projetos, atuando na disseminação da cultura do Gerenciamento de Processos (BPM) nos órgãos da administração estadual. Desenvolve também ações para a transformação digital no âmbito do Governo do Estado, utilizando-se de metodologias e abordagens que facilitem a inovação para a melhoria dos processos do Governo.

**O principal objetivo do Pitch Gov.ES é buscar novas respostas para solucionar os desafios da Gestão Pública, otimizando recursos e melhorando a vida do cidadão**





# CONSÓRCIO VAI GERAR ECONOMIA DE 30% PARA O ESTADO DE GOIÁS

GOVERNO ESTADUAL VAI ADQUIRIR R\$ 1,5  
MILHÃO EM REMÉDIOS COM DESCONTO  
VIA CONSÓRCIO BRASIL CENTRAL

TEXTO E FOTO: SECOM/GO



O governador Ronaldo Caiado participou da Assembleia do Consórcio Brasil Central, ocasião em que foi anunciada uma compra coletiva de medicamentos voltada para as secretarias de Saúde dos estados participantes. No caso de Goiás, o investimento será de quase R\$ 1,5 milhão. Marcada para novembro, a ação conjunta vai gerar uma economia de 30% ao estado, confirmou. Acompanhou o governador na reunião o secretário de Administração, Bruno D'Abadia.

Caiado celebrou a parceria entre os sete estados que compõem o consórcio (Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Rondônia, Maranhão, Distrito Federal) e garantiu que a iniciativa tende a melhorar a vida do cidadão, já que os recursos economizados poderão ser aplicados em outras áreas essenciais do serviço público. Também vislumbrou mais aquisições coletivas futuras. "Já imaginou uma compra envolvendo sete estados? Você tem diferencial, isso é importante. Então, amanhã, quando houver a necessidade de adquirirmos aparelhagem de ressonância, tomógrafos, mamografia e tantos outros aparelhos que são caríssimos, teremos um atendimento diferenciado".

Presidente do Consórcio Brasil Central e governador do Mato Grosso do Sul, Reinaldo Azambuja informou que a iniciativa envolvendo a compra dos medicamentos tem parceria com a Organização das Nações Unidas (ONU), e explicou o passo a passo. "Vamos publicar o chamamento, o edital que vai nortear essa compra. O consórcio vai ratear o valor com os estados. Como o pagamento será à vista, dará mais poder de negociação. Nossa interesse é realmente baratear o custo".

Azambuja confirmou ainda que essa experiência aplicada na saúde tende a ser reproduzida em outras áreas que envolvem o interesse comum dos governos. Enquanto isso, o consórcio atualmente trabalha no desenvolvimento de seis projetos, que foram pauta desta reunião. Entre eles, o Mercado Comum entre o Bloco (unidade fiscal); as Rotas Integradas de Turismo; o Projeto Psicultura, em parceria com Embrapa, Asbraer e Anater; e o Brasil Central Global (abertura de mercados na Europa). Todas as ações, afirmou o governador de Goiás, evidenciam "a força de um consórcio que funciona como uma cooperativa de estados, uma união de esforços que se mostra exitosa e importante nos cenários político e econômico do país".

Mais cedo, Caiado esteve com a bancada federal goiana para discutir soluções envolvendo o



**“Amanhã, quando houver a necessidade de adquirirmos aparelhagem de ressonância, tomógrafos, mamografia e tantos outros aparelhos que são caríssimos teremos um atendimento diferenciado”**

**Ronaldo Caiado**  
Governador do Goiás

fornecimento de energia elétrica no estado, atualmente gerido pela Enel. E pela manhã participou do Fórum de Governadores, que teve como principal pauta as próximas etapas da Reforma da Previdência, bem como a Reforma Tributária, que deve entrar em discussão no Congresso Nacional neste segundo semestre.



# TRANSFORMAÇÃO DA GESTÃO EM GOIÁS



**P**assados os primeiros meses da gestão Ronaldo Caiado, depois de muita imersão, diagnósticos e planejamento sério, os pilares para uma máquina pública eficiente e responsável começam a despontar em um horizonte de prosperidade com tonalidades de respeito ao erário e ao povo goiano. Faço referência aos temas que norteiam o trabalho de uma Secretaria da Administração: gestão de pessoas, transformação digital, gestão patrimonial e compras governamentais.

Com a devida consciência de outras tantas áreas importantes e carentes de boa gestão já em execução pelo governador e pelos colegas das outras pastas do governo, a Secretaria da Administração pôs em prática com afinco o plano de ação que profissionaliza a gestão e otimiza os processos.

Estamos empreendendo mudanças inéditas na história do Estado com nível de transformação ímpar decorrente da mais premente necessidade gerada pela irresponsabilidade acumulada por anos na estrutura governamental de Goiás, onde um jogo político rasteiro era praticado com discursos fantasiosos de boa administração.

Uma das primeiras conclusões do nosso time de técnicos e gestores, ao se debruçar sobre a situação estatal, é que era necessário e possível ter mais qualidade na prestação de serviços mesmo com a máquina pública mais enxuta. Com isso em riste, partimos para uma minuciosa avaliação dos cargos e suas funções. O resultado tem sido a redução significativa no número de cargos combinada com ganho de produtividade nos serviços.

É o valor mais importante de uma boa administração: saber entregar resultados com custo menor. Isso é o que estamos fazendo em Goiás, e vale aqui o destaque para os diversos programas de capacitação dos nossos servidores que nos fazem sonhar com um salto na produtividade do estado pela experiência e excelência dos seus colaboradores.

A melhor utilização dos talentos do estado permitiu de pronto o avanço para áreas sensíveis e antes abandonadas, tais como a gestão patrimonial. Alugueis desnecessários, prédios abandonados e áreas sem planejamento passam a dar lugar a um processo definitivo da melhor ocupação de cada metro quadrado pertencente ao estado. Patrimônio sem função é dinheiro parado, desperdiçado. Recursos nobres que podem e devem atender outras demandas da população.

Quando a gestão está inchada, acumula uma série de vícios nocivos ao seu povo. Éramos um Estado

pesado, moroso e, por derivação, com alto custo, mal planejado, pagando caro por seus insumos e entregando um péssimo serviço ao cidadão.

Melhorar os processos de compras e as relações com os fornecedores se lançava como mais um dos pilares fundamentais para recuperação das contas públicas. Assim, estamos fazendo e, semelhante ao que ocorreu no caso do ajuste no número de servidores, o resultado nos conta que podemos comprar mais gastando menos. Criamos uma série de parâmetros para efetivação das compras: análises das aquisições, contratações e aditivos contratuais. O intuito é otimizar o processo e garantir a qualidade dos gastos. Com a nova formatação, de pronto, já conseguimos alcançar uma economia de R\$ 45 milhões, somente de abril até agosto de 2019.

**“O valor mais importante de uma boa administração é saber entregar resultados com custo menor”**

O quarto e não menos importante dos pilares é ação que denominamos de “transformação digital”. Não menos importante porque ela dialoga com todas as demandas do governo e é ferramenta direta de desburocratização, de facilidade ao cidadão que deseja acionar qualquer serviço público. Em especial, no caso de Goiás, o caminho da modernização é um imperativo: utilizar a tecnologia como principal aliada na prestação de serviços vai propiciar outro nível de atendimento ao cidadão.

Profissionalização da gestão em convergência com uma administração eficiente, transparente, desburocratizada e com foco no que realmente é o papel do Estado: geração de oportunidades para seu povo, promovendo justiça social e liberdade econômica. ●

**Bruno Magalhães D'Abadia** é secretário de Estado da Administração de Goiás. Possui graduação em Engenharia Mecatrônica pela Universidade de Brasília (2008) e mestrado em Economia pela Universidade de Brasília (2016). Atualmente é professor mestre do Instituto Brasiliense de Direito Público e da Universidade de Brasília, bem como consultor legislativo – Câmara dos Deputados. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Finanças Públicas Internas, atuando principalmente nos seguintes temas: orçamento público, contabilidade pública, controle externo e auditoria, descentralização de recursos e política fiscal.



**PASSO À  
FRENTE**

**ESCOLA DE GOVERNO DO MARANHÃO**

# OPORTUNIDADE ÚNICA PARA O FUNCIONALISMO

**PROJETO PASSO À FRENTE TEM  
OBJETIVO DE PROMOVER A FORMAÇÃO  
DE SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS  
QUE DESEJAM INGRESSAR NO ENSINO  
SUPERIOR OU SE APERFEIÇOAR**

**P**ara enfrentar o competitivo mercado de trabalho, todos os profissionais precisam de uma formação educacional de base consistente. Oportunizando aulas de qualidade e professores preparados, a Escola de governo do Maranhão (EGMA) apresenta o projeto Passo à Frente que compreende, na sua estrutura, a oferta de três modalidades de cursos: Pré-Vestibular, Especialização e Mestrado.

A primeira etapa nessa escalada de aprendizado é a aprovação no vestibular. Para tanto, o projeto Passo à Frente começará com o Pré-Vestibular EGMA 2019. As aulas são gratuitas e destinadas aos servidores públicos estaduais que ainda não possuem uma graduação no Ensino Superior. As inscrições podem ser realizadas a partir do dia 1º de agosto no site da EGMA: [www.egma.ma.gov.br](http://www.egma.ma.gov.br). O curso acontecerá de 26 a 30 de agosto, de segunda a sexta, das 8h às 12h, no Auditório da EGMA.

O Pré-Vestibular da EGMA visa a preparar servidores públicos estaduais para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e também para o Processo Seletivo de Acesso à Educação Superior (PAES/

TEXTO: IZA RIBEIRO  
FOTOS: SECOM/MA

UEMA), Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), dentre outros vestibulares.

Para o diretor da EGMA, professor Odair José Neves, oportunidade é a palavra que melhor define o projeto Passo à Frente. “Estamos criando oportunidades, oportunidade de aperfeiçoamento, oportunidade de evolução. Estamos dizendo aos servidores públicos que ainda não possuem uma graduação – É possível, dê um Passo à Frente! É maravilhoso fazer parte desse momento no qual a gestão pública olha para os servidores não só como colaboradores, mas como gente. Gente que trabalha, ri e sonha com novas possibilidades. Uma gestão que sonha e permite sonhar, essa é a gestão que nós queremos. Essa é a gestão que estamos ajudando a construir”, afirmou.

### PRÉ-VESTIBULAR

O curso Pré-Vestibular EGMA 2019 visa a preparar os servidores públicos estaduais e facilitar o ingresso deles no Ensino Superior, com aulas preparatórias. O curso será realizado por área de conhecimento: Ciências Humanas e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Linguagens, Códigos e suas Tecnologias e Matemática e suas Tecnologias.

A Redação, um dos maiores desafios para alunos e examinadores, também será considerada como uma área de conhecimento, em virtude da relevância da pontuação em todos os exames acadêmicos em que é exigida.

Com um método de aprendizagem didático, que inclui a utilização de recursos audiovisuais, e um corpo docente qualificado, o curso preparatório da EGMA disponibilizará aulas diariamente no turno matutino.

### ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA (LATU-SENSU)

O projeto prevê ainda a criação de uma especialização para os servidores públicos já graduados. A especialização em Gestão Pública tem como objetivo a qualificação dos servidores públicos que já tenham concluído o Ensino Superior e desejem desenvolver seu ofício com mais eficiência em funções estratégicas da Gestão Pública.

A ideia é que o curso estimule ainda mais o compromisso dos alunos/servidores com a gestão pública, uma vez que será estudado o significado prático do seu papel social, as consequências e implicações ético-políticas de suas ações. O objetivo central é promover o desenvolvimento social, político e econômico do Estado do Maranhão,

através do quadro de servidores que compõem a gestão estadual.

### MESTRADO

O Mestrado em Gestão Pública (Strictu-Sensu) pretende formar servidores públicos estaduais, promovendo e incentivando o aperfeiçoamento de competências técnico-políticas de gestão. Possibilitando, inclusive, que os servidores públicos estejam aptos a assumir cargos de direção com desempenho de excelência.

O norte é incentivar a capacidade inovadora dos servidores públicos estaduais para a construção de uma política na qual se discuta de forma lúcida e crítica os desafios do governo e o papel do estado na elaboração, implementação e acompanhamento de políticas públicas que visem a melhorar os indicadores do Maranhão e a vida da população maranhense. ●

**Governador Flávio Dino tem dado oportunidades aos servidores públicos do estado do Maranhão, ofertando diversas capacitações**





OTTO LEVY, O SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE MINAS GERAIS

# MINAS INOVA NA ATRACÃO E SELEÇÃO DE PROFISSIONAIS

**PROGRAMA INOVADOR DE GESTÃO DE PESSOAS DO GOVERNO ESTADUAL JÁ DISPONIBILIZOU 138 VAGAS E SELECIONOU 119 PROFISSIONAIS PARA CARGOS ESTRATÉGICOS**

TEXTO: ASCOM (SEPLAG/MG)  
FOTO: GIL LEONARDI (IMPRENSA/MG)

**'M**inas são muitas'. A frase de Guimarães Rosa, mineiro de Corumbá, mostra que o autor de *Grande Sertão: Veredas* entendia as facetas e complexidade de um Estado com 853 municípios, o quarto maior em área territorial e o segundo em quantidade de habitantes do país.

O desafio de administrar um Estado com características regionais tão específicas torna-se ainda maior diante de uma grave crise fiscal herdada de gestões anteriores. Nesse contexto, o governo de Minas Gerais iniciou o ano de 2019 buscando atrair os profissionais mais capacitados para prestar os serviços públicos aos cidadãos.

É disso que trata o Transforma Minas. Coordenado pela Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado, o programa seleciona profissionais para posições de liderança no governo. Desde seu lançamento, em março, foram disponibilizadas 139 vagas, das quais 119 já tiveram candidatos selecionados.

"O Transforma Minas é um modelo completo de seleção e avaliação profissional que engloba não só conhecimentos técnicos e a formação dos candidatos, mas, também, capacidade de liderança, de



resolução de conflitos e proposição de soluções", explica o secretário de Planejamento e Gestão de Minas Gerais, Otto Levy.

A metodologia é baseada em competências e estabelece critérios objetivos e transparentes para preenchimento de cargos de liderança. Após o período de inscrições, os candidatos passaram por processo de certificação ocupacional. Os selecionados nesta primeira etapa puderam concorrer em um processo de pré-seleção com diferentes etapas, como avaliação curricular e entrevista por competências. Ao final, para subsidiar a escolha, o governo estadual avaliou o histórico dos finalistas para cada regional e ouviu lideranças regionais.

## MUDANÇA DE CULTURA

Inspirado por experiências internacionais bem-sucedidas – como na Austrália, no Reino Unido e no Chile – de recrutamento e gestão de pessoas, o governo do Estado busca mudar a cultura da gestão de pessoas no setor público, destaca o secretário Otto Levy.

"O Transforma Minas é um divisor de águas na história do setor público mineiro e mesmo no país. É uma transformação da cultura que tem o foco absoluto na melhor prestação de serviços aos cidadãos. Uma iniciativa focada na competência, com critérios objetivos e transparentes", afirma Otto Levy.

Uma das selecionadas é Nicolle Ferreira Bleme, graduada em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, pós-graduada em Gestão Pública, Controle e Direito Administrativo e também em Controladoria e Finanças. Atuou na iniciativa privada como gestora de contratos da Fiat e em várias posições no setor público, como quando foi controladora-adjunta do município de Contagem. Nicolle agora é subcontroladora de Governo Aberto da Controladoria-Geral do Estado.

"Passei por um processo que foi bastante criterioso, desde a avaliação dos pré-requisitos até as fases de testes e entrevistas. Estou orgulhosa e ciente das expectativas. A perspectiva é realizar um trabalho de excelência na área de transparência e integridade", afirma Nicolle, que ganhou em 2018 o Prêmio de Experiências Inovadoras em Gestão Pública no 32º Congresso Brasileiro de Direito Administrativo, em razão de trabalho desenvolvido em Contagem na área de integridade e compliance.

O Transforma Minas é fruto de Acordo de Cooperação Técnica entre o governo de Minas e a Aliança, que reúne organizações do terceiro setor e é formada pelas fundações Brava e Fundação Lemann e pelos

institutos Humanize e República, sem contrapartida financeira para o Estado. O Votor Brasil é parceiro executor do programa, enquanto a Fundação João Pinheiro atua nas etapas de desenvolvimento do servidor.

"Para além das habilidades técnicas, noções profundas em gestão pública e em liderança de equipe são fundamentais para o propósito maior do governo que é oferecer aos cidadãos um serviço público melhor, mais eficiente e menos oneroso ao contribuinte", afirma Otto Levy, que já entende o programa como grande sucesso e diferencial do governo de Romeu Zema.

Após o processo seletivo, os profissionais selecionados cumprem um programa de desenvolvimento no qual terão a oportunidade de desenvolver e aprimorar habilidades e competências de gestão e liderança, debater desafios da função e o alinhar metas e resultados esperados.

Se Minas são muitas, o número de desafios é ainda mais elevado. Para que as entregas do governo sejam condizentes com as expectativas dos cidadãos e o Estado reencontre o caminho do equilíbrio fiscal e do desenvolvimento econômico, a gestão pública de qualidade, inovadora e moderna é fundamental. O governo de Minas Gerais, por meio do Transforma Minas, mostra como tem levado isso a sério. ●

Para mais informações sobre o programa e a oferta de vagas, basta acessar [www.transformaminas.mg.gov.br](http://www.transformaminas.mg.gov.br)





# MINAS ATENDE TRANSFORMA OS SERVIÇOS PÚBLICOS

OBJETIVO DO PROGRAMA É OFERECER  
EXPERIÊNCIAS PRESENCIAIS E DIGITAIS QUE  
APROXIMEM O ESTADO DO CIDADÃO

TEXTO: AGÊNCIA MINAS  
FOTO: RENATO COBUCCI (IMPRENSA/MG)



**C**om o objetivo de aproximar o cidadão dos serviços públicos, simplificar a prestação de serviços e torná-la mais dinâmica e ágil, o governador Romeu Zema lançou, em julho, na sede do BDMG, em Belo Horizonte, o Programa Minas Atende. Operacionalizado pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag), o projeto atuará em três frentes: a simplificação de procedimentos, como, por exemplo, com a eliminação em muitos processos da exigência de autenticação de documentos e de reconhecimento de firma; a inovação nos serviços públicos, com foco na digitalização de processos; e a melhoria do relacionamento com o cidadão, aprimorando canais de atendimento e disponibilizando novas plataformas.

Atualmente, o governo de Minas Gerais possui cadastrados em sua carta de serviços mais de 600 itens públicos para os cidadãos, empresas e municípios. No ano de 2018, teve mais de 20 milhões de atendimentos em seus principais canais. Podem-se destacar os seguintes números: 12 milhões de acessos ao Portal mg.gov.br; 6,5 milhões de atendimentos nas Unidades de Atendimento Integrado (UAI); 2,7 milhões de ligações recebidas no LigMinas (155); 500 mil acessos nos Terminais de Autoatendimento e 500 mil usuários do aplicativo MG APP.

Em discurso, o governador Romeu Zema salientou o impacto dessas medidas na vida do cidadão,

especialmente no que diz respeito à digitalização de documentos e assinaturas eletrônicas. “Alguns benefícios que esse processo traz: menos papel, não se depende do transporte desse papel, elimina arquivos físicos ocupando menos espaço, há mais rapidez, pois tudo é mais ágil no meio digital, é mais barato, já que o atendimento presencial custa R\$ 17 e o digital R\$ 0,50. É mais confiável, há menos erros, é mais seguro, está menos sujeito a fraudes, já que um sistema não mente, mais fácil o levantamento devido ao banco de dados, assim como a fiscalização e auditoria são facilitadas. Os benefícios são infinitos. O Estado tem de lembrar que existe para servir”, afirmou o governador, que durante o evento assinou documento digitalmente via aplicativo do SEI!MG.

**“Alguns benefícios que esse processo traz: menos papel, elimina arquivos físicos, há mais rapidez e é mais barato”**

**Romeu Zema**  
Governador/MG





**“Através do MG APP, que já tem 1 milhão de downloads, pretendemos aumentar o número de serviços disponíveis”**

**Otto Levy**

*Secretário de Estado de Planejamento e Gestão*

O secretário de Estado de Planejamento e Gestão, Otto Levy, explica que já estão em desenvolvimento medidas de digitalização em diferentes áreas do Estado. Um exemplo é na educação, com a disponibilização de notas e frequências dos alunos de forma online para acompanhamento dos pais, o que está em fase de teste. Já na saúde, poderá ser possível criar um cartão de vacinação virtual, em parceria com o governo federal.

“Através do MG APP, que já tem 1 milhão de downloads, pretendemos aumentar o número de serviços disponíveis. Já via aplicativo do SEI!MG reduzimos em mais de 80% a circulação de papéis dentro

do governo e estamos permitindo ao cidadão o petionamento de documentos eletrônicos, evitando que precise procurar uma repartição pública. Esse é o objetivo do Minas Atende: investir em tecnologias e multiplataformas para melhor servir ao povo minero”, esclareceu o secretário.

#### **MEDIDAS**

A partir do Minas Atende será possível ainda integrar bases de dados, de modo que os órgãos e entidades não precisem solicitar do cidadão documentos ou informações emitidos pelo próprio Estado.

Outro ponto positivo é reduzir os custos dos serviços públicos. Hoje, existe um gasto de aproximadamente R\$ 0,50 para um atendimento eletrônico, R\$ 5,00 para um atendimento telefônico e R\$ 17,00 para um atendimento presencial (UAIs).

Também estão em andamento ações como a implantação do projeto-piloto do Balcão do Cidadão, visando à prestação de serviços presenciais do Estado nas unidades dos Correios; implantação de novas notificações para o cidadão, como o aviso de vencimento da Carteira Nacional de Habilitação (CNH); implantação da ferramenta E-Ouv do governo federal pela Ouvidoria Geral do Estado (OGE) para aprimoramento do recebimento de reclamações, denúncias



e sugestões sobre os serviços públicos; integração dos canais de relacionamento com o cidadão, respeitando os objetivos de cada canal (Ouvidoria, Fale Conosco e Sistema de Informação ao Cidadão), e utilização de inteligência artificial para respostas às demandas dos cidadãos.

#### **PARCERIAS COM O GOVERNO FEDERAL**

Durante o evento, a secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, Elizabeth Jucá, assinou eletronicamente Termo de Cooperação entre o governo federal e o governo de Minas para a digitalização dos serviços de trabalho e emprego.

O secretário de Políticas Públicas de Emprego do Ministério da Economia, Fernando de Holanda, explica que o Sistema Nacional de Emprego (Sine) conta com cerca de 1.900 postos de atendimento, mas que apenas 3% dos admitidos em empregos no país em 2018 o fizeram a partir do sistema. "Nosso desafio é fazer com que o Sine seja, de fato, efetivo. Queremos torná-lo acessível por meio de aplicativo, melhorando o sistema de busca por vagas e o perfil das pessoas", explica.

O governo de Minas também aderiu à Rede Nacional de Governo Digital (Rede Gov.Br). Essa rede tem como objetivo impulsionar a transformação

**O governo de Minas também aderiu à Rede Nacional de Governo Digital com o objetivo de impulsionar a transformação digital no Estado brasileiro com integração, coordenação e monitoramento de iniciativas para um Governo 100% Digital**

digital no Estado brasileiro com integração, coordenação e monitoramento de iniciativas para um governo 100% digital.

O secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, Paulo Uebel, pontuou a importância da digitalização no serviço público. "O objetivo é desburocratizar, simplificar e facilitar a vida das pessoas. Estamos felizes que o governo de Minas está integrando a Rede Gov.Br", disse.



# CAMINHOS PARA A INOVAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



**F**alar de inovação na administração pública já não é nenhuma novidade. O contexto de crise financeira e pressão social para prestação de serviços públicos de qualidade exige criatividade, mas não basta ter ideias. É preciso tornar essa criatividade em algo palpável, por isso é caminho inevitável a inovação para a resolução dos desafios de governo. Duas grandes questões são: com quem inovar e para quem inovar.

O termo inovação aberta criado por Chesbrough (2006) pode ser entendido como a utilização do fluxo de conhecimento interno e externo para impulsionar a inovação. É a inovação ultrapassando as fronteiras da administração pública e se aproximando do mercado, da academia, das organizações do terceiro setor e da própria sociedade. A colaboração entre

atores diversos proporciona a combinação de ideias internas e externas para o alcance de melhores resultados. Além disso, redes normalmente apresentam potencial de alcance de resultados bem superior a ações realizadas por atores individualmente. Um exemplo prático da inovação aberta para melhoria de serviços públicos é o relacionamento dos governos com startups para a resolução de desafios públicos. Várias instituições públicas têm realizado programas com lançamento de desafios, seleção de startups e teste das soluções. O principal ponto de discussão nessa temática tem sido a forma de contratação dessas empresas ao final do processo. É mais um desafio que pode e deve ser discutido em rede para se chegar à melhor resposta.

Nessa direção, o governo federal colocou em Consulta Pública um Marco Legal de Startups que, em um dos eixos, apresenta uma proposta para compras públicas. A proposta foi construída coletivamente por mais de 160 pessoas de 70 instituições e, durante a consulta pública, recebeu 711 contribuições com mais quatro mil sugestões de melhorias. O texto deverá ser encaminhado para o Legislativo em setembro de 2019, o que abre mais uma oportunidade para a discussão coletiva em torno de um tema tão importante para a administração pública.

E para quem inovar? A inovação pública deve estar direcionada ao usuário, ao cidadão. O foco no usuário é apresentado pela OCDE como uma das seis competências essenciais para inovação no setor público. “Ser centrado nos cidadãos é descobrir o que os usuários precisam fazer e projetar uma política/serviço que atenda a essas necessidades, e não o que o governo assume/pensa que essas necessidades são.” (OCDE, 2017)

Na prática, várias metodologias contribuem para esse direcionamento das ações ao usuário. Em 2018, a Agência de Inovação do Reino Unido (NESTA) realizou um mapeamento dos principais métodos e abordagens para a inovação no setor público, que foram agrupados em quatro categorias:

- Inteligência
- Solução
- Tecnologia
- Talento

Na interseção entre inteligência e solução, temos o *design thinking*, que traduz bem o foco no usuário na realização de projetos inovadores.

Nessa abordagem o desafio inicial levantado por uma equipe de projeto precisa ser entendido profundamente em uma etapa de imersão. Conhecer o contexto do problema, se aproximar do usuário e

## “Um exemplo prático da inovação aberta para melhoria de serviços públicos é o relacionamento dos governos com startups para a resolução de desafios públicos”

de outros atores relacionados ao desafio é essencial para que, antes de se pensar em soluções, a equipe tenha certeza de que está trabalhando para resolver o problema certo, a verdadeira necessidade do usuário. Além disso, é fundamental que o usuário seja também envolvido no momento de prototipação e teste da solução. Ninguém melhor do que o usuário para dizer se aquela solução atende suas verdadeiras necessidades, possibilitando aprendizados e ajustes mais rápidos.

Para completar a reflexão sobre os caminhos para inovação no setor público, é importante destacar a necessidade da utilização de metodologias ágeis de gerenciamento de projetos inovadores.

O gerenciamento ágil prevê adaptabilidade, ciclos rápidos (*sprints*) de entrega de valor para o usuário, e uma filosofia de testar rápido, para errar rápido, aprender com o erro e refinar a solução. Dessa maneira, é possível corrigir os rumos do projeto medida que as entregas são realizadas, economizando tempo e recurso quando comparados à uma abordagem tradicional de gerenciamento de projetos.

Em resumo, pode-se dizer que a inovação aberta, o foco no usuário e a utilização de metodologias ágeis formam um importante tripé de contribuição que potencializa a melhoria dos serviços públicos. O governo provavelmente não vai chegar às melhores soluções sozinho, assim como não há solução de serviço público sem a participação do usuário, nem realização de inovações disruptivas sem um gerenciamento de projetos mais flexível. E aí? Vamos inovar? ●

**Eduardo Azevedo** é especialista em Inovação no Banco Interamericano de Desenvolvimento.

**Isabela Tolentino** é diretora central de Inovação da Ação Governamental na Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais.

**Tadeu Barros** é assessor especial do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais.



REINALDO AZAMBUJA, GOVERNADOR DO MATO GROSSO DO SUL

# CONCESSÕES E PPPS DEVEM GERAR R\$ 6 BI DE INVESTIMENTOS EM MATO GROSSO DO SUL

O governador Reinaldo Azambuja defendeu o modelo de PPPs (Parcerias Público-Privadas) e concessões como caminho para o desenvolvimento e geração de emprego. Dentro de uma modelagem eficiente e estruturada, Mato Grosso do Sul calcula investimentos na marca de R\$ 6 bilhões no período da concessão dos contratos. As frentes desses projetos estão nas áreas do saneamento, infraestrutura e rodovias.

No dia 28 de maio deste ano, no Fórum sobre PPPs promovido pela Revista Exame, em São Paulo, o governador engrossou o discurso de 12 governadores sobre a importância destas ferramentas como principal aditivo financeiro no atual cenário da economia nacional.

“Quando você consegue modelar projetos palpáveis, dentro de um cenário positivo no que se refere as ações de governo e da segurança jurídica, fatalmente conseguimos atrair parcerias que culminam em investimentos”, ponderou Azambuja.

A matemática da soma da expertise do setor privado com as necessidades de otimização dos serviços públicos é a aposta dos gestores estaduais. O governador João Doria argumentou que essa nova forma de enxergar o Estado é visionária, já

TEXTO: BEATRICE BRUNO (SUBSECRETARIA DE COMUNICAÇÃO)  
FOTO: CHICO RIBEIRO

que coloca setor público e privado dentro de uma mesma linha de atuação. "Sou do setor privado e desde o meu ingresso na Prefeitura de São Paulo eu atuei neste cenário de parcerias e concessões, um processo demorado, mas que já vem mostrando os benefícios deste modelo", disse.

## PRIORIDADES

Mato Grosso do Sul tem projetos que vislumbram parcerias para atrair investimentos ao Estado e promover o desenvolvimento socioeconômico. A PPP do saneamento básico vai universalizar os 68 municípios que hoje são atendidos pela Empresa de Saneamento Básico de Mato Grosso do Sul (Sanesul) e saltar de 43% para 98% de atendimento. "Já estamos bem avançados neste projeto e devemos publicar os editais no segundo semestre deste ano. Um plano arrojado, inteligente, que equilibra o potencial de lucratividade com os municípios mais deficitários", explicou o governador.

A concessão dos 219 km da MS-306 – que liga Goiás ao Mato Grosso, via Mato Grosso do Sul (Cassilândia) – também é de extrema importância, segundo o governador. É um modal de integração rodoviária, já tivemos uma intenção neste projeto que não foi bem-sucedida por falta de critérios que hoje temos em Mato Grosso do Sul".

Área de infovias digitais tem o propósito de levar fibra ótica aos 79 municípios do Estado. Isso vai proporcionar Wifi nas praças dos municípios, conectar 1,5 mil endereços de órgãos estaduais, além da possibilidade também da cessão para o investidor privado.

## PENÚRIA FISCAL DOS ESTADOS

Todos os estados passam por retração fiscal que impõe aos governos atitude e, segundo o governador Reinaldo Azambuja, o primeiro passo foi a reestruturação da máquina estadual para enxugar gastos; aprovação da reforma da previdência, que melhorou o déficit; e projetos de PPPs e Concessões que podem garantir ganho e avançar num tempo que o Estado não conseguiria fazer com recursos próprios.

"Bons projetos de viabilidade econômica e com possibilidade de concretização tornam qualquer região atrativa, acredito na modelagem que estamos construindo, nosso Marco Regulatório que dá a segurança jurídica, a agência de regulação para acompanhar todo o processo são fundamentais para qualquer projeto de PPP ou concessão e dão atratividade para um novo horizonte de oportunidades

não só no eixo Rio/São Paulo, mas também para o Centro-Oeste, que é a região que mais cresce no Brasil", finalizou.

O Fórum da Revista Exame que debateu PPPs e Concessões reuniu 12 governadores de Estado e o prefeito de São Paulo Bruno Covas, além de empresários. Na agenda acompanharam os secretários Eduardo Riedel (Segov), Jaime Verruck (Semagro) e Eliane Detoni, do Escritório de Parcerias Estratégicas, criado pelo governo para elaborar os projetos nesta área.

**“Sou do setor privado e desde o meu ingresso na Prefeitura de São Paulo eu atuei neste cenário de parcerias e concessões, um processo demorado, mas que já vem mostrando os benefícios deste modelo”**

**João Doria**

*Governador de São Paulo*



O FÓRUM SOBRE PPPS PROMOVIDO PELA REVISTA EXAME ATRAIU GESTORES DE TODO O PAÍS



# GOVERNO DO MATO GROSSO LANÇA SISTEMA *ON-LINE* PARA REAPROVEITAMENTO DE BENS USADOS

BENS QUE NÃO ESTÃO SENDO UTILIZADOS, MAS QUE TÊM POTENCIAL DE APROVEITAMENTO, DEVEM SER ANUNCIADOS NO SIDBENS

TEXTO: NAYARA TAKAHARA  
FOTO: TCHÉLO FIGUEIREDO (SECOM/MT)

Órgãos e entidades do Poder Executivo estadual agora podem reutilizar bens móveis de uma maneira simples e transparente, por meio da plataforma Sidbens. A solução tecnológica desenvolvida pela Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag) permitirá a transferência e a doação de bens móveis e de consumo de um órgão público a outro. A iniciativa busca desburocratizar, gerar economia e trazer mais eficiência à máquina pública. A Instrução Normativa que regulamenta a medida foi publicada em julho deste ano, no *Diário Oficial* do Estado.

Mesas, cadeiras, computadores, veículos, entre outros bens que não estão sendo utilizados, mas têm potencial de aproveitamento devem ser anunciados na plataforma *on-line* do Sistema de Distribuição de Bens do Estado de Mato Grosso (Sidbens), que funcionará como uma espécie de loja virtual. A troca ou transferência será realizada por meio de login e senha específicos para cada órgão e entidade.

“O nosso objetivo é promover o reaproveitamento de bens de forma simples, colaborativa e, acima de tudo, transparente. Dessa forma, reduziremos o número de materiais ociosos que com o tempo acabam se deteriorando e geram prejuízos para a administração pública estadual”, explica o secretário de Planejamento e Gestão, Basílio Bezerra.

Segundo a secretária adjunta de Patrimônio e Serviços da Seplag, Karollyne Martimiano, o principal objetivo do sistema é otimizar a gestão do recurso público, ao ofertar para outras secretarias e entidades bens em disponibilidade. “Além do viés econômico, o sistema também fomenta o consumo consciente e sustentável na administração pública estadual”, destaca Martimiano.

O Sidbens foi desenvolvido pela Superintendência de Tecnologia da Informação Setorial da Seplag, sem custos extras para o caixa do Estado. A plataforma já conta com um estoque virtual de bens disponíveis, como mesas e cadeiras. Até o momento, cinco órgãos já se cadastraram na plataforma.

A realização do cadastro, inclusão, exclusão, alteração das informações e reservas de bens deverão ser feitas de acordo com o Manual de Utilização do Sidbens que está disponível no site da Seplag. Os bens que não tiverem uma solução adequada dentro da administração pública poderão ser incluídos em leilões, para serem disponibilizados à população. ●



“O nosso objetivo é promover o reaproveitamento de bens de forma simples, colaborativa e, acima de tudo, transparente. Dessa forma, reduziremos o número de materiais ociosos que com o tempo acabam se deteriorando e geram prejuízos para a administração pública estadual”

**Basílio Bezerra**

Secretário de Planejamento e Gestão





# ESTADO BLOQUEIA ABASTECIMENTO COM GASOLINA E DEVE ECONOMIZAR R\$ 4 MILHÕES ANUAIS

SOMENTE NOS MESES DE JUNHO E JULHO, QUANDO  
COMPARADOS A MAIO, A ECONOMIA GERADA AOS COFRES  
PÚBLICOS FOI DE MAIS DE R\$ 300 MIL MENSais

TEXTO: D'LAILA BORGES (SEPLAG)  
FOTO: MAYKE TOSCANO

**A** Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag) projeta uma economia de cerca de R\$ 4 milhões anuais com a obrigatoriedade que impõe aos órgãos e entidades de abastecerem os veículos apenas com álcool. Somente nos meses de junho e julho, quando comparados a maio, a economia gerada aos cofres públicos foi mais de R\$ 300 mil mensais.

O bloqueio foi feito a partir de maio no Sistema de Gestão de Abastecimento de Combustíveis, após constatação da vantajosidade em abastecer com álcool ao invés da gasolina.

A medida busca viabilizar o Decreto nº 08/2019, que estabelece diretrizes para controle, reavaliação e contenção das despesas em toda a administração direta e indireta e visa também maior economicidade e mais eficiência da administração pública.

Para o secretário Basilio Bezerra, as medidas são importantes para ajudar a equilibrar as finanças do Estado.

“É de suma importância reduzir custos, mas sem perdermos qualidade nos serviços prestados ao cidadão. Essa economia alcançada com o consumo de combustíveis é um exemplo de que isso é possível”, destacou.

O cálculo básico para se descobrir se o álcool é vantajoso ou não, em relação à gasolina, é simples. Basta dividir o preço do litro do etanol pelo da gasolina. Se o valor do derivado da cana-de-açúcar estiver custando menos de 70% do valor da gasolina, então compensa.

Além do bloqueio no sistema, a Seplag, órgão central de compras públicas e que detém a gestão do sistema de abastecimento, irá inserir na próxima Ata de Registro de Preço de combustíveis uma cláusula que permita o remanejamento do quantitativo de gasolina e álcool para que o órgão abasteça com o que for mais vantajoso, ao invés de ter que realizar o bloqueio no sistema como foi feito.

Para que a cláusula seja implementada com sucesso, a Secretaria-Adjunta de Patrimônio e Serviços da Seplag irá monitorar e orientar os órgãos e entidades para que seja utilizado o combustível que oferecer maior economicidade aos cofres públicos.

## OUTRA MEDIDA

Além desta medida, a Seplag também fez o cadastramento de veículos, máquinas, motores, condutores e operadores de máquinas no Sistema de Gestão de Abastecimento de Combustíveis, com objetivo de controlar o consumo, atualizar informações relativas a veículos e condutores e padronizar a utilização dos

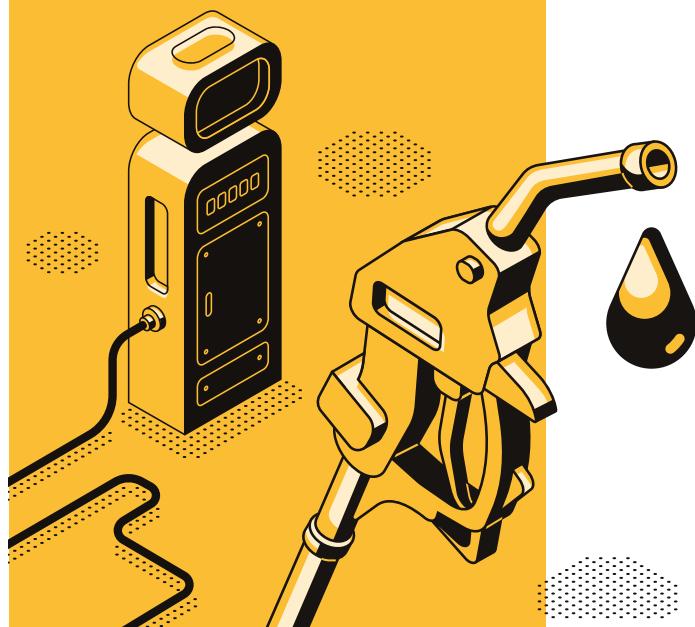
veículos oficiais, próprios e locados.

Após o recadastramento, foi confeccionado um cartão ou tag (código de barras), individual e intransferível, no qual constam os dados, de forma a identificar o veículo no ato do abastecimento.

Esse cartão é mantido sempre com o veículo ou máquina sob os cuidados do condutor cadastrado, que deve ter seus dados no sistema sempre atualizados e estar ciente sobre o saldo do cartão e estabelecimentos credenciados pelo governo.

É expressamente proibido abastecer outro veículo ou máquina que não aquele ao qual o cartão está vinculado. Todos os órgãos e entidades fornecem, sempre que solicitados, informações sobre a frota e abastecimentos e contratam individualmente a prestação de serviços de gerenciamento do fornecimento de combustíveis, mediante a adesão à Ata de Registro de Preços disponibilizada pela secretaria. ●

O abastecimento de veículos apenas com álcool gerou uma economia de mais de R\$ 300 mil mensais aos cofres públicos





# PARÁ ADOTARÁ SISTEMA DE DIÁRIAS E PASSAGENS

MEDIDA POSSIBILITARÁ COLOCAR NO PORTAL DA  
TRANSPARÊNCIA A FREQUÊNCIA, O DESTINO E  
O MOTIVO DO DESLOCAMENTO DO SERVIDOR

TEXTO: SECOM  
FOTO: SERGIO AMARAL (MINISTÉRIO DA ECONOMIA)



**V**isando a proporcionar maior eficiência e desburocratização à administração pública, o governo do Estado do Pará adotará o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP), ferramenta desenvolvida pelo governo federal para gestão de passagens e diárias de servidores públicos que necessitam se deslocar a serviço.

A assinatura do Termo de Cooperação Técnica para cessão não onerosa dos códigos fonte do sistema foi realizada de forma eletrônica, pela secretária de Estado de Planejamento e Administração, Hana Ghassan. Já o Secretário de Gestão do Ministério da Economia, Cristiano Heckert, realizou a assinatura, também de forma eletrônica, em Brasília.

Além de simplificar o processo e garantir maior agilidade, o sistema possibilitará que o destino, a frequência e o motivo do deslocamento do servidor sejam disponibilizados no Portal da Transparência, e não apenas o valor da despesa. “Com o uso desse sistema, o Estado ganha não apenas em economia, mas também em modernização da gestão, já que ele possibilita o acesso a dados estratégicos”, explica a secretária Hana Ghassan.

A liberação realizada pelo Ministério da Economia é referente ao código fonte do sistema. Desta forma, para que o mesmo seja efetivamente utilizado, ainda precisará ser adaptado à realidade e à estrutura administrativa do Estado do Pará, sendo integrado a outros sistemas, visando a garantir a integralidade e segurança dos dados e evitar o retrabalho.

**“Com o uso desse sistema, o Estado ganha não apenas em economia, mas também em modernização da gestão, já que ele possibilita o acesso a dados estratégicos”**

**Hana Ghassan**

*Secretária de Estado de Planejamento e Administração*

Segundo estimativa do Ministério da Economia, caso o Pará precisasse desenvolver, desde o início, uma ferramenta semelhante ao SCDP, seria necessário um valor aproximado de R\$ 4,2 milhões. Portanto, a diretora da Diretoria de Gestão da Cadeia Logística do Estado na Sead (DGL/Sead), Ana Paula Gomes Duarte, destaca que “o projeto já começa proporcionando economia aos cofres públicos”. A utilização do sistema é apenas uma das ações que vêm sendo desenvolvidas pela DGL, por intermédio do Núcleo de Relacionamento e Projetos Logísticos (NRPL).

Com informações do Ministério da Economia



# PARAÍBA DEBATE ESTRATÉGIAS DO NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO BRICS EM SEMINÁRIO

TEXTO E FOTO: ASCOM SEPLAG/PB

**A** Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão da Paraíba participou, em julho, do seminário O Brasil e a Estratégia do Novo Banco de Desenvolvimento – Desafio na Região Nordeste, durante encontro do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), realizado em Fortaleza.

De acordo com o secretário titular da Seplag da Paraíba, Gilmar Martins, durante o seminário, que teve como objetivo debater o fortalecimento do investimento em infraestrutura e desenvolvimento sustentável na região, foi apresentada a estrutura do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), cuja formação se deu há cinco anos, sinalizando a possibilidade de empréstimos em moeda local, com carência de 5 anos e repagamento em até 19 anos.

“Falamos da necessidade de ampliação do espaço fiscal para os estados de *rathing A e B*, e reivindicamos que esses estados possam contratar operações



de crédito externas sem garantia da União”, disse o secretário. Segundo ele, foi sugerido ainda que sejam observadas as prioridades definidas no Plano Regional do Nordeste de Desenvolvimento, desenvolvido pela Sudene.

“Por fim, apresentamos a carteira de investimentos da Paraíba, de R\$ 1,2 bilhão, ou seja, U\$ 300 milhões. Também destacamos como investimentos privados a construção do estaleiro naval e o Polo Turístico Cabo Branco”, complementou Gilmar Martins.

#### NBD

O acordo que criou o NBD, o banco dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) – nome do bloco econômico de países considerados emergentes –, foi assinado na Cúpula de Fortaleza, em 15 de julho de 2014, e entrou em vigor no dia 3 de julho de 2015. A sede do banco é em Xangai, na China.

O NBD visa a prestar apoio financeiro a projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável, públicos ou privados, nos países do BRICS e em outras economias emergentes e países em desenvolvimento. O capital subscrito inicial do banco é de US\$ 50 bilhões, havendo autorização para chegar a US\$ 100 bilhões.



**“Falamos da necessidade de ampliação do espaço fiscal para os estados de rating A e B, e reivindicamos que esses estados possam contratar operações de crédito externas sem garantia da União”**

**Gilmar Martins**  
Secretário da Seplag/PB



# NOVO PORTAL TRAZ UM MAPA PARA ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS AO PARANÁ

GOVERNO CONTA COM NOVA FERRAMENTA PARA A PROMOVER OPORTUNIDADES DE NEGÓCIOS NO ESTADO

TEXTO E FOTOS: AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS/PR



O governo do Estado conta com uma nova ferramenta para a promoção de oportunidades de negócios no Paraná. É o site o Invest Paraná ([www.investparana.pr.gov.br](http://www.investparana.pr.gov.br)), lançado em Nova Iorque durante a primeira edição internacional do Paraná Day, evento que apresenta potenciais de investimentos no Estado.

Criado pela Agência Paraná de Desenvolvimento (APD) e Celepar, o portal concentra todas as informações disponíveis sobre o Estado para facilitar a atração de investidores nacionais e internacionais. “É um mapa para os grandes players do mundo. Mostramos os potenciais do Paraná para o futuro e os retornos financeiros que as empresas podem ter investindo aqui”, ressaltou o governador Carlos Massa Ratinho Junior.

Escrito em dois idiomas, português e inglês, o site reforça a mensagem do governo de que o Paraná é um excelente lugar para negócios, explorando a apresentação feita por equipes da Copel, Sanepar, APD e Infraestrutura e Logística durante o evento Paraná Day nos Estados Unidos. “É um instrumento fundamental, que vai contribuir para a prospecção de novos investimentos”, completa o presidente da APD, Eduardo Bekin.

O portal é dividido em cinco pontos-chave – Portos, Turismo, Água e Saneamento, Infraestrutura e Energia – e destaca oportunidades de investimento em diferentes áreas. Entre elas, a concessão dos mais de quatro mil quilômetros de estradas que vão formar o novo anel de integração do Estado a partir de 2021; a ponte de Guaratuba; a administração de hospitais e presídios, além dos números da Copel e Sanepar que fazem as companhias figurarem entre as mais eficientes do país. “A intenção é fazer o Paraná mudar de patamar”, disse o governador.

## INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS

De acordo com o presidente da Celepar, Allan Costa, o portal Invest Paraná mostra o potencial de atração de investimentos que o Estado possui. “O site desenvolvido pela companhia possibilita aos investidores informações estratégicas, bem como a identificação de oportunidades para investimentos, fomentando o mercado paranaense”.

O site reforça ainda outras qualidades que fazem do Paraná um dos estados mais inovadores do Brasil, como o ambiente favorável para negócios. É destacado o recente estudo da revista *The Economist* que classifica o Paraná como o segundo pólo mais competitivo do Brasil.



O portal é dividido em cinco pontos-chave – Portos, Turismo, Água e Saneamento, Infraestrutura e Energia

Faz ainda menções a aspectos como potencial humano, números da economia estadual, segurança energética e localização estratégica, que credenciam o Estado a ser o hub logístico da América do Sul.

## BANCO DE DADOS

O Invest Paraná, explica o diretor técnico da APD, Giancarlo Rocco, funcionará também como um grande banco de dados, atualizando periodicamente todas as oportunidades de negócio, como novas rodovias ou aeroportos que podem ser concedidos à iniciativa privada, por exemplo. “É uma ferramenta para aproximar o empresário do Estado, um canal rápido, mais próximo e mais humano”, afirmou.

## VANTAGENS

Outro ponto destacado são os incentivos fiscais que os novos investimentos podem receber. O programa se utiliza de benefícios bem estruturados e sustentados por lei para apoiar tanto o novo investidor quanto empresas já estabelecidas que promovam expansão em seus negócios.



# PARANÁ DISCUTE PARCERIAS COM O GOVERNO DE NOVA IORQUE

**ENCONTRO FEZ PARTE DA AGENDA DO GOVERNADOR RATINHO JÚNIOR NOS ESTADOS UNIDOS**

TEXTO E FOTOS: AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS/PR

**O** governo do Paraná, por meio do governador Carlos Massa Ratinho Júnior, se reuniu, no mês de julho, com a vice-governadora do estado de Nova Iorque, Kathy Hochul, e propôs parcerias em diversas áreas, principalmente em agricultura, segurança pública e uso de tecnologia para melhorar a vida dos cidadãos. O intuito é fortalecer modelos de gestão entre os dois estados para ampliar oportunidades de desenvolvimento econômico e social.

O encontro, que fez parte da agenda do governador Ratinho Júnior nos Estados Unidos, teve como objetivo aprender e entender como Nova Iorque consegue aproximar de maneira mais concreta a administração pública de soluções para os cidadãos. “Foi uma visita muito produtiva. Agora as equipes técnicas do governo do Paraná e do governo de Nova Iorque vão trabalhar para concretizar essa integração e a troca de experiências”, disse o governador.

Um dos temas abordados foi segurança pública. Depois dos atentados de 11 de setembro de 2001, o Estado e a cidade de Nova Iorque precisaram

revisar os seus procedimentos para impedir novos eventos como aquele. "Conversamos muito sobre esse tema, já que depois dos atentados a cidade e o Estado tiveram que repensar a segurança em todos os níveis. A vice-governadora passou algumas informações e estratégias que as forças de segurança têm adotado ao longo dos últimos anos nessa área", disse o governador.

Outro aspecto levantado no encontro foi a necessidade de desenvolvimento regional, pilar do plano de gestão do governo do Estado, com a integração das regiões metropolitanas e grandes corredores de infraestrutura para facilitar a atração de investimentos.

"O Estado de Nova Iorque tem uma política de desenvolvimento regional muito forte, e buscamos entender de que forma podemos usar esses mesmos instrumentos regionais para melhorar a vida das pessoas e, automaticamente, atrair mais investimentos para gerar empregos em nosso Estado", completou o governador.

Segundo Ratinho Júnior, o Paraná ainda apresentou a Kathy Hochul oportunidades de investimento no turismo e o potencial do agronegócio local, como grande celeiro do mundo e produtor em larga escala de soja, trigo e milho, além da cadeia de suínos, frango e leite.

## AGRICULTURA

A vice-governadora se impressionou com a iniciativa do Paraná em buscar visibilidade internacional para seus projetos e em tentar novas pontes para melhorar a vida dos seus cidadãos. Ela também destacou a possibilidade de parcerias concretas na agricultura, já que o setor primário responde por apenas 0,5% do PIB do seu Estado.

"Podemos trabalhar muito em parceria na agricultura, encontrar maneiras para incrementar as pesquisas, aprender também como ela funciona no Paraná. Também nos avanços tecnológicos há muitas oportunidades para compartilhar ideias. E ainda trabalhar em avanços de segurança e no sistema de justiça, achar jeitos para ser mais efetivos para prevenir crimes e trabalhar contra o terrorismo", afirmou.

Kathy Hochul também parabenizou o Estado pela realização do Paraná Day. "Tivemos uma conversa extremamente produtiva com a delegação liderada pelo governador. Eu fiquei muito impressionada com o quanto arrojado é o Paraná de tentar buscar um futuro melhor para o país, mas também em nível internacional. Vir a Nova Iorque e tentar encontrar oportunidades é muito produtivo. Acredito que podemos colaborar juntos", afirmou.



**Ratinho Júnior apresentou a Kathy Hochul oportunidades de investimento no turismo e o potencial do agronegócio local**

## AGENDA NOS EUA

Na segunda-feira (15), o governador se reuniu com executivos do JP Morgan para tratar de parcerias entre o Estado e a instituição, uma das maiores corporações do sistema financeiro mundial. Uma das ideias apresentadas foi a formação de um fundo de longo prazo com a participação do JP Morgan, Fomento Paraná e apoio da Multilateral Investment Guarantee Agency (MIGA), fundo garantidor vinculado ao Banco Mundial.

Ratinho Júnior também apresentou na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova Iorque, os avanços do Paraná na implantação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e reforçou o compromisso do Estado com a Agenda 2030. O governador participou de um painel promovido pela Organização Mundial das Famílias (WFO, na sigla em inglês) e Instituto das Nações Unidas para Formação e Pesquisa (Unitar). O Paraná foi o único Estado brasileiro representado.



GERÊNCIA DE SISTEMAS DA SAD À FRENTE DO PE INTEGRADO

# PE INTEGRADO CENTRALIZA E PADRONIZA PROCESSOS E FLUXOS

**A FERRAMENTA INTEGRA  
IMPORTANTES ÁREAS DE NEGÓCIOS  
DO GOVERNO DE PERNAMBUCO, COMO  
COMPRAS, LICITAÇÕES, CONTRATOS,  
PATRIMÔNIO E ALMOXARIFADO**

TEXTO E FOTO: JOYCE WARREN (SECOM/SAD)

**A** tecnologia da informação nos tempos atuais é um componente que está sempre presente em toda inovação dos processos organizacionais. Atento a esse movimento e atuante na área de modernização governamental, o governo de Pernambuco implantou o Sistema Integrado de Gestão de Pernambuco, o 'PE Integrado'. Por meio da Secretaria de Administração (SAD) e da Agência de Tecnologia da Informação (ATI), a nova ferramenta eletrônica vem sendo introduzida, desde 2017, nos diversos órgãos do Poder Executivo, a fim de dar mais celeridade e transparência ao fluxo de tramitação de processos em todo o Estado.

Endossando o contexto de que é necessário garantir maior controle dos gastos na administração pública por meio da tecnologia da informação, sobretudo no atual cenário fiscal do Brasil, o secretário de Administração, José Francisco Neto, destaca a inovação do sistema. "Ele é pioneiro em Pernambuco e trouxe ganhos e economicidade para a gestão do Estado, uma vez que todos os órgãos do governo estão integrados e interligados para oferecer serviços com maior rapidez para a população pernambucana, que é nossa premissa. Já do ponto de vista operacional conseguimos reduzir gastos com papel



e impressão eletrônica e também com arquivamento e tramitação de documentos, já que diminuímos o transporte dessa documentação entre as secretarias", enfatiza o titular da Pasta.

A ferramenta, que consiste em um ambiente completamente digital ([peintegrado.pe.gov.br](http://peintegrado.pe.gov.br)), permite uma nova dinâmica nas tomadas de decisão. "Isso eleva a gestão pública estadual a um patamar jamais visto". É o que garante o secretário executivo de Administração, Luís Eduardo Antunes. "O novo sistema faz a ligação dos sistemas corporativos já existentes, ou seja, abarca as informações do SADRH (Sistema Corporativo de Recursos Humanos) e também com o e-Fisco, que é o sistema contábil do Estado. Sendo assim alcançamos total transparência dos processos públicos", assegurou Luís.

## DIFERENCIAL

O diferencial do Sistema PE-Integrado está desde a sua interface, passando por todas as fases do processo, no qual é possível visualizar todos os recursos que a ferramenta oferece; como, por exemplo, os últimos processos em andamento, os encerrados e também um painel eletrônico com os procedimentos finalizados nos últimos meses por meio do Pregão Eletrônico e da Compra Direta.

## NOVAS FUNCIONALIDADES

Empenhada em melhorar o desenvolvimento do sistema para que os usuários tenham uma melhor experiência, a SAD disponibilizou, este ano, três novas funcionalidades para o PE Integrado: juntada documental, assinatura eletrônica e formação de cotas reservada e exclusiva. De acordo com o gerente geral de Serviços Corporativos do Estado, Marcelo Coelho, com o advento da *juntada documental* todos os documentos anexados por um usuário podem ser visualizados nas etapas seguintes do sistema, não sendo necessário retomar a uma etapa específica do processo para tal. "Essa função permite um melhor fluxo aos processos, evitando retrabalho, obtendo todos os documentos em um único ambiente, garantindo mais praticidade e eficiência", comentou o gerente.

Já a *assinatura eletrônica* é mais um passo para eliminar de vez os processos físicos, fomentando a sustentabilidade nos órgãos. E a funcionalidade de *formação de cotas* adéqua o Sistema PE Integrado às exigências do Decreto nº 45.140 de 2017, em que assegura tratamento diferenciado para microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais nas licitações de bens, serviços e obras.

Essa etapa significa maior controle nos processos de aquisição pública. Por exemplo, para compras cujo valor não ultrapasse R\$ 80.000,00 existe cota exclusiva para a qual empresas de médio e grande porte não podem oferecer lances. Enquanto para as compras que ultrapassem o valor de referência, deve ser definida uma cota reservada. "Com a possibilidade da definição de cotas, já no início do processo, é possível apontar para a formatação desejada, tornando a configuração das compras um processo mais simples e dinâmico", arrematou Marcelo.

A coordenadora administrativa e financeira da IX GERES, Tammy Carvalho, acredita que as novas funcionalidades do PE Integrado otimizaram os procedimentos dentro da ferramenta. "Como membro de Comissão de Licitação o meu trabalho foi bastante facilitado depois da chegada do sistema, no qual permite um maior controle dos itens e quantidades a serem contratadas, dando celeridade e segurança durante a compra" atestou Tammy.

Atualmente, o PE Integrado já opera em toda a Administração Pública de PE, incluindo Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas e Ministério Público, nos módulos de Compras e Licitações, que abrangem os submódulos: Solicitação de Compras; Banco de Preços; Cotação; Compra Direta (Dispensa/Inexigibilidade); e Pregão Eletrônico.

**Sistema é pioneiro no Estado.  
Traz ganhos e economicidade  
para gestão pública**





# GOVERNO DO ESTADO LANÇA VERSÃO DIGITAL DO PROGRAMA TODOS POR PERNAMBUCO

SITE IDEALIZADO PELA SEPLAG POSSIBILITA A PARTICIPAÇÃO  
SOCIAL TAMBÉM POR MEIO DA INTERNET, OFERECENDO  
MAIS UM CANAL DIRETO COM O PODER EXECUTIVO

TEXTO E FOTO: HÉLIA SCHEPPA (SEI)



O governador Paulo Câmara comandou, em julho, a solenidade de lançamento da plataforma digital do Programa Todos por Pernambuco. Coordenada pela Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag), a ação acontece a cada quatro anos, com visitas às 12 regiões de desenvolvimento do Estado, buscando aproximar os cidadãos das decisões administrativas. A criação da versão digital do programa possibilitará um maior engajamento da população, aumentando os canais de comunicação com o governo do Estado.

“O Todos por Pernambuco busca unidade, busca discutir as divergências e achar convergências em favor do nosso povo. Vamos aproveitar o programa, que vai acontecer a partir de 14 de agosto até 20 de setembro, para lançar essa plataforma digital que busca uma aproximação permanente com a população, além de ser um processo que não vai ficar restrito às doze regiões visitadas. Pelo contrário, com uma plataforma digital nós vamos estar sempre interagindo com a população, seja com as visitas presenciais, seja com as contribuições digitais”, afirmou o governador.

Na nova plataforma, disponível em <https://participa.pe.gov.br/>, o cidadão terá a possibilidade de incluir propostas, apoiar sugestões de outras pessoas e acompanhar o calendário dos seminários, utilizando a aba Eventos. As propostas que obtiverem maior destaque serão colocadas na página inicial do site. A inovação proporciona também facilidade no armazenamento de dados, que posteriormente serão utilizados para o direcionamento do planejamento governamental.

“A ferramenta já está no ar desde hoje de manhã, à disposição de quem quiser acessar. É uma plataforma colaborativa bastante simples. O cadastro pede apenas o e-mail e algumas informações básicas. Depois desse passo, a pessoa pode escolher entre mais de vinte áreas de interesse, como educação, infraestrutura e saúde, e realizar a sua proposta. Tem a possibilidade de criar um título, escrever sobre sua proposta e também adicionar algum documento auxiliar, como foto e vídeo. Essas informações estarão disponíveis para interação e serão acumuladas, de forma que possamos usar para o planejamento do Estado”, explicou o secretário estadual de Planejamento e Gestão, Alexandre Rebêlo.

A edição de 2019 do Programa Todos por Pernambuco já contará com a integração do sistema digital ao presencial. Durante a realização dos eventos haverá uma “ilha de propostas”, local onde serão disponibilizados computadores para registro de sugestões



**“O Todos por Pernambuco busca unidade, busca discutir as divergências e achar convergências em favor do nosso povo”**

**Paulo Câmara**  
Governador /PE

presencialmente. Funcionários capacitados estarão presentes durante todo o processo para instruir os participantes sobre a forma de utilização, além de tirar possíveis dúvidas.

O novo site foi baseado na ferramenta Projeto Consul. O software, desenvolvido pelo governo de Madri, é semelhante a uma rede social e já ganhou diversos prêmios mundiais. O sistema operacional está atualmente em atividade em 30 países, sendo acessado por mais de 90 milhões de pessoas. O Instituto de Gestão Pública de Pernambuco (IGPE) foi o responsável pela customização e adequação do site às necessidades do governo de Pernambuco. ●



# PIAUÍ FORTALECE IDEIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COM BASE NA IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA 2030

O PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO TEM REALIZADO EVENTOS PARA DIVULGAÇÃO DO TRABALHO QUE VEM SENDO REALIZADO EM PARCERIA COM O GOVERNO DO ESTADO

TEXTO: SECOM/PI  
FOTOS: FÁBIA VIEIRA E ROBERTA ALINE



**P**ara fortalecer o desenvolvimento humano sustentável no Piauí por meio da implementação da Agenda 2030, o governo do Estado e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) lançaram, em 2018, o “Projeto ODS Piauí”. A iniciativa envolve representantes do setor público, do setor privado e da sociedade civil na promoção de diálogos, fortalecimento de políticas e alinhamento de estratégias para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Estado.

Por meio do projeto, são promovidas iniciativas para a erradicação da pobreza, o crescimento econômico e a sustentabilidade ambiental, de forma integrada. Vale do Itaim, Serra da Capivara e Cocais são os primeiros territórios diretamente impactados pelo projeto. Em uma segunda etapa, as experiências e as boas práticas geradas dessas regiões serão replicadas em todo o Estado.

Maurilo Oliveira, representante do PNUD no Piauí, explica que o projeto que o Pnud desenvolve no Estado em parceria com o governo local visa a melhorar a implementação de programas de planejamento no Estado para acelerar o processo de desenvolvimento. “Esse projeto tem módulos territoriais, inicia pelo Território do Itain e pretende ser estendido para os demais territórios do Estado”, explica ele.

O Pnud já realiza levantamento de dados para a criação de diagnósticos e posteriormente identificação de aceleradores capazes de elevar a capacidade da sociedade, poder público e iniciativa privada de trabalhar de uma forma mais eficaz o planejamento para atingimento dos ODSs.

Rejane Tavares, superintendente de Planejamento Estratégico da Secretaria de Estado do Planejamento, SEPLAN, participou do evento e chamou a atenção para o tamanho do desafio: “Os ODSs são uma pontuação de diversos países no mundo para que se possa manter a sustentabilidade ambiental, social e econômica do planeta, então é uma nova forma de pensar o desenvolvimento e de pensar a vida na Terra”, diz Rejane.

A superintendente reforça que o Piauí está norteando todo o seu processo de planejamento e construção de suas ações para os próximos 12 anos em cima dos ODSs, trabalhando com o objetivo de contribuir para que os ODSs possam ser consolidados. “É uma longa caminhada. Nós temos desafios sociais, econômicos e ambientais enormes, mas os ODSs dão uma luz na forma de como a gente conduzir as problemáticas do Estado”, completa Rejane.

## LONGA CAMINHADA

Com a inauguração de um escritório de projetos no Piauí em 2018, o PNUD apoia o governo estadual e as gestões municipais na implementação de ações que dialogam com o cumprimento das metas da Agenda 2030 para promover o desenvolvimento humano sustentável no Estado.

Em dezembro de 2018, foi apresentado, em Teresina, o “Diagnóstico do Piauí à Luz dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”. O documento destaca números sobre pobreza, educação, renda, gênero, acesso à água potável e informações sobre desigualdades. Com a apresentação do diagnóstico e a identificação dos aceleradores, os órgãos públicos, o setor privado e a sociedade civil poderão identificar as prioridades locais e direcionar as políticas com foco no cumprimento das metas dos ODS.

Resultado do “Projeto ODS Piauí”, o diagnóstico mede o avanço de metas específicas da Agenda 2030. O documento será atualizado anualmente, levando em conta as particularidades de cada um dos 12 territórios do Estado. Por meio do projeto, serão produzidos diagnósticos específicos para cada território.

O “Projeto ODS Piauí” tem o apoio da Contour-Global, da Chesf e do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

De acordo com dados do Atlas de Desenvolvimento Humano (plataforma que reúne informações sobre Longevidade, Renda e Educação), o Piauí ocupa a 24ª posição, entre as 27 unidades federativas brasileiras, no Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM). A dimensão que mais contribui para o IDHM do Estado é a Longevidade, com índice de 0,777, seguida de Renda (0,635) e de Educação (0,547). Entre 2000 e 2010, a população do Piauí cresceu a uma taxa anual de 0,93% e o Estado tem 3.118.360 habitantes. A expectativa de vida ao nascer subiu de 60 anos (1991) para 71 (2010).

## AGENDA 2030 E OS ODS

A Agenda 2030 foi aprovada em 2015 pelo países-membros das ONU. A Agenda tem o plano de erradicar a pobreza, promover o crescimento econômico e a sustentabilidade do planeta, de forma integrada, até 2030. Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são parte da Agenda 2030 e formam um plano de ação para que governos, setor privado, sociedade civil, academia e mídia trabalhem de forma conjunta para garantir a sustentabilidade do planeta.



# RIO DE JANEIRO INSTITUI CONSELHO, PIONEIRO NO PAÍS, FOCADO EM INOVAÇÃO

FORMADO POR ACADÊMICOS, ESPECIALISTAS E  
PESQUISADORES, GRUPO TRAÇARÁ ESTRATÉGIAS  
PARA DINAMIZAR A ECONOMIA DO ESTADO

TEXTO E FOTOS: SECOM-RJ



**C**om o objetivo de elaborar estratégias de capacitação de pessoas e aumentar a inovação produtiva no Estado do Rio, o governador Wilson Witzel anunciou, em agosto, a implantação do Conselho Consultivo de Desenvolvimento da Economia do Conhecimento, que terá como um dos notáveis o professor e filósofo Roberto Mangabeira Unger. Em reunião no Palácio Guanabara, o governador afirmou que a iniciativa é pioneira no Brasil.

“O Rio de Janeiro sai na frente com a implementação desse conselho, que vai reunir cabeças pensantes em prol do desenvolvimento da economia com foco no conhecimento, colaborando com a inovação do nosso estado e de nosso país”, explica o governador.

O conselho deve reunir acadêmicos, pesquisadores e especialistas em diversas áreas para traçar planos de interesse da população e do Estado. Para o filósofo, esse é um passo importante para o processo de recuperação do dinamismo econômico no Rio, que deve investir na capacitação diferenciada conectada à ciência, tecnologia e inovação.

**O governador Wilson Witzel anunciou a implantação do Conselho Consultivo de Desenvolvimento da Economia do Conhecimento, que terá como um dos notáveis o professor e filósofo Roberto Mangabeira Unger**

“O Brasil precisa de um projeto produtivista e capacitador. O Rio de Janeiro é um terreno privilegiado para instaurar no país uma travessia rumo ao novo paradigma de produção. Como militante da sociedade civil e estudioso, vou procurar colaborar com o governo do Estado na construção de uma estratégia para o Rio, que permita ao Estado encarnar e sinalizar o caminho alternativo para o país”, afirma Mangabeira Unger, que tem livros publicados sobre o tema.



# PORTAL DE CONSIGNADOS DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE ENTRA NO AR

ENDEREÇO ELETRÔNICO PERMITE A SERVIDORES  
ATIVOS, APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO ESTADO  
ACOMPANHAREM A MOVIMENTAÇÃO DO CRÉDITO

TEXTO: SECOM  
FOTOS: FÁBIA VIEIRA E ROBERTA ALINE

O portal de consignados do governo do Estado do Rio Grande do Norte já está no ar para consulta e acompanhamento de movimentação financeira. O portal RN Consig foi criado exclusivamente para operacionalização do sistema de consignações.

Com uma interface responsiva, o portal pode ser acessado por desktop e dispositivos móveis como celulares e já está disponível para que os usuários tenham acesso a todas as informações relativas às consignações.

O consig.rn.gov.br permite que servidores ativos, aposentados e pensionistas do Estado acompanhem toda a movimentação financeira de crédito feita por consignação. As funções permitem comunicação direta dos usuários com as instituições envolvidas na operação.

O sistema e o portal RN Consig foram desenvolvidos pela equipe da Escola de TI para Gestão Pública, vinculada à Secretaria de Estado da Administração (Sead), e serão operados em conjunto com a Coordenadoria da Folha de Pagamentos (Copag).

O sistema próprio confere ainda mais transparência às consignações, permitindo um controle mais rigoroso das transações, e gerencia as margens dos servidores como validador entre as instituições e o governo do Estado, substituindo o trabalho realizado anteriormente por empresas privadas. Atualmente, o sistema está aberto para consignatárias como operadoras de cartão de crédito; associações e sindicatos de servidores.

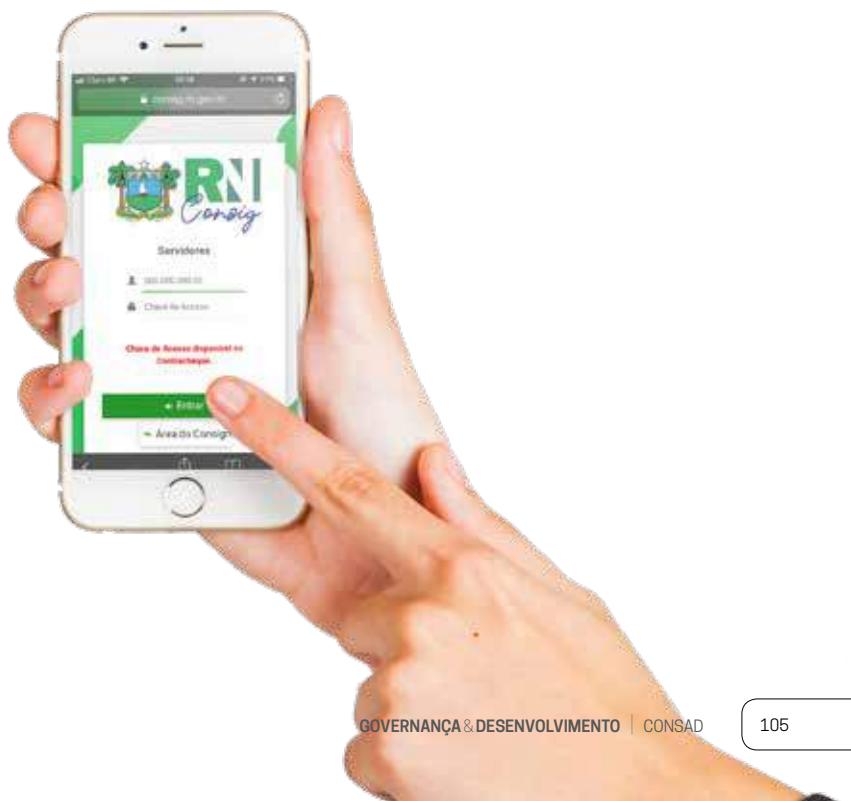
Todas as consignações realizadas pelo sistema anterior, um total de 249 mil, desde mensalidades de associações a empréstimos vigentes, foram importadas para o RN Consig e já estão sendo geridas por servidores estaduais. Apenas a modalidade empréstimo ainda não está liberada no atual sistema de consignações.

O empréstimo consignado estará disponível tão logo o governo do Estado finalize negociação referente aos repasses devidos de consignações anteriores a 2019. O Decreto Nº 21.860 de 27 de agosto de 2010, e suas alterações, regulamenta no âmbito da Administração Estadual as consignações em folha de pagamento de servidores públicos civis, militares e pensionistas.

Para atender a demanda de consignações, a Sead montou uma equipe composta de quatro servidores, que fará o atendimento de forma presencial e por telefone. Para isso, serão disponibilizadas duas linhas telefônicas exclusivas.



O consig.rn.gov.br permite que servidores ativos, aposentados e pensionistas do Estado acompanhem toda a movimentação financeira de crédito feita por consignação





# GOVERNO CONCLUI LANÇAMENTOS DO PLANO RN INCLUSIVO

OBJETIVO É DAR QUALIFICAÇÃO AOS SERVIDORES MUNICIPAIS

TEXTO E FOTOS: ELISA ELSIE (ASSECOM/RN)

**A**pós passar por Natal, Mossoró, Currais Novos e Caicó, o governo do Estado encerrou nesta semana a série de lançamentos do Plano RN Inclusivo: Políticas Públicas e Inclusão Social. A proposta é desenvolver atividades voltadas para qualificação profissional dos servidores municipais, melhoria da gestão pública e consolidação da cidadania em todo o Rio Grande do Norte, por meio da cooperação entre o governo, prefeituras e Rede de Voluntários.

O RN Inclusivo, idealizado e coordenado pela Secretaria de Estado da Administração (Sead), conta inicialmente com duas frentes de trabalho. A primeira é referente ao Programa de Capacitação, elaborado pela Escola de Governo, que prevê a realização de cursos, seminários, fóruns, debates e palestras nas mais diversas áreas de atuação

governamental, para servidores estaduais e municipais, com a finalidade de melhorar a eficiência na prestação dos serviços. A segunda diz respeito a ações de ensino, pesquisa e extensão, sob a responsabilidade da Rede de Voluntariado das instituições estaduais de ensino superior, composta por professores voluntários da UFRN, Ufersa, IFRN, UERN e Instituto Kennedy.

Posteriormente, serão agregados no plano diferentes programas em áreas diversas, que serão elaborados por outros órgãos integrantes da administração direta e indireta do governo.

Na solenidade realizada na capital, em julho, a governadora Fátima Bezerra e o presidente da Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte (Femurn), José Leonardo Cassimiro, prefeito de São Paulo do Potengi, assinaram Protocolo de Intenções, visando a cooperação mútua para capacitação de servidores públicos municipais e estaduais do RN.

“O governo une forças aos municípios para fortalecer as bases do serviço público e o atendimento ao público. Isso melhora o relacionamento e as administrações e quem ganha é o povo do Rio Grande do Norte. O governo do Estado dá prioridade ao nosso povo com esta ação que trará bons resultados. É um trabalho de base, que pode parecer pequeno, mas que vai preparar para a execução de grandes projetos”, declarou o presidente da Femurn.

Na ocasião dos lançamentos, em todas as quatro cidades, foram também assinados termos de acordo de cooperação técnica entre a Sead e as prefeituras municipais que aderiram ao RN Inclusivo. Ao todo, 20 prefeitos já assinaram o documento: Pedra Grande, Jundiá, Pureza, Paraú, Monte das Gameleiras, Macau, Grossos, Acari, Carnaúba dos Dantas, Currais Novos, Florânia, Japi, Lagoa Nova, São Vicente, Serra Negra do Norte, Cerro-Corá, São Fernando, São José do Seridó, São João do Cabugi e Canguaretama.

A secretaria estadual de Administração, Virgínia Ferreira, acrescenta que o Plano RN Inclusivo pretende reverter os baixos índices de desenvolvimento humano (IDH) e da educação básica (IDEB). “Estamos assumindo o desafio de trabalhar em conjunto, utilizando a estrutura e o banco de talentos da Escola de Governo, e a Rede de Voluntários, para promover qualificação e aperfeiçoamento dos servidores do Estado e dos municípios”.

Na solenidade realizada em Currais Novos, no dia 24 de julho, a governadora Fátima Bezerra, que



**“Estamos promovendo uma ação de parceria, de gestão compartilhada. As pessoas vivem nas cidades. É lá que estão suas angústias, anseios e esperanças”**

**Fátima Bezerra**  
Governadora/RN

prestigiou o evento, resumiu a importância do RN Inclusivo. “Estamos promovendo uma ação de parceria, de gestão compartilhada. As pessoas vivem nas cidades. É lá que estão suas angústias, anseios e esperanças. Estamos usando uma estrutura estadual – a Escola de Governo – para prestar um importante serviço que tem como desafio melhorar a qualidade de vida da população e dos indicadores de Desenvolvimento Humano e da Educação Básica”, destacou.

A próxima etapa do plano refere-se à identificação de multiplicadores e das reais necessidades dos municípios, bem como proposição de capacitação e outras ações.



Com o desafio de se tornar 100% digital, Rio Grande do Sul busca experiências internacionais

TEXTO: PEPO KERSCHNER  
FOTOS: ITAMAR AGUIAR (PALÁCIO PIRATINI)

Com o desafio de tornar-se 100% digital em quatro anos, o governo do Estado do Rio Grande do Sul está buscando experiências de sucesso espalhadas pelo mundo para oferecer serviços mais ágeis a sua população. Uma das primeiras inspirações para incorporar práticas sobre GovTech e cidades inteligentes surgiu com a realização do SmartGov – Seminário de Inovação na Gestão Pública. Organizado pela Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (Seplag), o evento reuniu ao longo de dois dias em Porto Alegre, no final de maio, especialistas de diferentes países e suas soluções inovadoras.

O governador Eduardo Leite participou do seminário e salientou a urgência do Estado sair da era analógica e entrar efetivamente na era digital. “Ao longo dos anos, a vida das pessoas ficou mais rápida, e o governo ficou mais lento. Esse descompasso gera uma enorme frustração na sociedade, que não se sente representada. Mas a mudança é a regra e as coisas vão continuar mudando, diariamente. Por isso, precisamos arriscar, inovar e ousar sair da caixa, para colocar o governo na velocidade das pessoas”, afirmou Leite.

Além de compartilhar avanços nos serviços digitais para o cidadão e estimular o surgimento de novos espaços criativos, o seminário marcou também o lançamento da primeira maratona digital do governo gaúcho. Trata-se do Hackaffthon, desafio para startups desenvolverem um aplicativo com todos serviços do Caff (Centro Administrativo Antenor Ferrari), onde estão localizadas a maioria das secretarias de Estado e que recebe cerca de cinco mil pessoas por dia entre servidores e visitantes.

“Quando se fala em Smart Cities e SmartGov se pensa em tecnologia e soluções inovadoras para os clientes, que, no nosso caso, são os cidadãos. A gestão pública precisa acompanhar esta evolução que já está presente na vida das pessoas, algo além de tão-somente criar sistemas tecnológicos”, destaca a secretária de Planejamento, Leany Lemos.

O aplicativo terá seu desenvolvimento concluído ainda no mês de agosto, marcando os 50 anos da Seplag/RS. Com a ferramenta, o usuário terá acesso a uma série de informações sobre o funcionamento do Caff, a localização dos serviços e vagas nos estacionamentos, ao passo que os funcionários públicos poderão acionar, via o aparelho de celular, diferentes situações das suas rotinas de trabalho. O Hackaffthon é um projeto-piloto que pretende criar soluções digitais para tornar os demais prédios públicos e os serviços do governo mais inteligentes, ágeis e inovadores.



**“Ao longo dos anos, a vida das pessoas ficou mais rápida, e o governo ficou mais lento. Esse descompasso gera uma enorme frustração na sociedade, que não se sente representada.”**

**Eduardo Leite**  
Governador do Rio Grande do Sul



**“Como convivemos com escassez de recursos, precisamos de políticas mais eficientes”**

***Leany Lemos***

*Secretária de Planejamento*

### **AÇÕES ESTRATÉGICAS**

Leany Lemos salienta que as principais inovações da Pasta que comanda já estão no planejamento estratégico. Uma das prioridades é aumentar a capacidade do Estado produzir informações e análises que sejam relevantes na condução e avaliação das políticas públicas “sempre com base em evidências”. “Como convivemos com escassez de recursos, precisamos de políticas mais eficientes”, acrescentou ela.

Outra frente de atuação se refere à gestão de ativos com medidas inovadoras, como a permuta de imóveis por área construída (construção de presídios é um exemplo) ou por dívida com os municípios, permitindo ao governo dar um destino melhor aos seus ativos sem uma utilização definida.

Desenvolver capacidades e estimular o surgimento de novas lideranças estão no foco do planejamento estratégico em termos de gestão de pessoas, onde o governo gaúcho está inovando no modelo



de seleção e preenchimento de cargos no serviço público através do QualificaRS. Lançado no mês de maio, o programa é uma iniciativa pioneira de recrutamento de lideranças a partir de análise curricular, referências profissionais e de competências.

O objetivo é identificar a compatibilidade entre os valores do candidato e os objetivos do governo para funções estratégicas nas secretarias da Educação (Seduc) e de Planejamento, Orçamento e Gestão (Seplag). Na Seduc, serão vagas para as 30



SMARTGOV REUNIU PRÁTICAS INTERNACIONAIS

Coordenadorias Regionais de Ensino (CRE). Na Seplag, serão preenchidas três vagas para subsecretário de Gestão de Pessoas, diretor de Recursos Humanos e coordenador da Escola de Governo. Os selecionados serão conhecidos nas próximas semanas.

Na visão da secretaria de Planejamento, essa iniciativa pioneira no RS é um marco na construção de uma agenda estratégica de gestão de pessoas, promovendo uma mudança de modelo gerencial com vistas à excelência na prestação de serviços públicos.

“Estamos dando o primeiro passo para que o governo obtenha a expertise, que hoje ele não tem, para fazer a seleção de lideranças a partir de critérios como capacidade de liderança, inovação e comprometimento com as ideias e metas da gestão”, comentou Leany. O QualificaRS é fruto de acordo de cooperação técnica entre o Estado e a Fundação Lemann, representando uma aliança de organizações do terceiro setor, formada por Fundação Brava, Fundação Lemann, Instituto Humanize e Instituto República.



EDUARDO LEITE E DIRETORIA DO BANCO MUNDIAL FALAM SOBRE PROGRAMA DE AUXÍLIO A ESTADOS BRASILEIROS

# RIO GRANDE DO SUL PARTICIPA DE REUNIÃO COM BANCO MUNDIAL NOS ESTADOS UNIDOS

TEXTO: SUZY SCARTON  
EDIÇÃO: MARCELO FLACH (SECOM)  
FOTO: DIVULGAÇÃO

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, se reuniu com a diretoria do Grupo Banco Mundial, no mês de julho, em Washington, nos Estados Unidos. A reunião serviu para que o governador manifestasse o interesse do Rio Grande do Sul em participar do Programa Pró-Gestão, em desenvolvimento pelo Banco Mundial.

O foco da instituição é auxiliar unidades da Federação a superarem problemas estruturais. No total, US\$ 1 bilhão serão disponibilizados ao Brasil, para alguns estados, sem necessidade de contrapartida, e o RS pretende ser um dos selecionados. O programa oferece linha de crédito, desconsiderando a capacidade de pagamento, com o aval da União, e prevê o uso de evidências para garantir o alcance dos objetivos dos projetos financiados.

O governador avaliou a reunião como bastante produtiva. “Foi importante principalmente para apresentar ao Banco Mundial o comprometimento da nossa gestão com o ajuste fiscal, com a reestruturação do Estado e com a modernização da máquina pública”, explicou Leite.

O Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) ainda está negociando com o Ministério da Economia para definir quais serão as áreas contempladas, mas sabe-se que são considerados indispensáveis os setores de pessoal, previdência, compras e gestão em áreas estratégicas.

A intenção do RS é também incluir a inovação tecnológica e transformação digital, uma vez que o estabelecimento de um governo digital agilizará a prestação de serviços e reduzirá custos. “Essa operação colocará o RS no século 21. Esse salto na modernização representará melhores serviços para o cidadão e para o enfrentamento de problemas estruturais”, explicou a secretária de Planejamento, Orçamento e Gestão, Leany Lemos.

O Estado entrou em contato com o banco no começo de julho para informar o comprometimento com reformas estruturantes, como a venda de estatais. O financiamento com o teto de US\$ 120 milhões foi solicitado ao banco. Para entrar na primeira fase do programa, o Banco Mundial avaliará níveis de IDH, compromisso na preparação de um exercício rigoroso de modelagem fiscal e avaliação sobre a prontidão do Estado para a realização de reformas estruturantes.

Informações fiscais e sobre compras, pessoal e previdência serão encaminhadas pela Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão ao banco até o fim de agosto. O Bird deve levar um mês, após o recebimento dos documentos, para realizar um diagnóstico sobre o RS. O financiamento do banco é do tipo Investment Project Financing (IPF, ou financiamento de projetos de investimento).

Leite também participou de reunião com representantes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a fim de reforçar o interesse do RS em aderir à segunda edição do Projeto de Fortalecimento da Gestão Fiscal (Profisco II). No dia 18 de julho, o governador gaúcho esteve envolvido em um curso de capacitação para gestores públicos.

## CURSO NOS EUA

Eduardo Leite fez parte de uma comitiva formada por diversos governadores e prefeitos que foram aos EUA para o International Program for Public Leaders, curso correalizado pela Comunitas e pela Leadership Academy for Development (LAD) – projeto do Center on Democracy, Development and the Rule of Law (CDDRL), da Universidade de Stanford, e elaborado em parceria com a Escola John Hopkins de Estudos Internacionais Avançados.

O intercâmbio envolve troca de experiências



**“Foi importante principalmente para apresentar ao Banco Mundial o comprometimento da nossa gestão com o ajuste fiscal, com a reestruturação do Estado e com a modernização da máquina pública”**

**Eduardo Leite**  
Governador/RS

com especialistas de universidades renomadas mundialmente buscando a qualificação das políticas públicas em benefício do cidadão. O curso tem programação focada em inovação, desenvolvimento econômico, comunicação e outros temas importantes presentes na vida do gestor público.

Sem custo para os gestores convidados, o convite foi feito pela Comunitas, organização da sociedade civil que atua no apoio ao desenvolvimento de políticas públicas em todo o Brasil.



# GOVERNO RACIONALIZA OS GASTOS ADMINISTRATIVOS

**AUMENTO NA ARRECADAÇÃO  
PRETENDE GERAR NOVAS  
RECEITAS PARA VIABILIZAR  
INVESTIMENTOS EM RONDÔNIA**

**C**om um déficit de R\$ 400 milhões logo no primeiro ano de mandato e sem uma arrecadação significativa, o governo de Rondônia não viu outra saída senão racionalizar e conter despesas administrativas em todos os órgãos estaduais. O fruto dessas medidas surgiu logo nos primeiros cem dias de administração, com uma economia de R\$ 89 milhões para os cofres públicos.

O secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (Sepog), Pedro Antônio Afonso Pimentel, diz que a situação da saúde é preocupante e a tendência é crescer a demanda, mas que neste momento mais de 50% da situação foi contornada por meio da contenção de despesas. “Certamente até setembro o déficit de R\$ 400 milhões de dotação orçamentária estará sanado. Até o final do exercício teremos orçamento para suprir as necessidades”, completa o secretário. A sobra “gordura” permitiu a manutenção das ações da gestão atual previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA). “Assumimos o Estado com um superávit de R\$ 90 milhões e um fundo de cerca de R\$ 300 milhões para serem utilizados pelo novo governo, porém os recursos do fundo foram direcionados para finalidades específicas e não de livre destinação, gerando déficit. Através da reorganização governamental conseguimos remanejar valores de outros setores para suprir as necessidades de áreas consideradas prioritárias, como a saúde e a dívida do extinto Banco do Estado de Rondônia (Beron), em que o

TEXTO: REJANE JÚLIA (SECOM-RO)



Estado tem que pagar por mês R\$ 13 milhões. Débito que a nova gestão assumiu de gestões anteriores", comenta o titular da Secretaria de Estado de Finanças (Sefin), Luís Fernando Pereira da Silva.

Os titulares das duas secretarias que fazem parte dos pilares do governo são unânimes em afirmar que, agora, nesses primeiros cinco meses do ano, a situação do fisco estadual está equilibrada e sendo cuidada.

Os esforços do governo do Estado estão concentrados para gerar novas receitas a fim de viabilizar outras ações, além das previstas no planejamento da administração anterior.

## AUMENTO NA ARRECADAÇÃO

A boa notícia é que de janeiro a maio deste ano o Estado teve um aumento na arrecadação através do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). De acordo com o secretário de Finanças, Luís Fernando, o valor angariado nesses cinco meses foi de R\$ 1,738 bilhão, 7% acima da meta prevista pela Lei Orçamentária Anual (LOA), que era de R\$ 1,630 bilhão. "A arrecadação estadual neste semestre está indo bem. Podemos mencionar que as finanças do Estado estão se reorganizando para garantir o incremento de receitas, além das metas de arrecadação previstas na LOA para que viabilize prioridades definidas pelo novo governo, mas isso não quer dizer que o Estado está em situação confortável", esclareceu Luís Fernando.

O secretário explicou ainda que as receitas próprias vêm de cerca de 50% da arrecadação total do Estado. Dos R\$ 8 bilhões de orçamento previsto no ano, metade vem dos tributos estaduais, como o ICMS, o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e o Imposto sobre Transmissão "causa mortis" e Doação de Bens e Direitos, a título gratuito (TCD ou ITCMD). Os repasses do governo federal também complementam as receitas próprias e de transferência, caso do Fundo de Participação dos estados (FPE).

## FISCONFORME

Outra ferramenta que o governo do Estado vem apostando para aumentar a arrecadação estadual é o Programa Fisconforme, encabeçado pela Secretaria de Finanças. O programa lançado no mês de abril já vem permitindo o aumento da receita com justiça fiscal. "Por meio do Fisconforme queremos que os contribuintes se autorregularizem, não sejam penalizados com perseguição, mas que tenham oportunidade de manter a regularidade fiscal com o pagamento dos seus impostos em dia", reforça Luís Fernando.

O secretário da Sefin acredita que, com o Fisconforme, a receita estadual terá um desempenho

## Entre as prioridades elencadas pelo governo estão: a saúde, infraestrutura, educação e segurança

acima do esperado, o que vai viabilizar o atendimento de prioridades do governo. "Essas prioridades que foram detectadas pelo governador Marcos Rocha estão sendo analisadas no planejamento estratégico que vai definir todos os projetos prioritários para os próximos três anos e meio da gestão atual", salienta.

Entre as prioridades elencadas pelo governo Marcos Rocha estão: a saúde, infraestrutura, educação e segurança. Recentemente o Tribunal de Contas do Estado anunciou o repasse de R\$ 50 milhões ao governo do Estado para a construção do Hospital de Urgência e Emergência de Rondônia, que abrigará o novo João Paulo II.

Desfazendo todos os rumores de que o funcionalismo público deve ter o salário atrasado, o secretário de Finanças diz que o pagamento da folha e dos fornecedores não será afetado. "Não existe risco da folha deixar de ser paga, nem o pagamento de fornecedores com compromissos assumidos pelo Estado. Estamos em uma situação de equilíbrio, apesar de uma série de fatores de risco que precisam ser administrados para garantir esse equilíbrio", conclui Luís Fernando, afirmando que as ações de racionalização, de otimização dos gastos serão mantidas para reduzir o custo da máquina pública.

## PPA

O planejamento estratégico, que já é a preparação do Plano Plurianual (PPA), está sendo conduzido pela Casa Civil. O suporte e a elaboração vêm da junção dos três órgãos que formam o núcleo do governo – Sefin, Sepog e Controladoria Geral do Estado (CGE). Os órgãos vão administrar o levantamento das ações, das iniciativas consideradas estratégicas em cada secretaria e apresentar ao governador para que tenha um planejamento sólido das prioridades do governo até 2022.

É de responsabilidade da Sepog a consolidação das informações de acordo com as prioridades que o chefe do Executivo determinar para garantir o direcionamento dos recursos por meio da racionalização dos gastos e com o incremento de receitas. "Até o dia 15 de setembro, é a data limite para a entrega do PPA na Assembleia Legislativa, onde os deputados estaduais farão a apreciação e votação. Virando lei, a peça orçamentária se consolida", finaliza Pedro Pimentel. ●



# RORAIMA ESTUDA PARCERIA COM TCE PARA OFERTA DE CURSOS E USO DO SISTEMA DE CONTROLE DE CONTAS

TEXTO: ASCOM/SEGAD  
FOTO: MARCELO MORA

O secretário de Gestão Estratégica e Administração do Estado (Segad), Pedro Cerino, e a presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Cilene Salomão, estudam parceria para promover a capacitação e qualificação de servidores públicos do Estado. Outro convênio em análise pelos órgãos é a utilização do sistema de controle de contas do TCE. Neste caso, o objetivo é garantir maior eficiência na gestão dos recursos públicos. A reunião aconteceu no gabinete da presidência daquela Corte.

A Escola de Contas atua desde 2015 com 16 cursos, programados para este ano. Parte desses cursos pode atender às necessidades de qualificação dos servidores públicos estaduais. Apesar de assinado o convênio de cooperação técnica, as equipes dos órgãos irão agendar encontros para definir o programa de qualificação e também um calendário para realização dos cursos, palestras e workshops. O programa será planejado de acordo com as necessidades de cada setor das secretarias.

Para o secretário Pedro Cerino, a parceria é importante. "Primeiro, na valorização do servidor que terá a certificação de cursos com a chancela do Tribunal de Contas do Estado e, segundo porque vai gerar mais eficiência nos serviços prestados à sociedade", disse Cerino, ao destacar que as medidas estão ajustadas à política de responsabilidade e eficiência de gestão dos recursos humanos do governo de Roraima.

## CONTROLE DE CONTAS

Outro convênio importante que está sendo acertado entre a Segad e o TCE é sobre a utilização dos instrumentos de controle de contas da Corte para realizar o cruzamento de dados sobre vínculos empregatícios dos servidores estaduais. Com isso, será possível detectar com mais rapidez e segurança atos de ilegalidades como acúmulo de cargos indevido, sob pena de infringir o que estabelece o Art. 126 da Lei 053/2001, que trata do regime jurídico dos servidores públicos civis do Estado de Roraima.

Um dos casos que mais incide na abertura de Processo Administrativo Disciplinar (PAD) é justamente o acúmulo de cargo de maneira indevida. "A proposta, além de evitar prejuízos aos cofres públicos, também garante ao servidor manter a vida funcional em consonância com a legislação vigente", conta o secretário.



**“A proposta, além de evitar prejuízos aos cofres públicos, também garante ao servidor manter a vida funcional em consonância com a legislação vigente”**

**Pedro Cerino**

Secretário de Gestão Estratégica e Administração de Roraima

## ACÚMULO INDEVIDO DE CARGO

Conforme a Lei 053/2001, no artigo 127, se detectada acumulação ilegal de cargo, o servidor será notificado e depois de tomar ciência terá dez dias para fazer a opção por um dos cargos. Este prazo é improrrogável. Na hipótese de omissão, será adotado procedimento sumário para a apuração da regularização imediata, através do Processo Administrativo Disciplinar.



# GOVERNO SEM PAPEL CHEGA À CASAN

ECONOMIA PODE ULTRAPASSAR OS  
R\$ 2,1 MILHÕES POR ANO

TEXTO E FOTO: ASSESSORIA DE IMPRENSA/SC



SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO DE SANTA CATARINA, JORGE EDUARDO TASCA, EM REUNIÃO COM A PRESIDENTE DA CASAN, ROBERTA MAAS DOS ANJOS

**E**m agosto, o secretário de Estado da Administração de Santa Catarina, Jorge Eduardo Tasca, em reunião com a presidente da Casan, Roberta Maas dos Anjos, oficializou a adesão da instituição ao programa Governo Sem Papel. Além de economia aos cofres públicos, a medida também vai melhorar a tramitação e a conclusão de todos os cerca de 6 mil processos mensais que são abertos pela companhia. Considerando o custo médio de R\$ 30 por processo, entre material de expediente, Correios e transporte, com a completa digitalização dos documentos, a economia poderá chegar a R\$ 2,16 milhões por ano.

A assinatura do Termo de Cooperação para compartilhamento do SGP-e-Sistema de Gestão de Processo Eletrônico, que permite a confecção e tramitação de todos os documentos em meio 100% digital, aconteceu na sala da presidência da Casan, no Centro da capital. Além dos titulares da Administração e da Casan, a reunião contou com a equipe de trabalho da companhia e com a presença do diretor de Tecnologia e Inovação da SEA, Félix Fernando da Silva.

A adesão da Casan ao Governo Sem Papel representa um passo importante para o setor. Mais celeridade na conclusão e tramitação dos processos resulta também em mais eficiência da gestão administrativa da Casan, disse a presidente. ●

**MELHORIA DA EFICIÊNCIA**  
DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

**OTIMIZAÇÃO DO TEMPO**  
DE RESPOSTA NAS TRAMITAÇÕES DOS PROCESSOS

**REDUÇÃO DE CUSTOS**  
COM IMPRESSÕES, CORREIOS E TRANSPORTE



# FAZENDA E PLANEJAMENTO DE SP REVÊ DESPESAS

**MEDIDAS CAUSAM IMPACTO NOS SETORES ECONÔMICOS E DESESTATIZAÇÕES COMEÇAM NO 1º TRIMESTRE DO ANO**

TEXTO: ASCOM  
FOTOS: ASCOM E FREEPIK.COM

**N**o balanço das atividades do primeiro trimestre de 2019, a Secretaria da Fazenda e Planejamento se dedicou a revisar os números do Estado de São Paulo. Seja no campo dos impostos, como o ICMS – com impacto direto em todos os setores econômicos –, por meio de incentivos ao mercado paulista e a preservação e geração de empregos; tratativas para a privatização da Sabesp e parcerias público-privadas para presídios; seja no quesito orçamentário, revendo as despesas com custeio para minimizar o déficit e possibilitar investimentos para o Estado.

“O resultado de tudo isso é a geração de empregos, a atividade econômica, e isto é que é o fundamental” destaca Henrique Meirelles, secretário da Fazenda e Planejamento. “Não só na indústria automotiva mas na indústria naval, no turismo, na atividade econômica e todo o grupo, um número maior de escala, um maior número de pessoas vindo a São Paulo para negócios e turismo, além dos incentivos e da racionalização tributária para os setores. Tudo isso é uma grande conquista”, destacou.

O secretário e sua equipe técnica analisaram os balanços orçamentários do Estado e detectaram que as receitas incertas e superestimadas pela administração anterior causariam um déficit orçamentário de R\$ 10,5 bilhões em 2019. Dando sequência ao contingenciamento de R\$ 5,7 bilhões anunciado em meados de janeiro, foram tomadas três medidas para minimizar o déficit e possibilitar investimentos da ordem de R\$ 4 bilhões: a securitização de *royalties* do petróleo; operações do Fundo Imobiliário e concessões de rodovias estaduais. Segundo o secretário de Fazenda e



Planejamento, o governo trabalha para viabilizar receitas equivalentes a R\$ 4,76 bilhões para serem recebidas ou geradas até o fim do ano e cumprir o que está no Orçamento de 2019.

Em conjunto com a Secretaria de Governo – por meio do Conselho Gestor de PPPs e Concessões – foram elencados 22 projetos prioritários neste primeiro momento. São projetos e PPPs na área de estradas, aeroportos regionais, metrô, parques, presídios e saúde. O governo trabalha também avaliando os contratos vigentes e seus vencimentos para estabelecer cronogramas de novas concessões. Também está em discussão o envio do Projeto de Lei para autorizar a extinção ou fusão de seis empresas estatais: Dersa, Codasp, Emplasa, Prodesp, Imesp e CPOS. Paralelamente, o governo faz levantamento do quadro dessas empresas para fechar a proposta final de enxugamento.

A privatização ou capitalização da Companhia de Saneamento Básico (Sabesp) também está no radar desta gestão. Enquanto aguarda o desfecho da tramitação da Medida Provisória 868 em âmbito federal, que trata do marco regulatório do setor de saneamento, a secretaria estuda a capitalização e criação de uma holding para administrar a Sabesp. Ambas as medidas trarão recursos para os cofres do Estado, permitindo com que sejam feitos investimentos nas áreas mais sensíveis da administração pública, como saúde, educação e segurança. E também permitirá

que a empresa tenha maior protagonismo com investimentos que a gestão privada fará para ampliação dos seus negócios.

Com o anúncio dos programas IncentivAuto e Pró-Ferramentaria, o setor automotivo passa a ter importante incentivo para fabricantes do Estado. O IncentivAuto, além de reduzir ICMS para novos investimentos acima de R\$ 1 bilhão para modernizar a indústria automobilística no Estado, preservou empregos e impediu que a General Motors fechasse suas fábricas no Estado e deixasse o Brasil. Já para os fabricantes paulistas de peças automotivas, o Pró-Ferramentaria vai viabilizar a utilização dos créditos acumulados de ICMS.

A Secretaria da Fazenda e Planejamento também firmou em janeiro convênio com duas operadoras financeiras que permite ao contribuinte realizar o parcelamento do Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) por meio do cartão de crédito. A medida facilita o pagamento, alivia o bolso do contribuinte e cria um ambiente seguro para o motorista, que tem a garantia de que o tributo foi repassado ao Estado.

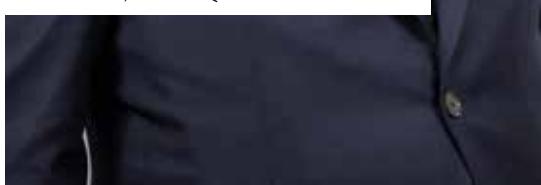
Já para os produtores e distribuidores rurais, a isenção de ICMS dos produtos hortifrutigranjeiros estendeu o benefício às frutas e hortaliças que estejam embaladas ou resfriadas, mesmo que tenham sido cortadas ou descascadas e significou uma desburocratização do Estado e fomento à atividade econômica. Da mesma forma, a mediação do governo entre a indústria paulista e a Comgás foi determinante para a redução da alíquota de reajuste do gás industrial, permitindo o reajuste médio no preço do gás industrial de 37% para 23% a partir de 1º de março.

A indústria naval também foi atendida por meio de medida que igualou os incentivos já concedidos em outros estados, dispensando do pagamento do ICMS a aquisição de insumos, materiais e equipamentos destinados à construção, conservação, modernização e reparo de embarcações. A expectativa é que, com maior competitividade, os navios possam ser construídos por estaleiros instalados no município do Guarujá, o que deve significar a geração de dois mil empregos diretos e indiretos para a Baixada Santista.

No setor aéreo, a criação de 490 decolagens semanais em 70 novos voos, aumentando a oferta de destinos em todo o país, motivou o governo de São Paulo a rever a alíquota do ICMS que incide sobre o combustível de aviação, permitindo assim redução no custo operacional das empresas aéreas, que só tem a beneficiar a população, não só paulista, como de todo o país.



MEIRELLES: "O RESULTADO DE TUDO ISSO É A GERAÇÃO DE EMPREGOS, A ATIVIDADE ECONÔMICA, E ISTO É QUE É FUNDAMENTAL"





# SÃO PAULO LANÇA NOVO PORTAL DE LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

COM TODAS AS NORMAS RELATIVAS AOS TRIBUTOS ESTADUAIS, FERRAMENTA REDUZ A BUROCRACIA E AMPLIA COMUNICAÇÃO ENTRE FISCO E SOCIEDADE

TEXTO: ASCOM  
FOTOS: FREEPIK.COM



ALÉM DISSO, O SISTEMA PERMITE A INTERAÇÃO COM REDES SOCIAIS (COMO O FACEBOOK, LINKEDIN, TWITTER E GOOGLE+) E SUA UTILIZAÇÃO POR MEIO DE DISPOSITIVOS MÓVEIS.

**A** Secretaria da Fazenda e Planejamento lançou, em agosto, o novo portal de Legislação Tributária (<https://legislacao.fazenda.sp.gov.br>), ferramenta de busca e consulta digital que reúne todas as normas relativas aos tributos estaduais. Esse é um importante mecanismo de consulta e pesquisa para o dia a dia de trabalho de contabilistas, contadores, associações de classe empresariais, contribuintes (sejam pessoas físicas ou jurídicas) e de toda a comunidade jurídica.

“O lançamento do novo Portal de Legislação Tributária é uma iniciativa inovadora que simplifica a consulta às normas relativas aos tributos estaduais, reduz burocracia e aperfeiçoa a comunicação entre o Fisco e a sociedade”, destacou o secretário da Fazenda e Planejamento, Henrique Meirelles.

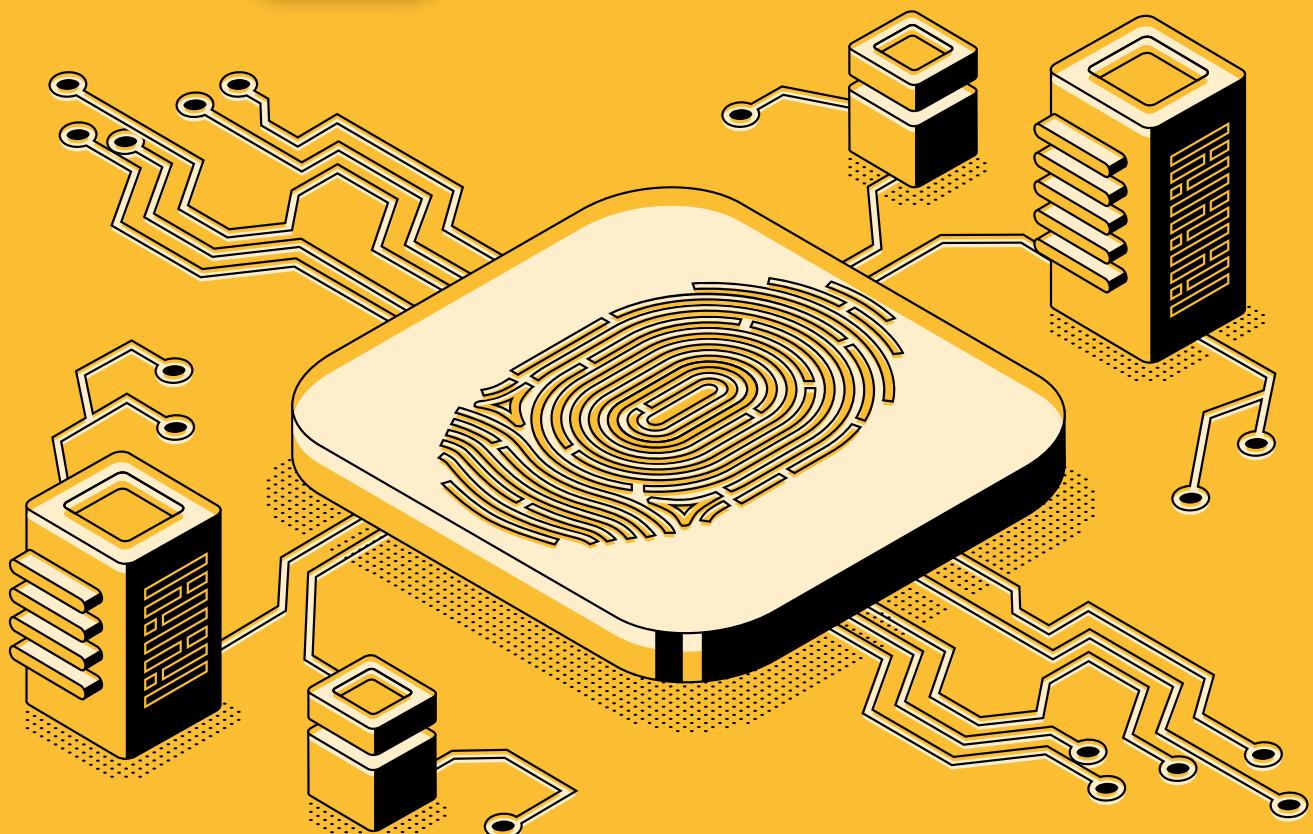
Com navegação intuitiva, o Portal conta com ferramenta de busca moderna e eficiente, que simplifica o acesso de todos às informações atualizadas. Também com a finalidade de facilitar a navegação e a pesquisa por parte dos usuários, estão destacados os atos legislativos mais acessados, os recém-publicados,

atalhos de acesso a portais externos e as principais normas por tributo.

No Portal também estão disponibilizadas as Respostas às Consultas Tributárias, que expressam o entendimento da Secretaria da Fazenda e Planejamento frente a dúvidas de interpretação, promovendo a uniformização e a transparência na aplicação da legislação tributária.

O Portal de Legislação Tributária traz mais segurança e praticidade à manutenção das informações publicadas, gerando economia de recursos públicos. Além disso, o sistema permite a interação com redes sociais (como o Facebook, Linkedin, Twitter e Google+) e sua utilização por meio de dispositivos móveis.

Com mais essa iniciativa, a Secretaria da Fazenda e Planejamento reafirma o seu compromisso na colaboração para a melhoria do ambiente de negócios, estimulando o cumprimento espontâneo da legislação tributária (Compliance – Programa Nos Conformes), aperfeiçoando a comunicação entre o Fisco e a sociedade e reduzindo a burocracia, garantindo segurança jurídica àqueles que promovem investimento no Estado.



# SERGIPE BUSCA A INOVAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

GOVERNO DO ESTADO CRIA PROGRAMAS QUE  
TORNAM O SERVIÇO PÚBLICO MUITO MAIS  
EFICIENTE, ECONÔMICO E TRANSPARENTE

TEXTO E FOTO: ASSESSORIA DE IMPRENSA/SE

**N**esses primeiros meses de gestão o governador de Sergipe, Belivaldo Chagas, vem implementando programas para modernizar a gestão pública, com destaque para a implantação do Sergipe Móvel, que é um sistema de aplicativo para atendimento das necessidades dos órgãos do Estado, com serviços de transporte individual de passageiros, diminuindo significativamente a contratação de veículos. Outra inovação diz respeito à criação do programa Governo Direto, cujo objetivo é a virtualização dos processos e documentos tramitados na esfera da administração pública, bem como da relação entre governo e cidadão.

O Sergipe Móvel começou a operar, em fase experimental, no dia 5 de agosto deste ano. O programa visa não somente a redução de custos para o Estado, mas favorecer uma maior celeridade nos atendimentos das demandas e necessidades dos diversos órgãos da gestão pública. Além disso, o aplicativo estabelece o controle total de rotas, valores e pessoas que o utilizam, sem contar a facilidade de utilização do mesmo. "A expectativa do Governo é reduzir a frota de carros contratada, diminuindo consideravelmente o custo mensal com transporte utilizado para o funcionamento da máquina pública do Estado", enfatiza o secretário de Administração George Trindade.

Para implantação do Sergipe Móvel foi realizado estudo técnico pelo Núcleo de Gestão (NUGEST) visando a viabilidade da licitação, tendo como parâmetro a Secretaria de Estado da Administração (SEAD), com os valores devidamente adequados à realidade do mercado. No momento está sendo utilizado, em fase de implantação do Sergipe Móvel, nas Secretarias de Administração e Comunicação Social (SECOM). Os servidores dessas duas Pastas foram capacitados para utilização do sistema, durante curso específico, realizado em 26 de julho passado.

## GOVERNO DIRETO

Também com foco na modernização da gestão pública, o governador Belivaldo Chagas está implantando o Programa Governo Direto, através da Superintendência de Modernização da Gestão e Atendimento ao Cidadão (SUMOG), órgão vinculado à SEAD. A finalidade maior é economicidade, transparência e celeridade com serviços mais eficientes ao cidadão, através dos projetos Governo Digital, Aplicativo Mobile e Portal de Serviços.

O Governo Direto tem como benefícios a integração dos serviços, acessibilidade, otimização de tempo e recursos, maior segurança das informações



**“A meta é que até o fim de 2022 já se tenha implantado a governança digital em todo o Estado”**

**George Trindade**  
Secretário de Estado da Administração

e redução de custos. Com a implantação do Governo Direto Digital ocorrerá a digitalização de inúmeros serviços públicos, padronização dos processos e, ao mesmo tempo, gestão eletrônica de documentos e processos que tramitam nas unidades gestoras da esfera pública.

Mediante execução do Governo Direto Mobile, com aplicativo nas plataformas Android e IOS, haverá padronização de agendamento para os serviços; acompanhamento do atendimento pelo cidadão; *feedback* cidadão dos serviços prestados, e gestão de atendimento. O secretário George Trindade ressalta que, com a implantação do Projeto Portal Governo Direto, o Estado passará a ter o portal



Desde o início deste ano os processos de cessão dos servidores são feitos eletronicamente, já tendo sido realizados mais de 300 processos de cessões por esse sistema

único de informações dos serviços públicos e ocorrerá a integração com o Governo Direto Digital para atendimento.

Com estudos antecipados do programa Governo Direto, foi identificado que nas unidades do Centro de Atendimento ao Cidadão, que prestam uma gama de aproximadamente 141 serviços públicos, sendo que 47% desse quantitativo corresponde à modalidade digital.

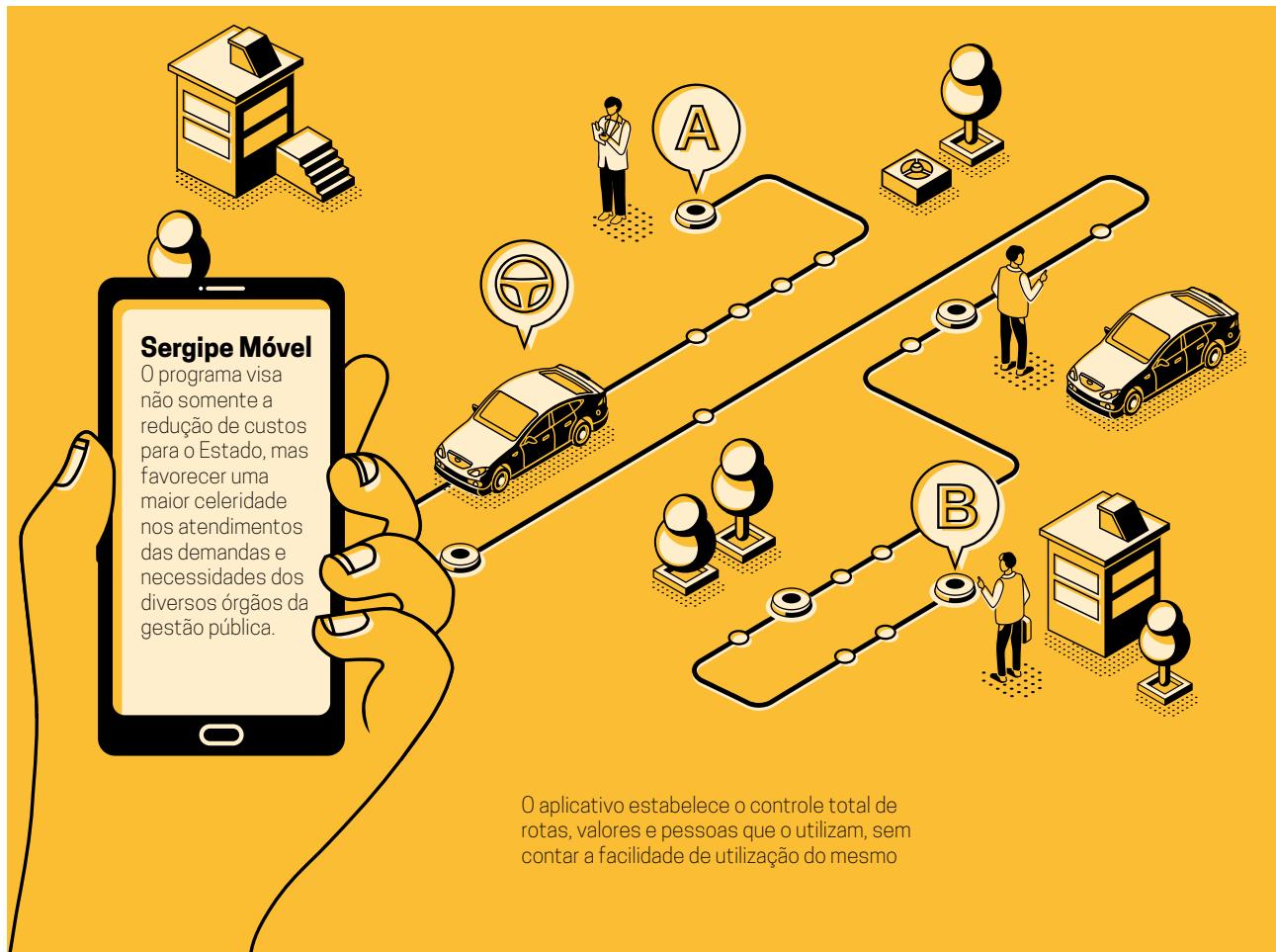
A análise inicial possibilitou enxergar que é necessária a continuidade do estudo em toda a administração pública, para conclusão do levantamento e percentual global dos serviços que já atendem a

modalidade do Governo Direto Digital. Com a finalização desse processo, dar-se-á início às atividades de modernização com mapeamento dos processos existentes, tornando os mesmos integralmente digitais.

Atualmente, o governo de Sergipe tem o gerenciamento eletrônico de processos via sistema ainda em fase de estudo a virtualização completa dos processos administrativos. No entanto, mesmo assim se verifica nessa fase que já se observa um considerável avanço nas compras formalizadas pelo portal [www.comprasnet.se.gov.br](http://www.comprasnet.se.gov.br), no qual virtualmente são realizadas as dispensas eletrônicas, inclusive, com atas de homologação geradas no próprio sistema.

Desde o início deste ano os processos de cessão dos servidores são feitos eletronicamente, já tendo sido realizados mais de 300 processos de cessões por esse sistema. O objetivo do governo de Sergipe é eliminar qualquer formalização impressa através da certificação dos processos administrativos digitais. Com isso, o Estado terá economia de recursos materiais, humanos e financeiro.

O secretário George Trindade informa que cadastro de fornecedores atualmente é realizado online pelo portal [comprasnet.se.gov.br](http://www.comprasnet.se.gov.br). Para ampliação do catálogo de fornecedores e verificação da veracidade dos documentos incluídos, já foi requerida a



integração ao banco de dados da Junta Comercial do Estado de Sergipe.

Além do serviço público, fora avaliado que na SEAD, dos aproximados 135 processos existentes, 36% correspondem ao estatuto do servidor público e 64% a demais processos, sendo que 4% desses serviços já se encontram na modalidade digital, como por exemplo: emissão de contracheque, ficha financeira e processo de cessão/renovação na modalidade de tramitação 100% digital.

Segundo o secretário George Trindade, a meta é que até o fim de 2022 já se tenha implantado a governança digital em todo o Estado. “Com resultados de forma gradativa, o governador Belivaldo Chagas estará contribuindo, para efetividade da melhoria da administração pública, garantindo maior transparência, economicidade e celeridade em todos os processos e procedimentos administrativos do estado”, comemora.

**O objetivo do governo de Sergipe é eliminar qualquer formalização impressa através da certificação dos processos administrativos digitais. Com isso, o Estado terá economia de recursos materiais, humanos e financeiro.**



PRÊMIO EUDORO PEDROZA, QUE INCENTIVA IDEIAS CRIATIVAS NAS ÁREAS DE GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

# GOVERNO DO TOCANTINS INVESTE NA CAPACITAÇÃO E NA QUALIDADE DE VIDA DE SEUS SERVIDORES

TEXTO: SECOM/TO  
FOTO: ANGÉLICA LIMA/TO



# A

Secretaria de Administração (Secad) tem retomado os investimentos em capacitação dos servidores públicos. Já neste ano, a Pasta oficializou parceria com a Fundação Escola Nacional de Administração Pública (Enap) a fim de disponibilizar cursos à distância para capacitação e aperfeiçoamento dos servidores do Executivo.

O Portal oferece um catálogo de cursos unificado das principais escolas virtuais de governo e centros de capacitação da administração pública. Outros cursos serão disponibilizados pela própria Secad ao portal da Enap. “Fortalecer os laços com outras instituições nos possibilita uma troca de experiências importantes para o processo de modernização da máquina pública que iniciamos nesta gestão, além do que, nesse caso, os cursos são todos gratuitos, sem custos para o governo ou para o servidor”, frisou o secretário da Administração, Edson Cabral.

Esse processo foi possível após a implantação, no final de maio, da Diretoria de Gestão de Capacitação Continuada (Dicap), que tem o foco de implementar e gerir a política de capacitação institucional do Poder Executivo estadual.

Entre as primeiras ações da diretoria, além da oferta de novos cursos à distância, foi lançado em agosto um curso de Formação de Lideranças na Gestão Pública Estadual. Também serão executados termos de cooperação técnica com a Universidade Estadual do Tocantins (Unitins), Escola de Gestão Fazendária (Egefaz), Assembleia e Controladoria Estadual para execução de cursos de capacitação contínua para os servidores estaduais.

A Secad já autorizou o estudo para a realização de um convênio com a Universidade Federal do Tocantins (UFT) para implantar um Curso de Especialização em Gestão Estratégica da Inovação e Política de Ciência e Tecnologia, visando à capacitação de servidores públicos do Poder Executivo estadual e a sociedade em geral.

Outro exemplo de sucesso na valorização da capacitação e inovação do servidor estadual é o prêmio Eudoro Pedroza, que surgiu com o objetivo de valorizar o talento dos servidores. O edital da segunda edição do prêmio ficou de ser lançado em agosto.

## QUALIDADE DE VIDA

No que tange a valorização do servidor, a Secad também quer investir em qualidade de vida no trabalho sob o ponto de vista físico/saúde, psicológico, pessoal e profissional. Para isso deve implementar o Programa de Qualidade de Vida dos servidores do

Tocantins, com ações de medicina laboral e preventiva, incentivo à atividade física e programas de saúde, entre outros. O programa está em fase de formatação e o objetivo é lançá-lo ainda este ano.

Esse foco de investir em prevenção também vem sendo adotado pelo Plansaúde, que atende mais de 80 mil servidores e iniciou, neste semestre, um profundo trabalho de reestruturação que abrange desde o credenciamento de novos profissionais para aderirem ao plano, a padronização de procedimentos através do Manual do Credenciado, até a abertura de novos postos de atendimento e novos canais de comunicação com o usuário com aplicativos e novo portal.

Como reflexo deste trabalho, nestes seis meses as demandas judiciais relativas ao Plansaúde diminuíram cerca 84%. Dados também demonstram que de janeiro a maio de 2019 foram realizadas mais de 83 mil consultas eletivas, 52 mil consultas de emergência e mais de 8 mil cirurgias. Também revelam que atualmente, 93% dos procedimentos eletivos que chegam ao Plansaúde são autorizados. ●

## Plansaúde (janeiro a maio de 2019)

**+ 83 mil**  
consultas eletivas



**52 mil**  
consultas de emergência



**+ 8 mil**  
cirurgias

**93%**  
dos procedimentos eletivos são autorizados

## EDSON CABRAL

VICE-PRESIDENTE DO  
CONSAD E SECRETÁRIO  
DE ADMINISTRAÇÃO  
DO TOCANTINS

FOTOS: ASCOM/SECAD



“

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a vinculação de receitas na administração pública precisam passar por uma transformação profunda.

”

**Qual o papel do Consad para que os estados possam vencer tanta desafios que perpassam a gestão pública?**

**EDSON CABRAL** – No Brasil, o momento atual exige dos gestores públicos um maior comprometimento com a inovação, tecnologia, e na construção de um modelo de governo que seja mais célere nas demandas da sociedade. O Consad, no seu papel de órgão consultivo do colegiado de secretários de Administração, deve cumprir um papel essencial ao apresentar diretrizes, orientações e especialmente no intercâmbio e na troca de experiências entre seus membros.

**Atualmente, o Consad tem se aprofundado em pautas que estão relacionadas com a transformação digital nos estados. Em sua opinião, qual a importância deste tema para a administração pública brasileira?**

**EDSON CABRAL** – É preciso destacar que a transformação digital simplifica e amplia a capacidade da gestão pública de colaborar nas tomadas de decisões relativas ao equilíbrio fiscal dos estados, bem como na evolução dos princípios da administração pública, em especial no desenvolvimento de ferramentas de inteligência artificial e aplicativos de interface entre o usuário e o Estado, reduzindo significativamente o excesso de burocracia e melhorando a prestação de serviços ao cidadão.

O Consad, ao discutir e colocar como prioridade a transformação digital dos estados traz para a administração pública federal e estadual uma contribuição

importantíssima, na medida em que nos convida a refletir sobre como utilizar o suporte destas ferramentas digitais para o controle, planejamento, prevenção, acompanhamento e oferta de serviços de qualidade ao cidadão, otimizando a gestão pública.

**Muito se debate sobre a questão do equilíbrio fiscal nos estados brasileiros. Qual o papel do Consad frente a este debate? É uma preocupação?**

**EDSON CABRAL** – Sim. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a vinculação de receitas na administração pública precisam passar por uma transformação profunda.

A pirâmide etária brasileira está mudando e é iminente o enfrentamento dos diversos desafios que começaram a surgir com o envelhecimento populacional, o que torna urgente construir um conceito de administração pública orientada para resultados que levem em consideração o impacto que a Previdência causa nas contas públicas e a desvinculação excessiva de receitas com comprometimento dos gastos discricionários.

Acreditamos que a reforma do Estado é uma agenda ampla a todo o conjunto de ações administrativas, incluindo questões de planejamento e revisão de vinculações orçamentárias. A administração pública brasileira é focada em processos e precisamos nos voltar para a busca de resultados. Logo, como instância propositiva de políticas públicas, o Consad tem um papel importante de oferecer sua capilaridade ao esforço nacional de uma agenda comum à gestão pública brasileira.



Em quais vertentes o Consad tem procurado trabalhar para melhorar a prestação de serviços dos estados?

**EDSON CABRAL** – A grande colaboração do Consad é melhorar o atendimento ao cidadão. Executá-lo com excelência deve ser uma busca constante das gestões municipais, estaduais, federais e todas suas autarquias. Aliás, a eficiência na prestação do serviço é um princípio previsto na Constituição e também é garantida pelo Código de Defesa do Consumidor, que diz que “os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos”.

Logo, ao avançarmos na qualidade dos atendimentos (presencial e online), diminuímos a burocracia e realizamos entregas mais rápidas ao cidadão. A administração pública fica mais barata e com melhor credibilidade perante a sociedade brasileira.

O Tocantins tem se mostrado um Estado muito importante nas discussões sobre a questão fiscal. Como o senhor enxerga esse protagonismo? De que forma o Estado pode ajudar as demais unidades federativas?

**EDSON CABRAL** – O governo do Tocantins, utilizando-se da experiência de seus próprios servidores públicos, implantou uma reforma administrativa já nos primeiros meses de governo, com cortes, organização e integração de secretarias com atividades semelhantes ou comuns.

Outra ação incisiva é com o retrabalho e redesenho do Estado, que está sendo organizado em regiões administrativas estratégicas. Com isso, estamos conseguindo formatar um estado menor em termos de estrutura, mas com resultados mais céleres.

Outro destaque é que por sermos um Estado novo ainda temos uma questão previdenciária equilibrada, entretanto com cenários bem preocupantes, o

“

O maior desafio é ser voz ativa, sendo uma voz respeitada dentro das decisões do governo federal e também dos estados.

”

que obriga o governo a fazer uma administração com austeridade, combatendo vícios burocráticos e corporativos e fortalecendo os pilares de um modelo adequado para os próximos 20 anos.

Os primeiros resultados já indicam uma redução do percentual das despesas de pessoal gerando oportunidades de retorno dos investimentos à infraestrutura do Estado.

O Consad considera que, de maneira geral, é preciso trabalhar com maior empenho e de forma integrada para que a gestão pública brasileira seja fortalecida. De que forma o Conselho trata este assunto com os estados?

**EDSON CABRAL** – Muito se discute, e se afirma, que o problema da administração brasileira não é a falta de recurso, mas a falta de gestão. Assim, entendemos que o diálogo e os caminhos para gestão pública brasileira é, sim, tarefa do nosso colegiado por meio dos fóruns e grupos de trabalho que vem realizando.

Como o senhor enxerga os fóruns conjuntos realizados pelo Conselho? E a participação dos estados?

**EDSON CABRAL** – Os Fóruns são momentos importantes para trabalharmos o intercâmbio e a troca de experiência. O que eu lamento é a dificuldade de contar com as participações de grandes estados, como São Paulo e Rio de Janeiro.

Nos fóruns, é evidente que, quanto maior o número de estados participando, melhor será a qualidade do debate e de suas propostas, que serão de fato mais representativas da realidade de todas as unidades da federação brasileira.

Em sua opinião, qual é o principal desafio do Consad nos próximos anos? O que está sendo feito de diferente por esta gestão?

**EDSON CABRAL** – O maior desafio é ser voz ativa, sendo uma voz respeitada dentro das decisões do governo federal e também dos estados. É papel do Consad, enquanto representante de todos os secretários de Administração e Planejamento, ser o nosso interlocutor, amplificando a nossa voz nas tomadas de decisões do governo brasileiro no quesito administração pública. Acredito que o Consad precisa ser protagonista das decisões na área de gestão e que, ao continuarmos realizando fóruns e organizando eixos temáticos comuns, estaremos transformando a administração pública desse país.



# BLOCKCHAIN: A REVOLUÇÃO DO PAPEL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



**E**m entrevista concedida à *Business Week* em 2004, Steve Jobs disse: “a inovação surge quando você diz ‘não’ para mil coisas (...) é só ao dizer ‘não’ que você pode se concentrar nas coisas que são realmente importantes.” Concentrar naquilo que importa é exatamente o que propõe o blockchain, tecnologia considerada propulsora daquela que seria a quarta revolução tecnológica.

Tapscott e Tapscott (2016) definiram *blockchain* como uma cadeia incorruptível de registros digitais distribuídos (DLT) que pode ser usada para transações econômicas e não econômicas. O *blockchain* pode mudar o presente, mas, para entender como isto é possível, é fundamental compreender o conceito revolucionário de *Distributed Ledger Technology* (DLT).

DLT é um tipo de estrutura de dados que existe em múltiplos computadores distribuídos muitas vezes em continentes distintos. Mas qual a consequência disto?

Considerando os últimos 50 anos de desenvolvimento tecnológico, verifica-se que houve uma tendência de descentralização na área de hardware (main-frames → computadores pessoais → smartphones), ao passo que na parte do software a tendência foi a centralização em grandes sistemas ou empresas (Oracle, SAP, Microsoft, Facebook, Google, etc.). Tal centralização, no nível das aplicações, vinha em grande parte das limitações para armazenar e garantir a segurança de dados.

Tais limitações foram satisfatoriamente resolvidas. No paper *Bitcoin: Peer to Peer Electronic Cash System*, demonstra-se que uma nova tecnologia denominada *blockchain* permitiu a convergência de diversas tecnologias como: registro de tempo de transações, redes Peer-to-Peer (P2P), criptografia e DLT.

Com isso as DLT assumiram uma arquitetura composta por três componentes principais:

- Modelo que captura o status atual do registro;
- Sistema padronizado de transações capazes de mudar o status dos registros;
- Algorítmico de criação de consensus entre participantes que valida e reconhece transações.

Assim a DLT gerou pela primeira vez condições para que dados pudesse ser armazenados descentralizadamente, abrindo caminho para o que promete ser a quarta revolução tecnológica, em que a troca de valor entre as partes ocorre de maneira direta, sem necessidade de intermediários, o que pode reduzir incertezas e garantir transações.

Pela primeira vez na história a tecnologia reúne condições de possibilitar trocas de maneira segura

entre pessoas que não se conhecem, sem burocracia e com baixos custos de transação. Isto é possível devido à envergadura do sistema que permite o compartilhamento de capacidade de processamento ao mesmo tempo em que elimina o papel do terceiro garante. Mas e na administração pública, qual a aplicação desta tecnologia?

### A APLICAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Economia, política, direito e administração são ciências que estão na base da administração pública e convergem quanto ao interesse em entender instituições, comportamentos humanos e processos decisórios. O *blockchain* surge como uma nova tecnologia capaz de não apenas interferir nas instituições, comportamentos humanos e processos decisórios, mas também com potencial de ditá-los. Com a evolução do *blockchain*, faz-se necessário retornar a fala de Steve Jobs, pois fica evidente que será obrigatório “dizer não para mil coisas”, entre as quais encontram-se papéis atualmente exercidos pelo Estado.

O *blockchain* pode fazer com que a transmissão de informações seja mais capilarizada, promovendo inclusive a possibilidade de checagem da veracidade das informações, e de sua origem, evitando *fake news* e promovendo a responsabilização dos seus geradores.

E não é apenas isto. As criptomoedas, por trás das quais está a tecnologia *blockchain*, ameaçam o papel do estado sobre a economia, pois seu caráter transfronteiriço coloca em cheque a capacidade dos estados adotarem e gerenciarem políticas monetárias e cambiais efetivas. Por outro lado, podem ser também meios de preservação de valor quando as economias locais encontram-se em franca decadência. As consequências e os riscos inerentes a esse processo de internacionalização das economias locais podem ser bastante traumáticos, principalmente para aqueles países com dificuldade de competição no cenário internacional.

Ademais, a segurança, a possibilidade de criptografia de informações sensíveis, facilidade de acesso e a democratização do *blockchain* podem levar o Estado a uma situação em que a representatividade, base dos sistemas políticos atuais, torne-se desnecessária. É possível chegar em uma situação na qual parte das decisões do Congresso sejam substituídas por escolhas realmente realizadas pelos indivíduos anteriormente representados. As pessoas passam a ter condições materiais para tomarem decisões por si mesmas nos temas de seu interesse e isso pode fortalecer manifestações como plebiscito e referendo; tornar mandatárias ações como o orçamento participativo; ou servir

de ignição para diversas formas de participação direta.

Até mesmo o processo de identificação de indivíduos, tão controverso no Brasil por ser feito de maneira descentralizada nos estados e de difícil concatenação no nível central, pode ser afetado. Um sistema *blockchain* de identificação de indivíduos poderia permitir a identificação de uma pessoa em qualquer lugar do Brasil em segundos, oferecendo ao próprio indivíduo a capacidade de definir quem tem acesso aos seus dados.

Direito et al (2016), em artigo que analisa a importância do Cadastro Único para articulação de políticas públicas, afirma que ele serve de porta de entrada para 38 ações federais, além de inúmeras outras de iniciativa de governos estaduais e municipais. O Cadastro Único possui pouco mais de 76,7 milhões de pessoas cadastradas, menos da metade da população brasileira, segundo dados da Secretaria Especial do Desenvolvimento Social de julho de 2019. Esses dados apresentam uma ideia do potencial que um cadastro identificador de cidadãos brasileiros em *blockchain* poderia ter em termos de planejamento, instalação e monitoramento de políticas públicas.

Como muito bem prevê o guia de Gestão da Mudança, HCMBOK, as mudanças possuem um potencial destrutivo comparável ao seu potencial inovador. E é de se esperar que uma tecnologia tão disruptiva quanto o *blockchain* ainda vá enfrentar muita resistência do status quo. Mas parece nítido que as vantagens potenciais dessa tecnologia podem levar a sociedade para um nível de trocas ainda não atingido, principalmente se os custos e riscos forem tratados de maneira séria.

As pessoas precisarão decidir se dirão ‘não’ a coisas do passado em favor dessa inovação ou se dirão ‘não’ a coisas do futuro em favor do status quo. Também precisarão decidir se dirão ‘não’ a métodos e formas de implantação que podem trazer danos sérios ao equilíbrio social. Como disse Jobs, será necessário escolher e sem dúvida a sociedade mais competente para tomar essas decisões de maneira organizada e rápida será aquela que usufruirá das vantagens competitivas inerentes a essa nova tecnologia.

**Maria Isabel** é diretora geral da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho e mestre em Administração Pública.

**Paulo Guerra** é especializado em processos e gestão de mudanças, mestre em Estudos e Desenvolvimento e Pobreza e administrador com foco em Inovação.



# O DESAFIO DOS SERVIÇOS DIGITAIS COM FOCO NO CIDADÃO

SEMINÁRIO INTERNACIONAL NA ENAP REUNIU EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS SOBRE O TEMA

TEXTO E FOTO: ASCOM/ENAP

**A** gestão moderna de Estado busca conhecer as necessidades dos cidadãos e prestar serviço de forma integrada usando a transformação digital, descomplicando a vida do usuário final. Essas diretrizes têm pautado diversas experiências internacionais e esse foi o tema central do Seminário Internacional de Serviços Públicos para um Governo Centrado nos Cidadãos.

O evento foi realizado em agosto, na Escola Nacional de Administração Pública (Enap), em Brasília, com a participação de autoridades e especialistas internacionais, além de servidores de diversos órgãos da Administração Pública Federal.

Durante a abertura do seminário, o representante no Brasil do BID, Hugo Flores, destacou o importante papel do Brasil, especialmente pelo fato de as startups brasileiras serem produtoras de soluções digitais, apoiando a melhoria dos serviços para o desenvolvimento do país.

Em seguida Paulo Uebel, secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, afirmou que o Estado nasceu para servir a sociedade e se faz necessária a

prestação de contas aos cidadãos, de modo eficiente. Uebel ressaltou que os agentes públicos só cumprirão seus propósitos caso facilitem as vidas das pessoas.

O especialista principal em Modernização do Estado do BID, Pedro Farias, afirmou que é determinante e fundamental a confiança dos cidadãos nas suas instituições. Ele considerou que o cidadão está mais exigente e tem acesso a serviços privados cada vez mais modernos, além de a produtividade na prestação de serviços digitais representar um desafio.

A ex-diretora-geral e responsável pela implementação do Service Canada, Maryantonett Flumian, relatou a experiência inicial do trabalho de modernização do atendimento ao público, realizado em todos os níveis de governo do Canadá. Na ocasião, foi feito um levantamento das necessidades de crianças, jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiência, em busca de melhoria no atendimento do governo por meio de elevação do nível de ensino, combate ao desemprego e ações de inclusão, respectivamente. De acordo com Maryantonett Flumian, a desburocratização foi alvo das ações, com enxugamento de 54 programas e descomplicação de um sistema cuja formação remonta há 100 anos.

Renato Rodrigues Vieira, presidente do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), afirmou que a importância da transformação digital no caso da instituição se deve ao universo de pessoas atendidas pelo INSS – atualmente cerca de 90 milhões de brasileiros. Entre os avanços na área digital, Vieira destacou o simulador de aposentadoria disponível no portal do INSS, por meio do qual o beneficiário poderá saber como será sua aposentadoria de acordo com a idade e o tempo de serviço.

Por sua vez, o secretário de Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Silva Dalcolmo, sustentou que o processo de transformação digital no governo já está acontecendo. Ele ressaltou que os cidadãos preferem usar aplicativos e disse que o objetivo é trazer essa cultura para os serviços prestados pelo governo. Conforme o secretário, o FGTS digital proporcionou uma economia de R\$ 1 bilhão na passagem da Caixa Econômica Federal para o FGTS digital. A novidade é que a secretaria implementará a Carteira Profissional 100% digital em setembro. A expectativa, segundo Dalcolmo, é ter 50% de todos os serviços de atendimento da carteira digital e de solicitação de seguro-desemprego digitalizados até dezembro.

O professor PhD titular da Universidade de São Paulo (FEA-USP), Nicolau Reinhard, destacou que as instituições governamentais presentes ao seminário estão no caminho certo e espera que os demais



O SECRETÁRIO LUIS FELIPE AFIRMOU QUE É UM DESAFIO TRANSFORMAR EM DIGITAL O GOVERNO, COMO UM TODO, ATÉ O FINAL DE 2022

órgãos sigam os exemplos. Ele citou uma pesquisa realizada pelo Comitê Gestor da Internet com dados iniciais de 2016 e 2017, que apontou crescimento no uso de Governo Eletrônico de 61% em 2016 para 64% em 2017.

O secretário de Governo Digital do Ministério da Economia, Luis Felipe Monteiro, afirmou que é um desafio e, ao mesmo tempo esperança, transformar em digital o governo, como um todo, até o final de 2022. Sobre as mudanças nas transações de serviços, o governo está com 50% digitais e avançando em outros canais. "Se o governo não se tornar digital, deixará de ser governo", prevê Monteiro.

## OFICINA ESTRATÉGICA

Ainda em agosto, em continuidade do Seminário Internacional de Serviços Públicos para um Governo Centrado nos Cidadãos, foi realizada a oficina estratégica Unidade Estratégica de Serviços Públicos do Governo, com o objetivo de criar uma unidade de atendimento de serviços públicos do Brasil e tendo o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) como base dessa unidade.

Foi proposta a unificação dos serviços de modo padronizado, multicanalizado e com qualidade. O prazo estipulado para execução dessa unidade foi delimitado até 2020.



# GESTORES APRESENTAM PROPOSTAS PARA MELHORAR SISTEMAS ESTRUTURANTES DO GOVERNO FEDERAL

SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA QUE ATUAM NO NÍVEL ESTRATÉGICO ESTIVERAM NA ENAP DURANTE A SÉRIE DE OFICINAS

Com o encerramento da Oficina Sistemas Estruturantes do Governo Federal em agosto, os participantes apresentaram as propostas de solução para integrar as plataformas, com o objetivo de tornar a máquina estatal mais eficiente. Ao longo de cinco dias de trabalho, 68 gestores de diversos órgãos avaliaram as dificuldades para aprimorar os sistemas e elaboraram estratégias para melhorar a prestação dos serviços públicos aos cidadãos.

As rodadas de debate, compartilhamento de experiências positivas, identificação de problemas e construção das propostas ocorreram na Enap, em parceria com a Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital. As oficinas resultaram no desenho de *roadmaps*, com propostas de soluções de tecnologia que devem ser implementadas por etapas em até 18 meses.

“É uma possibilidade de economia, de troca, de integração, de otimização que pode ser exponencial. Estamos caminhando para uma integração que é mais do que necessária, e diz muito do que o Estado pode ser”, destacou o diretor de Inovação e Gestão do Conhecimento da Escola Nacional de Administração Pública (Enap), Guilherme Almeida, durante o *pitch*.

“O que decidimos aqui muda o quanto de recurso está disponível e quantas pessoas estão alocadas nas soluções ou atividades. A quantidade dessas tarefas que são mantidas repetidas afeta como as pessoas são alocadas, como o dinheiro é gasto, e o orçamento de TI normalmente é muito alto, porém estratégico”, ressaltou o diretor de Gestão da Informação da Casa Civil da Presidência da República, Orlando Oliveira.

Os participantes das oficinas trabalham em grupos e apresentaram os resultados finais diante de uma banca formada pelos seguintes integrantes do governo federal: secretário especial adjunto de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, Gleisson Rubin; secretário de Gestão do Ministério da Economia, Cristiano Heckert; diretor de Gestão da Informação da Casa Civil/PR, Orlando Oliveira; secretária de Gestão Corporativa do Ministério da Economia, Danielle Calazans; e secretário de Governo Digital do Ministério da Economia, Luís Felipe Monteiro.

Após esse encontro, uma nova rodada de discussões vai refinar as medidas e o cronograma para que as melhorias sejam implementadas a partir das propostas desenvolvidas na oficina, que serão avaliadas pelo governo federal.

**Ao todo, foram eleitas oito macrofunções que abrangem os sistemas estruturantes da infraestrutura de dados do governo federal.**

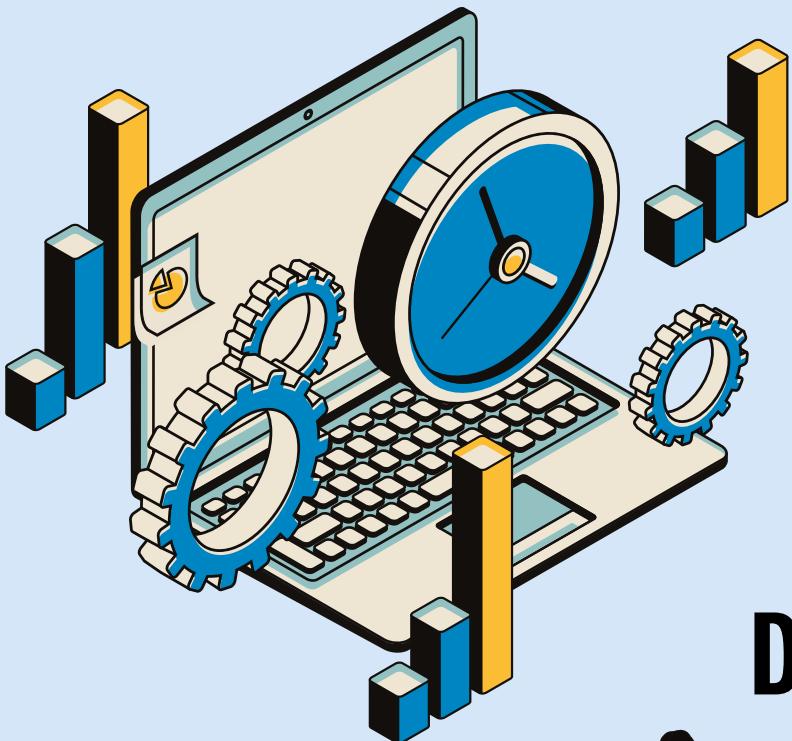


- 1 Gestão do Desenvolvimento e Inovação Institucional
- 2 Gestão do Patrimônio
- 3 Gestão de Pessoas
- 4 Gestão de Informações e Documentos Corporativos
- 5 Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil
- 6 Gestão das Contratações
- 7 Gestão de Transferências Públicas
- 8 Controle e Transparência

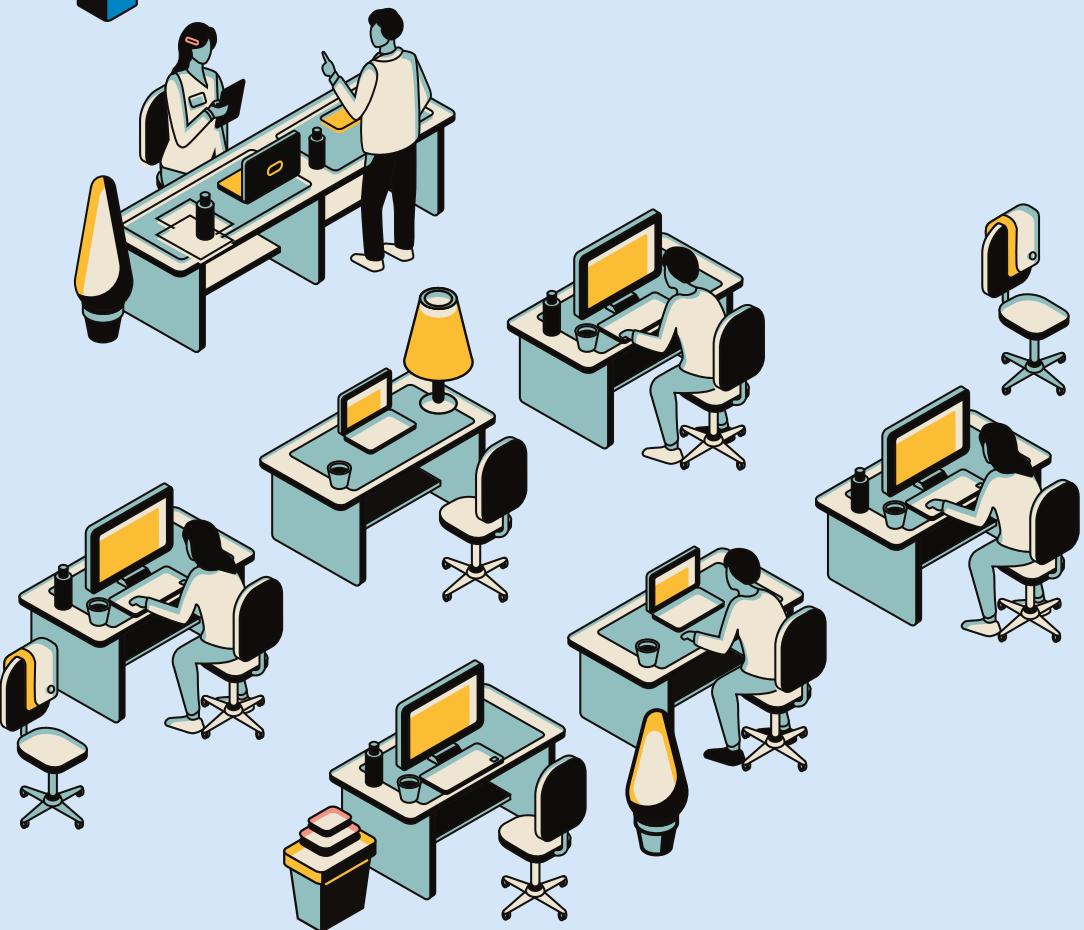
**“É uma possibilidade de economia, de troca, de integração, de otimização que pode ser exponencial.”**

**Guilherme Almeida**  
Diretor de Inovação e Gestão do Conhecimento da Enap





# VAMOS DESCOMPLICAR?



**C**om a correria do dia a dia temos a sensação de que tudo está cada vez mais complicado. Se de um lado temos menos tempo e paciência, do outro temos mais compromissos, responsabilidades e regras para cumprir.

O trânsito é um dos locais onde mais se ouve a frase: "está ficando cada vez mais complicado". Tem aumentado o número de veículos e diminuído as vagas de estacionamento. Tem ampliado o número de pessoas utilizando outros tipos de transporte (como bicicletas, patinetes...) e reduzido o espaço nas calçadas.

E conforme as relações vão se estabelecendo o Estado vai fazendo leis para disciplinar ou regrar a convivência entre as pessoas. E não podemos esquecer que temos muitos campos de relacionamento que são regrados pelo Estado, em especial, as relações comerciais e o empreendedorismo.

Imagine o Estado fazendo novas regras e leis para atender às mudanças da sociedade, sem anular as leis ou normas anteriores? Essa prática tem acontecido e ampliado o número de leis em desuso ou até mesmo conflitantes.

Putz! Um monte de leis juntas e não revistas cria o que as pessoas conhecem como burocratização e recebe o apelido popular de "burromania". É uma prática que leva o Estado a ter muitas divisões, processos e regramentos que exprimem uma lentidão aos departamentos. E há regras que chegam a ser desnecessárias, atrapalhando a vida do cidadão e, em especial, dos empreendedores.

Agora a novidade é a visão ou a revisão do Estado brasileiro sobre este tema. Há um amadurecimento dos gestores públicos sobre a necessidade de revisitar a burocracia, simplificando e descomplicando os entraves do setor público.

A iniciativa do governo do Estado do Rio Grande do Sul tem o objetivo de facilitar a vida de quem quer empreender, gerar empregos e desenvolvimento, além de apresentar serviços mais ágeis à população, promovendo ações que buscam minimizar a burocracia da máquina pública.

Mas esta caminhada não é fácil, pois além de rever leis há a necessidade de se rever a cultura, mudar as práticas introjetadas que foram forjadas por uma época analógica: com escassez de informação, filas, papeladas, carimbos, assinaturas e muita morosidade (sem falar na má vontade).

O trabalho iniciou no final de 2018, com a criação

**"Em 100 dias de trabalho do Conselho, foi criado o projeto Descomplica, revogando 300 leis em desuso e indicando 21.000 normas para avaliação legal"**

do Conselho Estadual de Desburocratização e Empreendedorismo, coordenado pela Secretaria de Governação e Gestão Estratégica (SGGE). O Conselho é formado por sete secretarias do Executivo e sete representantes da sociedade civil, incluindo o Sebrae, sendo que sou uma das representantes da sociedade civil.

Em 100 dias de trabalho do Conselho, foi criado o projeto Descomplica, revogando 300 leis em desuso e indicando 21.000 normas para avaliação legal. Também houve o aceite de mais de uma centena de municípios a Redesim (que é um sistema integrado que irá permitir a abertura, fechamento, alteração e legalização de empresas em todas as Juntas Comerciais do Brasil). Consulte a [www.redesim.gov.br](http://www.redesim.gov.br) e conheça uma das principais ferramentas que está sendo pensada para descomplicar a vida dos empreendedores.

Temos que ter em mente que essa jornada é de todos nós. De um lado está se caminhando para revisar as leis, construir um acesso digital e diminuir a burocracia. Do outro lado, o Estado precisa de uma visão empática dos dilemas da sociedade e desenvolveu um canal de comunicação [www.descomplica.rs.gov.br](http://www.descomplica.rs.gov.br) para ouvir as dificuldades e as sugestões da população.

Artigo publicado originalmente no site Coletiva.Net

**Elis Radmann** é cientista social e política. Fundou o IPO - Instituto Pesquisas de Opinião em 1996. Utilizando a ciência como vocação e formação, tornou-se uma especialista em comportamento da sociedade. Socióloga (MTb 721), obteve o Bacharel em Ciências Sociais na UFPel e tem especialização em Ciência Política pela mesma universidade. Mestre em Ciência Política pela UFRGS e professora universitária, Elis é diretora e Conselheira da Associação Brasileira de Pesquisadores de Mercado, Opinião e Mídia (ASBPM) [www.asbpm.org.br](http://www.asbpm.org.br)

# ENAP E FGV LANÇAM LIVROS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS

**A**Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e a Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EAESP/FGV) lançaram os livros *Sistema de governos e políticas públicas*, de Cláudio Couto, *Governos locais: uma leitura introdutória*, de Eduardo Grin e Fernando Abrucio, e *Transparência: aspectos conceituais*, de Robson Zuccolotto e Marco Antônio Carvalho Teixeira.

Estes três livros compõem a coleção Gestão Pública. Também foi lançada a tradução para a língua portuguesa do livro *Burocracia do nível de rua*, do professor Michael Lipsky. Por fim, foi lançada a coletânea *Teorias e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil*, organizada

por Gabriela Lotta.

O seminário contou com a presença dos autores e de diversos alunos e professores da FGV.

As publicações da coleção Governo e Políticas Públicas pretendem apresentar para a comunidade materiais de referência sobre os diversos desafios e tópicos do papel do governo nos processos de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. A coleção Governo e Políticas Públicas é direcionada para a comunidade acadêmica e de practitioners e pode ser acessada gratuitamente no Repositório da Enap.

Da mesma forma, a Enap traduz obras clássicas e de referência no campo das políticas públicas, que também podem ser acessadas gratuitamente no Repositório da Escola.

**TÍTULO:** GOVERNOS LOCAIS: UMA LEITURA INTRODUTÓRIA  
**AUTORES:** EDUARDO JOSÉ GRIN E FERNANDO LUIZ ABRUCIO

**TÍTULO:** SISTEMA DE GOVERNO E POLÍTICAS PÚBLICAS  
**AUTOR:** CLÁUDIO GONÇALVES COUTO

**TÍTULO:** BUROCRACIA DE NÍVEL DE RUA - DILEMAS DO INDIVÍDUO NOS SERVIÇOS PÚBLICOS  
**AUTOR:** MICHAEL LIPSKY

**TÍTULO:** TRANSPARÊNCIA: ASPECTOS CONCEITUAIS E AVANÇOS NO CONTEXTO BRASILEIRO  
**AUTORES:** ROBSON ZUCCOLOTTO E MARCO ANTONIO CARVALHO TEIXEIRA

**TÍTULO:** TEORIAS E ANÁLISES SOBRE IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL  
**AUTOR:** GABRIELA LOTTA (ORGANIZADORA)



**CONSAD**  
CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS  
DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

National Council of State Administration Secretaries - CONSAD  
Consejo Nacional de Secretarios de Estado de Administración - CONSAD

# O MAIOR EVENTO DE TIC PRA GOVERNO



Conheça o que há de mais avançado em tecnologia para governo e as iniciativas para a transformação digital no Brasil e no mundo

**Inscreva-se!**  
[secop.org.br](http://secop.org.br)

O evento acontecerá no **Hotel Royal Tulip Brasília**, com **transfer gratuito** do centro até o local (ida e volta)